

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

Boletim 132

Geografia n.º 7

N. L. MÜLLER

# SÍTIOS E SITIANTES NO ESTADO DE SÃO PAULO



SÃO PAULO - BRASIL

1951

# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

*Reitor:*

Prof. Dr. Ernesto de Moraes Leme

## FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

*Diretor:*

Prof. Dr. E. Simões de Paula

### DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

*Professôres*

**GEOGRAFIA FÍSICA**

Prof. Dr. João Dias da  
Silveira

**GEOGRAFIA HUMANA**

Prof. Dr. Ary França

**GEOGRAFIA DO BRASIL**

Prof. Dr. Aroldo de Azevedo

*Primeiros Assistentes*

Profa. Dra. Elina Oliveira  
Santos

Prof. Dr. José Ribeiro  
de Araujo Filho

*Auxiliares Técnicos*

Prof. Aziz Nacib Ab'Sá-  
ber

Profa. Ely Goulart Pe-  
reira de Araujo

*Auxiliares de Ensino*

Prof. Antonio Rocha  
Penteado

Prof. João Soukup

Profa. Maria de Lourdes  
P. de Sousa Radesca

Profa. Dra. Nice Le-  
cocq Müller

Prof. Dr. Renato da Sil-  
veira Mendes

---

Tôda correspondência deverá ser endereçada para

Rua Maria Antônia, 294

Caixa Postal N.º 8.105

SÃO PAULO — BRASIL

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

Boletim 132

Geografia n.º 7

N. L. MÜLLER

# SÍTIOS E SITIANTES NO ESTADO DE SÃO PAULO



SÃO PAULO - BRASIL

1951



— *A meus pais*



**“La géographie est essentiellement homocentrique. . .”**

**(A. Cholley — “Guide de l’étudiant en Géographie”)**



## A — INTRODUÇÃO



## INTRODUÇÃO

### A ESCOLHA DO ASSUNTO

Devendo ser êste, essencialmente, um trabalho de Geografia Humana (\*) — ciência que tem por escopo o estudo das inter-relações entre as sociedades humanas e os fatores do meio natural — logo que pensamos em realizá-lo, optamos pelo estudo de um assunto *rural*, de preferência a um *urbano*. Sabemos que a cidade não constitui assunto para estudos menos científicos e interessantes, mas, segundo cremos, para o estudo das relações geográficas, o campo parece ser melhor laboratório de pesquisas. Na cidade — é inegável — o meio natural aparece freqüentemente disfarçado, camuflado e mesmo escondido por obras de engenharia e urbanismo; as populações urbanas vivem quase dissociadas do ambiente físico por atividades que, no máximo, têm ligações indiretas com êle. No meio rural, ao contrário, pela ausência de técnicas tão elaboradas e avançadas, a natureza, embora pareça paradoxo, é mais “natural” e os homens têm com ela relações mais íntimas, diretamente ligados à terra.

É claro que essas designações — *campo* e *cidade*, embora suficientemente sugestivas para permitir uma primeira escolha, são ainda muito genéricas para oferecer possibilidades de delimitação mais precisa do meio em que pretendíamos trabalhar. Os fenômenos geográficos não podem ser isolados em classes nitidamente delimitadas, com característicos próprios e exclusivos: êstes em geral fundem-se, combinam-se, misturam-se e, o que temos, não serem êles o produto de um único característico, mas o reque êles se sucedem em graus imperceptíveis de diferenciação.

Campo e cidade são dois extremos que encerram grande variedade de gamas intermediárias, indo desde o estritamente rural até o exclusivamente urbano, passando por várias formas de semi-ruralismo e semi-urbanismo. A diferenciação e delimitação dos dois conceitos extremos torna-se ainda mais difícil pelo fato de não serem êles o produto de um único característico, mas o resultado de um conjunto de atributos estreitamente ligados. Como tentativa de definição — e sabemos como é difícil estabelecer definições satisfatoriamente precisas — diremos que o meio rural

---

(\*) O presente trabalho foi apresentado como tese de doutoramento à Cadeira de Geografia Humana e aprovada em novembro de 1946.

é aquêle cuja população vive diretamente da exploração do solo sob as formas da agricultura, pastoreio ou coleta. Sendo, a indústria extrativa, forma especial de coleta, implicando em geral semi-transformação *in-loco*, ficariam excluídas essas atividades, mais correlacionadas com o gênero de vida urbano que com o rural.

Definido o que consideraríamos rural, restaria saber como agir em relação às formas intermediárias a que já nos referimos. Se optássemos pelo critério da densidade relativamente pequena da população rural (1), mesmo sem considerar os demais fatores de diferenciação, ficariam automaticamente excluídas as grandes cidades. Como encarar, no entanto, os pequenos núcleos de concentração do povoamento? O critério administrativo, que define cidades, vilas ou povoados de acôrdo com a respectiva posição política (2), não nos serve. Daí, para objetivar melhor o critério, sermos levados a considerar em primeiro lugar a *função* do núcleo. Através de uma série de indagações geográficas a êsse respeito, ficaremos sabendo se é êle centro independente, com vida própria, ou se está em estreita relação com o meio rural.

Se, o que é aparentemente *urbano*, pode ser relativamente *rural*, o inverso é também verdadeiro. Há zonas aparentemente rurais que, no entanto, são predominantemente urbanas: referimo-nos às zonas que se desenvolvem ao redor das grandes cidades. Embora quase sempre constituam a tão conhecida "cintura de verdura", atestando certo grau de ruralismo em relação à cidade, não é raro formar-se uma "cintura de chaminés", mostrando tratar-se também de zona com característicos urbanos. A ligação entre essas áreas periféricas e o grande centro é sentida pelos deslocamentos de população entre êstes e aquelas; funcionalmente, essas zonas suburbanas estão intimamente ligadas à vida da grande cidade, tanto assim que não aparecem dissociadas dela (3).

Dessas considerações derivou a necessidade de abandonarmos as áreas suburbanas, de função e característicos tanto urbanos quanto rurais, para considerarmos, como assunto nosso, somente os núcleos de povoamento que apresentassem relações nítidas e patentes com o meio rural.

Depois dessa primeira escolha, mais correlacionada com o meio ambiente, cabia-nos determinar o assunto pròpriamente dito.

---

(1) Fenômeno sobejamente conhecido e válido quando tomado em relação aos núcleos urbanos da mesma região encarada.

(2) Pela resolução n.º 99 de 25 de julho de 1941, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ficam reservadas as designações de "cidade" às sedes de município, de "vila" às sedes de distrito e de "povoado" aos centros sem atividade administrativa.

(3) Sôbre o assunto, ver o trabalho de Aroldo de Azevedo — "Subúrbios orientais de São Paulo".

Há aproximadamente cinquenta anos atrás o nosso mundo rural oferecia grande facilidade de escolha, pois o café abrangia tudo o que de mais importante e característico possuía o território paulista. Formara-se o tipo clássico do fazendeiro e do colono; criara-se uma paisagem não menos clássica — o “mar verde” das plantações, completado pelas construções típicas da sede e da colônia, dos terreiros e das tulhas. Mas, aproximadamente a partir do início do século, êste quadro tão conhecido, uniforme e disseminado, vem passando por grandes modificações: as terras cansadas, que vão ficando para trás do movimento conquistador de terras virgens, não estão mais ocupadas pelo café; êste, por sua vez, avança em ritmo cada vez mais lento — é a queda do valor comercial do produto, são as crises sucessivas e as pragas, é a proibição de novas plantações, só recentemente revogada. Daí, grande modificação nesse mundo rural, outrora tão uniforme: fracionamento da propriedade nas regiões de terra esgotada, fracionamento nas próprias regiões novas, como consequência das novas condições econômicas do café. A monocultura vai sucedendo a policultura, criando novas paisagens, mais variadas, novos gêneros de vida, também mais variados. Por outro lado, zonas que não foram atingidas pelo “rush” do café, como o litoral, têm encontrado algumas oportunidades, ainda que modestas, de reerguimento, reintegrando-se na vida econômica do Estado; e, nessas zonas, que tinham ficado isoladas, também aparecem novas paisagens e novos gêneros de vida, algumas vèzes *rejuvenescidos* pela influência da colonização estrangeira.

O “pivot” dessa transformação foi o fracionamento da propriedade e o desenvolvimento da policultura. Para estudá-la seria preciso, segundo cremos, partir do novo tipo de homem rural que agora toma pé e conquista seu lugar ao sol: o pequeno produtor policultor, ou seja, o *sitiente*.

Eis, finalmente, o nosso assunto. Evidentemente, não pretendemos estudar o *sitiente* à luz de sua evolução histórica, econômica ou social: seria outra tese e de assunto que não é, diretamente, o nosso. O que nos propomos fazer é estudar quem é êsse *sitiente* do ponto de vista geográfico, ou seja, como se distribui, de que forma ocupa a terra, qual o seu gênero de vida, quais as paisagens por êle criadas.

O assunto, geogrâficamente, é novo e pouco estudado: as fazendas monocultoras foram durante tanto tempo tão importantes, tão predominantes, que não se cogitou ainda de estudar pormenorizadamente o *sitiente*, tipo modesto e obscuro, que sòmente nessa nova fase de nossa vida econômica começa a esboçar o papel que pode vir a ter. Mesmo nas demais ciências, o *sitiente* não

foi bem estudado; tudo que já se fêz foram alguns estudos sôbre sua agricultura, sua economia no que se refere à produção e ao consumo, e um ou outro estudo encarando-o como tipo social. Cabe-nos aqui lembrar, para melhor frisar sua importância, que êle representa uma boa unidade de estudo para várias das matérias afins à Geografia Humana: para a Economia, é o pequeno produtor baseado numa organização familiar de exploração do solo que visa, direta ou indiretamente, a prover à sua própria subsistência. Para a Sociologia e Antropologia Social é não só elemento importante da organização de nossas sociedades rurais, pelo seu próprio caráter básicamente familiar, como, por sua variedade de origens étnicas, grande depositário do mais variado patrimônio cultural. Sem muita possibilidade de exteriorização no regime da fazenda, pela ausência de ambiente para o desenvolvimento da iniciativa própria, êsses patrimônios culturais manifestam-se agora em diferentes tipos de técnicas, usos e costumes, que ora são próprios a determinado grupo ora, graças aos contatos sociais diretos existentes nas comunidades rurais, constituem combinações complexas e muitas vêzes inesperadas.

### *A DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO*

Procurar amostras que fôssem suficientemente representativas para permitir chegar a conclusões e generalizações válidas para o conjunto do Estado de São Paulo, já não falando num estudo que cobrisse na íntegra seu território, representava trabalho demasiadamente vasto para ser realizado por uma só pessoa em prazo relativamente curto (4). Seria necessário contar-se com uma equipe organizada, trabalhando em conjunto e em condições de pesquisa que lhe oferecessem o indispensável recurso material.

Como êste não era em absoluto o caso, procuramos estabelecer uma delimitação do campo, de modo que, ao mesmo tempo que pudesse ser coberto por pesquisa individual, oferecesse possibilidades de trabalho científico.

O estudo monográfico de uma região, do qual não desconhecemos o valor, oferecia o inconveniente de não fornecer meios de comparação, fase de trabalho que não poderia ser negligenciada num estudo desta natureza: para que isso fôsse possível, seria preciso contar com outras monografias sôbre o assunto. o que, como já assinalamos, não se dá.

---

(4) As pesquisas para êste trabalho foram realizadas no decorrer do ano de 1945 e primeiro semestre de 1946. A notícia da volta do professor Monbeig para a França, em fins de 1946, fêz que, sendo êle o orientador da tese, se precipitasse a coleta de dados e a elaboração dêste estudo.

Para tornar viável o estudo comparativo dentro das restrições que nos eram impostas, orientamo-nos para a escolha de algumas regiões. Para isso seguimos o critério que já nos tinha guiado na seleção do meio rural como ambiente de trabalho: as relações entre os grupos humanos e o meio natural. Por que não escolher as regiões de povoamento antigo e as de povoamento recente? Teríamos assim os dois extremos na história das inter-relações geográficas: regiões em que os homens têm alguns séculos de contatos com o meio e regiões em que estão atravessando a fase dos primeiros contatos com um ambiente natural que até há pouco figurava nos mapas como território inexplorado, com discutíveis acidentes de relêvo como a famosa Serra do Diabo. Mesmo hoje, é ainda uma região de cartografia não definida, em que vários cursos d'água aparecem com seus traçados em pontilhado e onde os núcleos de povoamento têm às vêzes uma localização imprecisa, atestando estar, justamente, no período de primeiros contatos.

É certo que chamar essas zonas de *novas*, é bastante relativo: considerando os povoamentos de índios, é quase impossível falar em "povoamento recente" para parte alguma de nosso Estado; a diferenciação está evidentemente ligada à fase de povoamento posterior ao início da colonização branca. Além disso, o critério para designar regiões "novas" tem também suas limitações: sabemos como são raras as florestas que nunca foram devastadas. Quanto ao aproveitamento do meio pelo homem, há também aqui a necessidade de se contar com as probabilidades de rejuvenescimento — nada há de menos definitivo e estático do que a Geografia. Relações antigas entre as sociedades e os meios ambientes, depois de terem atingido fase de acomodação, podem, como acontece freqüentemente, passar por novo aproveitamento das possibilidades naturais. Quando não são as condições naturais, são as possibilidades do homem que podem mudar: lidamos com fatores essencialmente dinâmicos e tão ligados entre si, que um não poderá modificar-se, sem influir no outro. Somente com tôdas essas restrições e ressalvas, o critério parece ser suficientemente válido.

Tratando-se de trabalho geográfico, não nos seria possível ignorar os diversos quadros naturais, mas também não poderíamos esquecer as diversas zonas de acôrdo com sua menor ou maior ligação com o fator café, uma vez que a êle se prende o desenvolvimento dos novos gêneros de vida e paisagens, que pretendíamos estudar em relação ao sitiante.

Combinando êsses dois critérios procuramos, dentro dessas grandes unidades constituídas pelas regiões de povoamento antigo

e recente, selecionar algumas unidades menores. Naquela, escolhemos as duas primeiras zonas do "roteiro do café" (5), a do Vale do Paraíba e a Central, a primeira representada por São José dos Campos e a segunda por Campinas. Ambos os municípios apresentavam a vantagem de abranger quadros físicos diferentes: São José dos Campos com o contraste entre a parte montanhosa da Mantiqueira e a planície do vale do Paraíba, e, Campinas, com as marcantes diferenças entre o planalto cristalino e a depressão periférica. Ainda dentro das regiões de povoamento antigo escolhemos, para o caso de zonas pouco ou nada atingidas pela cafeicultura, os municípios de Campos do Jordão, de Iguape e de Registro. Em Campos do Jordão, mantendo seus limites anteriores a 1944 (6), tínhamos em Santo Antônio do Pinhal um quadro físico bem diferente do de Jaguaribe; o primeiro, com seus vales profundos e grandes contrastes de topografia; o segundo, com sua superfície uniforme de morros pertencentes ao sistema da Mantiqueira. Por seu turno, Iguape e Registro se completavam, para o que nos interessava: o primeiro em plena Baixada do Ribeiro, e, o segundo, com relêvo mais movimentado, espécie de prenúncio da Serra de Paranapiacaba (7).

Nas regiões de povoamento recente, que compreendem aproximadamente a faixa "alta" de nossas estradas de ferro de penetração há, pelo menos genêricamente, uma grande unidade física, de onde têmos partido do povoamento e do café para a escolha de nossas unidades de trabalho. Como representante de zona cafeeicultora, de importância crescente com povoamento ainda em avanço, escolhemos a Alta Araraquarense, onde estudamos os municípios de Rio Preto, Nhandejara e Fernandópolis, que correspondem a três períodos — e, como verificamos mais tarde, três tipos — de ocupação do solo. Como exemplo de zona nova com produção decrescente de café, com povoamento que já atingiu as barrancas do Paraná, optamos pela Alta Sorocabana, onde percorremos os municípios de Presidente Venceslau e Presidente Prudente.

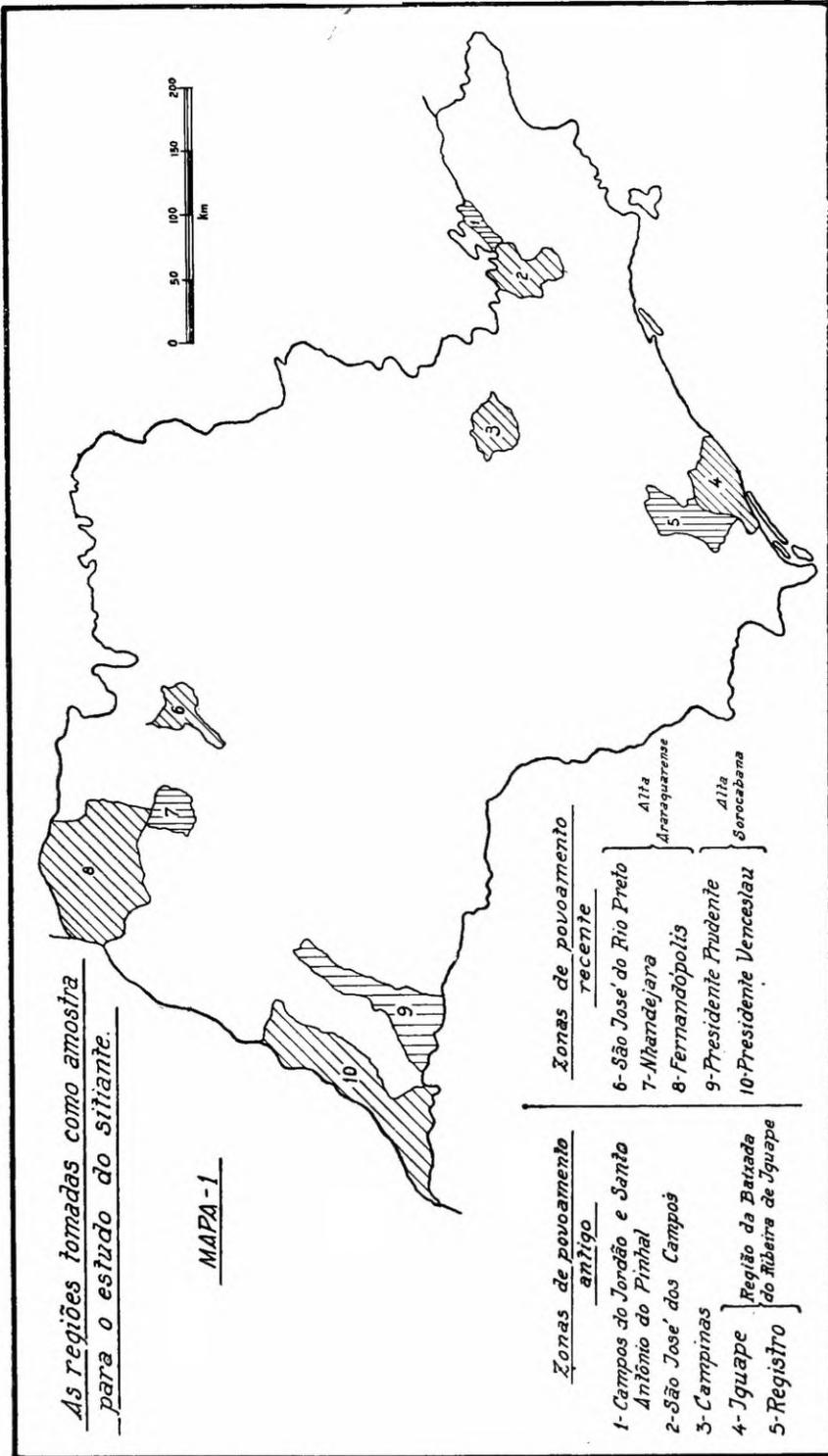
Em resumo, iríamos, dentro do ambiente rural, estudar o sítio em duas regiões — a de *povoamento antigo* e a de *povoamento recente*, levando sempre em consideração o fator café e as diferenças no meio natural. Pretendíamos assim obter, dentro dêsse domínio em que as inter-relações geográficas são mais diretas — o meio rural — uma análise comparativa de como elas se

---

(5) Ver Sérgio Milliet — "O Roteiro do Café e outros ensaios".

(6) A manutenção dos limites antigos do município de Campos do Jordão prende-se ao fato de ser aquêlo para o qual contávamos com dados estatísticos.

(7) Para estudos recentes sobre a geomorfologia de região, ver o trabalho de João Dias da Silveira — "Baixadas litorâneas quentes e úmidas". São Paulo, 1950.





processam em relação ao sitiante, quer onde são antigas quer onde recentes, sofrendo, ou não, a influência de um passado ou de um futuro cafeicultor.

Sabemos perfeitamente que deixamos à margem muitas outras regiões onde o sitiante ocupa lugar importante na vida rural, tais como as de Ribeirão Preto, Tietê e Piracicaba, por exemplo. Mas é preciso admitir, como já o dissemos, que era tarefa superior às forças de uma pessoa cobrir todo o território do Estado ou mesmo estudar somente tôdas as regiões onde o sitiante oferecesse algum interêsse especial. O assunto poderia ser tratado segundo dois critérios: ou desenvolvê-lo de maneira muito geral, considerando o conjunto do Estado, ou escolher algumas regiões e aí estudar o sitiante de maneira mais detalhada. Optamos pela segunda alternativa, que nos pareceu mais atraente e realizável. Além disso, dentro das condições em que realizamos nossas pesquisas, a restrição territorial nos pareceu muito mais aconselhável.

É preciso pois lembrar, no decorrer do trabalho, que tôdas as classificações e conclusões que fizemos são válidas exclusivamente para as regiões que selecionamos e estudamos, não devendo de forma alguma ser encaradas como generalizações para todo o Estado. Restam ainda muitas regiões por estudar, onde talvez existam muitos outros tipos de sítiantes: constituem uma reserva para futuro desenvolvimento de nosso trabalho.

---

Se êste trabalho tem algum mérito, é o de ter sido feito com dados originais, obtidos em viagens realizadas a todos os municípios que citamos. Evidentemente, procuramos completá-lo com o que tínhamos em matéria de bibliografia — por sinal muito limitada — e por pesquisas realizadas em nossas repartições administrativas para obtenção de estatísticas referentes às regiões que tínhamos selecionado.

Temos plena consciência de que êste trabalho pouco representa de definitivo. Achamos mesmo que, com tôdas as limitações inerentes às condições em que a pesquisa foi realizada, êle só poderá ser considerado como ponto de partida para futuras e mais amplas investigações sôbre o assunto. Num tema que cobre tão extensa área e compreende tantos e tão complexos aspectos e problemas, não nos seria possível realizar mais que algo que pudesse ser considerado como contribuição, embora modesta, ao estudo geográfico de nosso meio rural. Nem sempre seremos completos e muitos problemas ficarão sem solução. Mas, segundo o nosso mestre e amigo, Professor Pierre Monbeig. "... a Geografia deve

ser uma ciência modesta. Não raro não encontramos a explicação decisiva; melhor então, ao invés de generalizar um ou dois fatos particulares, descrevê-los apenas e deixar a outros a explicação. Devemos, em suma, limitar-nos a interrogações fecundas. Colocar o problema deve ser nossa ambição e não nos será permitido realizá-la todos os dias" (8).

Cumpre-nos ainda alertar o leitor sobre uma particularidade deste trabalho: elaborado no decorrer dos anos de 1945 e 1946, só agora, por circunstâncias alheias à nossa vontade, é ele dado à publicação. Oportuno seria lembrar que, mantida a redação original da tese, todos os dados e conclusões são válidos para aquela época, ficando assim resguardada a nossa responsabilidade em quaisquer modificações havidas de lá para cá.

Fazemos empenho de apresentar os nossos mais sinceros agradecimentos:

- ao Prof. Pierre Monbeig, por sua orientação de mestre, apôio de amigo e crítica de cientista,
- a Antônio Rubbo Müller, pela assistência na realização da pesquisa e contribuição na discussão dos vários problemas surgidos,
- e a todos que, direta ou indiretamente, tornaram possível a realização deste trabalho.

---

(8) "Ensaio de Geografia Humana Brasileira", p. 17.

## **B — A CARACTERIZAÇÃO DO SITIANTE**



## CAPÍTULO I

### CONCEITO DE SITIANTE

#### HISTÓRICO

Uma das tarefas preliminares, a que fomos levados, para a execução do presente trabalho foi procurar localizar, aproximadamente, a partir de que época aparece a palavra *sitiante* como designativo do pequeno produtor, basicamente policultor, em contraste com o grande produtor, basicamente monocultor. Consultando nossos historiadores e relatórios antigos, chegamos à conclusão que o termo, já em sua acepção atual, deve datar do século XVIII (9).

Nos períodos anteriores, encontramos como diferentes tipos de trabalhadores rurais, somente o grande proprietário, o escravo e o agregado. Mais tarde, com a crise da mão de obra desencadeada pela abolição da escravatura, aparece o trabalhador branco assalariado, introduzido pela política de imigração, então em desenvolvimento. Desses tipos rurais anteriores ao século XIX, o que mais nos prendeu a atenção foi o *agregado*, pois, de todos, era o único que parecia ter alguma relação com o atual sitiante, dentro do conceito que dêle temos no presente (10). Oliveira Viana fornece-nos, a respeito, alguns esclarecimentos: "... agregados são moradores ou foreiros. Habitam fora do perímetro das senzalas, em pequenos lotes aforados, em tôscas choupanas, circundantes ao casario senhorial que, do alto de sua colina, os centraliza e domina. Da terra fértil extraem, quase sem nenhum trabalho, o bastante em caça, frutos, cereais, para viverem vida frugal e indolente. Representam o tipo do pequeno produtor consumidor, vegetando ao lado do grande produtor fazendeiro" (11). De acordo com este autor, a classe dos agregados teria sido originalmente formada por elementos brancos que, não descendendo de famílias bas-

---

(9) Saint-Hilaire, que viajou por nosso país no primeiro quartel do século XIX, já registra e explica o vocábulo.

(10) Lucila Herrmann fala de pequenos proprietários na zona de Guaratinguetá, no período de 1630 a 1775, em seu trabalho sobre a "Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos". Logo depois, no período canavieiro (1775-1836), mostra, no entanto, haver uma evolução para o predomínio da grande propriedade, como prejuízo dos "sítios" ou pequenas propriedades.

(11) "Populações meridionais do Brasil", vol. I, p. 65.

tante ilustres, não logravam merecer doações de terras por parte do rei; então, segundo Caio Prado Júnior, "... se encostam a algum senhor poderoso, e em troca de pequenos serviços, às vezes até unicamente de sua simples presença, própria a aumentar a clientela do chefe e insuflar-lhe a vaidade, adquirem o direito de viver à sua sombra e receber dêle proteção e auxílio" (12).

Voltando a Oliveira Viana, "logo depois das primeiras fundações vicentistas essa plebe rural entra a receber contingentes estranhos... São o transbôrdo das senzalas repletas, as récovas da escravaria, o sobejo da mestiçagem das fazendas..." (13). Uma classe sempre crescente, recrutando os que não encontravam na organização rural de senhores e escravos uma posição definida. A início dependentes dos fazendeiros, como o próprio nome de agregado indica, vão êles se tornando cada vez mais independentes e aos poucos vai aparecendo, em número cada vez maior, um novo tipo que, segundo êsse mesmo autor, "é a classe dos *foreiros*, dos que pagam unicamente fôro ao senhor... Nesta classe encontram-se certos elementos superiores da plebe, futuros pequenos proprietários, possuidores de sítios, donos de pequenas criações, peões com pequenos pecúlios, em vias de ascenderem, um tanto remediados" (14).

Finalmente, no século XIX, aparecem os primeiros pequenos proprietários sôbre os quais encontramos referências, tudo parecendo indicar que para êles é que se reservava o título de *sitiantes*, em oposição aos *fazendeiros*. Saint-Hilaire diz que fazenda "é nome reservado às propriedades rurais de certa importância e em que trabalham numerosos escravos", ao passo que, "as habitações de gente de poucos recursos chamam-se geralmente sítios" (15). Se por êste trecho não se pode afirmar tratar-se de propriedade ou não, há elementos no decorrer de suas obras para que não se tenha dúvida sôbre isso, devido às constantes referências ao "proprietário do sítio". No último trecho que transcrevemos, o ilustre viajante usou da palavra "habitação", talvez no mesmo sentido em que o nosso caboclo usa o termo "sítio", como "plantação" ou "lavoura".

De que forma viveriam êsses sitiantes do século XIX?

No Estado vizinho de Minas Gerais, do que se depreende do trecho em que Saint-Hilaire fala do sítio de Jacuí, por êle visi-

(12) "Formação do Brasil contemporâneo, Colônia", p. 281.

(13) Op. cit. p. 67.

(14) Idem, p. 134.

(15) "Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas", p. 185. Os vocábulos *fazenda* e *sítio* aparecem em português no original francês, que consultámos para verificar se o seu emprego era do próprio autor.

tado, os "sitiantes" locais pareciam dedicar-se mais à mineração que à agricultura. Referindo-se a esta propriedade, diz que o sitiante que o possuía "preferia a agricultura à mineração, porque oferece mais garantias; exemplo, — acrescenta — que deveria ser seguido, talvez, por todos os habitantes da província, por aquêles principalmente que não dispõem de grandes recursos" (16). Ora, se o sitiante em questão constitui um "exemplo que deveria ser seguido", é porque não era parte da regra geral e, sim, exceção a ela.

No Estado de São Paulo, a julgar pelos casos citados pelos viajantes da época, os *sítios* parecem localizar-se, predominantemente, na parte central da depressão periférica, na região de Campinas, Sorocaba, Piracicaba, Itu, Tietê, etc., e no sul do Estado. Em relação ao vale do Paraíba não se encontra menção de *sítios* tanto na obra de Saint-Hilaire como na de Zaluar, que também viajou, em meados do mesmo século, por essa região.

De acôrdo com os diferentes casos citados nessas obras do século XIX, existiriam então três tipos principais de *sítios* dentro do território paulista:

a) *sítios-pouso, de beira-de-estrada*, ligados ao movimento de viajantes e provavelmente, mais ainda, ao das tropas de muires que vinham do sul em direção a Minas. É o caso do Sítio Pouso Alto, na região de Franca, de que fala Saint-Hilaire, "pertencente a um mineiro que aí construía um rancho para viajantes e que cultivava milho para vender a êstes. Uma vez por ano ia à cidade de São Paulo, com carro de bois, carregado de toucinho e de algodão, e dali regressava transportando sal e artefatos de ferro" (17). Embora o sítio esteja mais condicionado à sua posição em relação à via de passagem, nota-se uma manifestação de policultura pelo toucinho e algodão que o proprietário levava para a cidade para trocar pelo que necessitava e não podia produzir.

b) *sítios ligados à produção de cana-de-açúcar*, dos quais temos um bom exemplo no caso do sítio Pedro Antunes, "de que era dependência um engenho de açúcar cujo proprietário possuía alguns escravos" (18), situado nos arredores de Sorocaba. Enquadra-se também, nesse caso, o Sítio São Francisco, em Campinas, "tão agradável pela sua posição topográfica como produtivo pela cultura da cana, de que aí existem as mais bonitas plantações..." (19). Há, ainda, *sítios* indiretamente ligados à cana-de-açúcar, como o de Itaque, perto de Sorocaba, "cujo proprietário, e vários

---

(16) Idem, p. 231.

(17) "Viagem à Província de São Paulo", p. 114-115.

(18) Idem, p. 269.

(19) Zaluar, "Peregrinações pela Província de São Paulo", p. 155.

de seus vizinhos, como êle pouco abonados, só possuíam pastagens, cultivavam apenas para a satisfação de suas próprias famílias. Compravam muares que, internados em pastos, alugavam aos proprietários dos engenhos de açúcar ou os empregavam diretamente no transporte de açúcar. . .” (20).

c) *sítios visando*, básicamente, a *prover à própria manutenção*, sem produto importante de venda. Esse tipo é encontrado mais para o sul, como na região de Itapetininga, da qual diz Saint-Hilaire: “em parte alguma há grandes fazendas: mas vêem-se frequentemente, esparsas pelo campo, casas que, mal conservadas, muito pequenas, constituem indício de indigência. . . Nos colonos brancos, ou pretensos brancos, da parte da província de São Paulo de que me vou ocupando, não se podem ver senão verdadeiros camponeses: não possuem escravos e são êles mesmos que plantam e colhem, vivendo, geralmente, em grande penúria” (21).

Excluindo-se os pequenos produtores que se desenvolveram à volta da cidade de São Paulo, segundo os depoimentos de um terceiro viajante do período, Mawe (22), (e que não nos interessam diretamente), êsses foram os tipos de sítios que podemos considerar como os predominantes na época.

A palavra “sitiante” parece ter sido reservada desde os primeiros tempos de seu emprêgo, entre nós, para designar exclusivamente os pequenos lavradores independentes, pois que, nos mesmos textos, encontramos também referências ao “agregado”, que é considerado à parte. Sobre êste, diz Saint-Hilaire: “Os pobres, que não podem ter títulos, estabelecem-se nos terrenos que sabem não ter dono. Plantam, constroem pequenas casas, criam galinhas, e, quando menos esperam, aparece-lhes um homem rico, com o título que recebeu na véspera, expulsa-os e aproveita o fruto de seu trabalho. O único recurso que ao pobre cabe é pedir, ao que possui léguas de terra, a permissão de arrotear um pedaço de chão. Raramente lhe é recusada tal licença, mas como pode ser cassada de um momento para outro, por capricho ou interêsse, os que cultivam terreno alheio e chamam-se agregados, só plantam grão cuja colheita pode ser feita em poucos meses, tais como o milho e o feijão, não fazem plantações que só dêem no cabo de longo tempo, como o café” (23). A menção do café é extremamente interessante pois indica que, se na zona da cana-de-açúcar os sítiantes são proprietários, conforme os exemplos já citados, nas zonas cafeicultoras havia incidência maior de agregados, explicável pelo valor das terras e organização da produção. Talvez assim se explique

(20) Saint-Hilaire, op. cit. p. 221.

(21) Op. cit. p. 267.

(22) “Viajens ao interior do Brasil”.

(23) “Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas e a São Paulo”, p. 39-40.

a ausência da palavra "sítio" nos textos dos viajantes do século XIX quando se referem ao vale do Paraíba.

É a partir de fins do século XIX que aparece para o sitiante — como pequeno produtor, proprietário ou não — ambiente favorável ao seu desenvolvimento, graças à ação de vários fatores conjugados:

a) fragmentação da grande propriedade — que, nas zonas de povoamento antigo, se vai fazendo nas terras cansadas, abandonadas pelo café e, nas zonas novas, pela especulação de terras. Segundo opinião do Prof. Monbeig, influiria ainda certa mudança na psicologia do fazendeiro paulista. A lição da derrocada do café e do abandono das terras cansadas, fa-lo-ia preferir, além de morar na cidade, jogar com bens móveis em lugar de imóveis.

b) a fuga para a cidade por parte dos grandes proprietários que, não querendo vender suas terras, provocam o desenvolvimento do arrendamento, sistema que não lhes dá preocupações e para o qual nem sequer precisam de administrador.

c) a falta de mão de obra — fato que, no meio oficial, abriu as portas aos imigrantes, portadores de atitude muito favorável ao desenvolvimento da pequena lavoura, formando núcleos coloniais (24); nos meios particulares, incrementou o sistema de parceria, para o qual apelaram os fazendeiros à medida que o problema se tornou mais premente.

d) a urbanização e industrialização — elementos que, além de criarem as áreas suburbanas no caráter extenso e importante que hoje conhecemos, conseguiram formar um mercado interno com novas possibilidades para a produção rural, orientando-a, cada vez mais, para a policultura. O sitiante adquiriu então meios de contar com produtos de valor comercial que não exigem grandes empates de capital, como acontecia no caso do café.

Pela ação concatenada desses fatores, o sitiante ganhou sempre terreno, passando a ocupar, no nosso meio rural, um papel relativamente importante.

### CONCEITO ATUAL E TIPOS DE SITIANTE

Talvez o melhor critério para se definir o sitiante, uma vez que tão pouco se tem escrito sobre êle, seja o de considerar a opinião do próprio homem do campo a respeito. Pelas investigações que fizemos, podemos dizer que *sitiante é todo o pequeno*

(24) É preciso lembrar que no Estado de São Paulo, onde a imigração teve por fim principal servir de mão de obra assalariada às fazendas de café, os núcleos coloniais não tiveram o mesmo caráter importante tido nos Estados do Sul. Em São Paulo a maior contribuição do imigrante para o desenvolvimento do *sítio* foi, talvez por tradição, ou por tendência, constituir um dos principais elementos, senão o principal, da classe dos pequenos proprietários, à medida que se iam libertando da situação de assalariado.

*produtor rural que, responsável pela lavoura, trabalha direta e pessoalmente a terra com a ajuda de sua família e, ocasionalmente, de alguns empregados remuneradas* (25).

Analisando essa definição em partes, vemos que, como pequeno produtor rural, o que lhe interessa é o volume da produção, a área plantada, sem menção alguma ao regime da terra, podendo esta, indiferentemente, ser propriedade dêle ou não. O que o caracteriza é mais a produção relativamente pequena, tanto assim que, em algumas regiões, é a plantação que serve como critério de classificação. Na zona cafeeicultora de Rio Prêto, por exemplo, uma plantação de menos de 50.000 pés de café é considerada como sendo de sítio; na de Iguape, em relação à banana, as de menos de 15.000 pés.

Além disso, êle deve ser responsável pela lavoura. É êle quem resolve sôbre os produtos a serem plantados, o tempo de cultivo, os métodos a empregar. Essas atribuições distinguem-no, claramente, dos trabalhadores rurais assalariados (*colono, camarada*), que não têm nenhuma destas funções; distinguem-no, mesmo, do empreiteiro de plantações novas que, se tem liberdade de ação no que diz respeito às suas próprias culturas de manutenção, é obrigado a formar as novas plantações de acôrdo com as cláusulas do contrato, e, portanto, sujeito à fiscalização regular e direta do proprietário.

Por trabalhar direta e pessoalmente a terra, e por fazê-lo com a ajuda da família ou de alguns empregados assalariados, o sitiante distingue-se, de um lado, do pequeno proprietário absentista e, de outro, do fazendeiro. No primeiro caso, se o pequeno proprietário não tem ligações diretas com a terra, não é, pelo homem do campo, considerado como sitiante. Lembro-me de ter perguntado se uma pessoa nessas condições cabia dentro do conceito e a resposta foi: "Não, êle é dono do sítio, mas não é sitiante; êle mora na cidade". Estava implícito que, no caso, quem era assim considerado era o parceiro que estava trabalhando na propriedade. A distinção com o fazendeiro, quanto mais não fôsse por êste contar com uma produção muito maior, ficaria óbvia pelo fato de êle, em regra, não trabalhar pessoalmente a terra, ficando na simples posição de administrador, contando com muitos empregados assalariados.

Como, no conceito popular, não existe diferenciação alguma entre sitiantes proprietários ou não, cabe-nos aqui analisar os diferentes tipos de sitiante de acôrdo com o regime que os liga à terra que cultivam.

---

(25) Conceito êste que concorda com a única definição publicada que conhecemos, a de Ruy Miller Paiva e Mário D. Homem de Mello no trabalho — "Estudo sôbre a agricultura do sitiante", p. 72.

Em primeiro lugar, queremos citar o sitiante proprietário, correntemente confundido com o "pequeno proprietário". As duas expressões não são sinônimas, acrescentando ainda que o conceito de "pequena propriedade" é ainda muito susceptível de discussão. Nos principais estudos feitos sobre o assunto, de Caio Prado Júnior (26) e de Sérgio Milliet (27), é considerado como pequena propriedade aquela que vai até 25 alqueires em sua área. É difícil achar a coincidência entre a pequena propriedade e o sítio, pois o próprio Caio Prado Júnior, ao falar nas "três categorias fundamentais e típicas da propriedade rural — *pequena* — sítios e chácaras; *média* — grandes sítios, fazendolas; *grande* — a fazenda" (28), coloca o sítio em duas de suas classes. Por nossas pesquisas, podemos afirmar que, enquanto em certas zonas (29) o limite máximo é de 25 alqueires, em outras este limite é ou demasiadamente elevado ou muito baixo.

Assim, nas zonas novas, onde há maior abundância de terras e onde, em geral, a valorização não é exagerada, o limite máximo do que é considerado sítio sobe a 50 alqueires, como em São José do Rio Preto, Votuporanga e Fernandópolis. É só quando há maior especulação de terras que a moda se fixa em limite máximo mais baixo (30). Nas zonas velhas, o limite baixa quando se trata de regiões que se dedicam a culturas de alto valor comercial (31), o que se explica não só pelo fato de se tratar de produtos muito compensadores, como porque são essas lavouras muito delicadas e trabalhosas. O máximo que é possível cultivar dentro das limitações de mão de obra, fixa o tamanho das propriedades entre quatro e dez alqueires.

Em compensação, o limite de 25 alqueires, ou mesmo de 50, é pequeno para certas zonas. Trata-se, principalmente, das que têm economia pastoril, nas quais uma propriedade de 100 alqueires é ainda considerada sítio (32); ou daquelas em que se pratica, dentro dos seus limites, uma *agricultura itinerante*, caso em que o limite máximo do sítio pode ir até 150 e mesmo 200 alqueires (33).

Para que um proprietário seja sitiante, não parece influir, pois, o número de alqueires que possui: o que importa é o tipo

(26) "Distribuição da propriedade fundiária rural no Estado de São Paulo".

(27) "O desenvolvimento da pequena propriedade no Estado de São Paulo", estudo incluído em seu "Roteiro do Café", p. 75-116.

(28) Op. cit. p. 53.

(29) Como na parte ocidental do município de Campinas, na região de São Francisco Xavier — município de Campos de Jordão, ou às margens do Ribeira (perto de Registro).

(30) Como ao redor dos patrimônios e "colônias". Em Jalles, Estrela d'Oeste (Alta Araraquarense), Arpad, Aimoré, Marabá, Pirapozinho (Alta Sorocabana); o limite máximo oscila entre 10 e 15 alqueires.

(31) Como a cultura de frutas em Valinhos, a de chá em Registro, a do arroz na várzea do Paraíba, a de cenouras em Campos do Jordão.

(32) Como em Buquira, município de São José dos Campos.

(33) Como se faz em Iguape, na cultura de manutenção.

de exploração do solo que desenvolve. Basta ficar enquadrado dentro dos característicos gerais peculiares ao sitiante, para que o mesmo seja considerado como tal. Assim sendo, um sítio pode abranger a pequena, a média ou mesmo a grande propriedade (34), embora não seja errado afirmar haver maior incidência dentro da primeira categoria.

Alem do proprietário, existe outro tipo de sitiante que, como êle, usa livremente a terra — os *posseiros* ou *moradores*. São posseiros ou moradores aquêles que se instalam onde quer que haja terras de onde não sejam expulsos imediatamente, dando-lhes tempo de, pelo menos, fazerem uma colheita. Quase sempre são terras pertencentes ao Estado, como ilhas fluviais ou terras devolutas, podendo acabar por possuí-las por direito de *usucapião*; podem ser também propriedades particulares, onde em caso de reclamação poderão manter-se na posição de parceiros. Constituem elemento pária, que nada faz de definitivo porque tudo para êle tem caráter provisório. Embora se assemelhe ao sitiante proprietário, pelo que tem de independente, é, na realidade, quase que caso oposto. Arriscando-se a ser expulso, até mesmo antes de colher o fruto de seu trabalho, o posseiro cria uma paisagem bem diversa, onde aparece uma moradia rudimentar, denotando forte provisoriedade. A ausência de plantações permanentes, a lavoura mal cuidada (de quem não pode perder tempo com minúcias e sabe que a terra não é sua), caracterizam bem o pequeno quadro de *habitat* rural por êles criado.

Outra classe de sítiantes é a dos que têm de cumprir certo número de obrigações em troca da terra que ocupam: são os arrendatários e parceiros, que abrangem diversas modalidades.

No arrendamento o sitiante tem o usufruto da terra por certo prazo, mediante pagamento pre-determinado, em dinheiro, espécie, ou pela prestação de certos serviços.

O tipo mais comum de arrendamento é a *dinheiro* e, no caso específico do algodão, o da cota fixa sôbre a produção. O prazo, em geral de três anos, pode ser prolongado por novo contrato sempre que haja, de ambas as partes, vantagens nisso. No pagamento a dinheiro, há muita variação na quantia exigida de região para região, levando-se em consideração o valor das terras, os tipos de solo e, às vezes, o valor comercial do produto a ser plantado. Enquanto em Campinas o preço médio de arrendamento é de Cr\$ 500,00 por ano e por alqueire, em Tanabi e Fernandópolis (Alta Araraquarense) encontramos os preços de Cr\$ 350,00 e em Presidente Venceslau (Alta Sorocabana) o de Cr\$ 400,00 (35).

(34) Considerando as categorias de Caio Prado, que já citamos.

(35) É preciso lembrar que êsses dados são válidos para os anos de 1945-46.

Além da variação segundo o valor das terras, há sempre oscilações segundo a qualidade e fertilidade dos solos e conforme o tipo de produto que será cultivado, tal como observamos em Marabá (município de Presidente Venceslau) (36).

O arrendamento por cota fixa, usual para o algodão, como dissemos, é aquêlo pelo qual o arrendatário se compromete a entregar ao proprietário um determinado número de arrôbas do produto, por alqueire e por ano de usufruto da terra.

O arrendamento a dinheiro é preferido pelos proprietários que não querem especular com mercadorias; só é viável ao sitiante, quando êle conta com certo capital para cobrir as despesas iniciais da lavoura e garantir o arrendamento em caso de fracasso. O pagamento por cota fixa, embora ofereça maiores riscos, é preferido pelo proprietário quando lhe interessam lucros mais elevados, não se importando de se dar ao trabalho de negociar com o produto; quanto ao sitiante, tem a vantagem de não exigir outra reserva em dinheiro além da necessária para atender aos gastos da plantação.

A outra modalidade de retribuição, a que é feita *por prestação de serviços*, está mais comumente prêsa à formação de pastos nas regiões novas. O proprietário entrega ao arrendatário certo número de alqueires que, terminado o prazo do contrato, em geral de 2 ou 3 anos, deverá ser entregue com o pasto já formado. Nos primeiros anos o sitiante planta culturas de manutenção e no último, entre estas, irá intercalando as mudas do capim escolhido pelo dono das terras. Há casos em que o prazo é somente de um ano e então o proprietário concede ao sitiante "terras solteiras", onde êle poderá fazer suas próprias culturas sem consorciá-las com o *jaraguá*, o *colonião*, o *capim-elfante* ou o *sempre-verde*. Esta foi a solução encontrada pelos grandes criadores ou invernistas para uma tarefa que, por seu caráter provisório, não podia convir a outros que não os arrendatários, os quais tinham, assim, a possibilidade de usufruir gratuitamente da terra em troca de seu trabalho na formação de pastos, principalmente quando não contavam com recursos.

Quando o sitiante não conta com capital para arrendar terras ou, mesmo, para formar sua lavoura, e não tem a sorte de poder formar pastos, êle torna-se *parceiro*. Como tal, cultivará terras alheias dando ao proprietário, em pagamento, *uma parte proporcional da colheita*, parte essa que varia de acôrdo com o grau de auxílio ou financiamento recebido. O sitiante precisará

(36) Na época em que a menta estava tendo grande procura, pedia-se Cr.\$ 2.000,00 por alqueire de terra para as suas plantações; na mesma região o preço de arrendamento era de Cr.\$ 350,00 a Cr.\$ 400,00 para o algodão.

contar somente com seu próprio instrumental de trabalho; semente, adubo, inseticida, poderão ser fornecidos pelo proprietário. Se o fornecimento for grande, o sitiante ficará na posição de *meeiro*, entregando ao dono das terras metade da produção total; se for pequeno, será *terceiro*, entregando a terça parte da mesma. Essa parte proporcional é em geral contada somente sobre a safra do produto de venda, em geral o algodão, ficando os produtos de manutenção reservados ao sitiante.

Do ponto jurídico e econômico, o sitiante não constitui, portanto, unidade. Os diversos tipos resultantes nos interessam pelas conseqüências geográficas que deles resultam, principalmente no que diz respeito à criação de quadros característicos de *paisagens*. Assim, enquanto aos proprietários é possível fazer culturas de manutenção, ao arrendatário ou ao parceiro nem sempre é conveniente. Com a preocupação de não se sobrecarregarem com um número muito grande de alqueires, eles procuram plantar o máximo em produtos de valor comercial, não só para compensar o preço do aluguel da terra ou a parte da produção que entrega ao proprietário, como para garantir-se um capital para as novas culturas. Daí uma ocupação mais uniforme da terra, onde, à ausência de culturas permanentes, se somam o número de benfeitorias e a casa rudimentar. Há também outro fato que não pode deixar de interessar ao geógrafo: certas diferenças de nível de vida. Ao passo que o proprietário pode, pela policultura, garantir-se contra os baixos preços, o arrendatário ou parceiro, preso à cultura comercial, fica mais sujeito às oscilações do mercado, quer na venda de seu produto, quer para comprar o que necessita.

Essas diferenças, porém, apesar de seu inegável interesse, não são capazes de, por si só, criar classes geográficas de sítiantes. O critério não tem base em fenômenos geográficos, isto é, nas interações diretas entre o homem e o meio. Assim sendo, o sitiante ainda é para nós uma unidade, os diferentes tipos jurídico-econômicos que abrange só reaparecendo à medida que possam contribuir para explicar os problemas geográficos a eles ligados.

### FORMAÇÃO ÉTNICA DO SITIANTE

Segundo Oliveira Viana, em citação que já fizemos mas que tomamos a liberdade de repetir, o sitiante, na figura do agregado, é produto da parte do elemento branco que ocupava, no período colonial, uma classe social e econômica baixa, com o "transbordo das senzalas repletas, as récovas da escravaria, o sobejo da mesquagem das fazendas". A este conceito Caio Prado Júnior acrescenta outro: "Os primeiros colonos chegados tiveram naturalmen-

te de apelar para os índios a fim de satisfazer suas necessidades alimentares; ocupados em organizar suas emprêsas, não lhes sobrava tempo para outras atividades. Os índios, que no seu estado nativo já praticavam alguma agricultura, embora rudimentar e seminômade, encontram neste abastecimento dos colonos brancos um meio de obter os objetos que tanto prezavam. Muitos dêles foram por isso fixando-se em tôrno dos núcleos coloniais e adotando uma vida sedentária. Mestiçando-se depois aos poucos, e adotando os hábitos e costumes europeus, embora de mistura com suas tradições próprias, constituirão o que mais tarde se chamou os *caboclos* e formarão o embrião de uma classe média e equidistante dos grandes proprietários e dos escravos" (37).

Mesmo sem falar na falta de uniformidade étnica que se pode encontrar nesses três grupos — o branco colonizador, o prêto introduzido pelo comércio escravagista e o índio — o sitiante, pela combinação dêsses três elementos, apresenta-se, já no início de sua história, com formação étnica bastante complexa.

A fixação da imagem do *caboclo* no tipo resultante dos cruzamentos entre êsses três grupos iniciais deu-se, principalmente, em contraposição aos novos elementos introduzidos por imigração recente. Os imigrantes começam a ser recebidos no século XIX, justamente no período em que o sitiante começa a tomar impulso no seu desenvolvimento. São depois do germânico, que foi o primeiro, "os grandes contingentes de homens do Mediterrâneo, o elemento asiático, os povos do Báltico e da Europa oriental" (38). Êsses novos elementos vêm, uma vez libertados de sua posição assalariada nas fazendas de café e obtidas algumas economias, juntar-se à classe do sitiante, aumentando-lhe a complexidade da formação étnica ou criando um outro tipo de sitiante, o do *colono* estrangeiro (39), em contraste com o *caboclo* brasileiro.

Como no caso dos diferentes tipos de sítiantes quanto à sua relação com a terra que cultiva, poderão acusar-nos de estar invadindo seara alheia. Tratando-se, porém, de um estudo aprofundado, êsses aspectos também nos interessam, não em si mesmos, mas na medida em que podem contribuir para esclarecer ou explicar os fenômenos que dizem respeito à Geografia.

Tal como para os tipos econômicos, os diferentes tipos étnicos que encontramos entre os sítiantes, têm grande importância no estudo dos gêneros de vida e na interpretação da paisagem. Trazendo novos patrimônios culturais, os imigrantes não reagem sempre da mesma maneira. Algumas vêzes adaptam-se ao novo

(37) "História econômica do Brasil", p. 50.

(38) Sálvio de Almeida Azevedo — "Imigração e colonização no Estado de São Paulo", p. 108.

(39) No sentido de colonização, não no de assalariado das fazendas de café.

meio ambiente, aceitando muito do que encontram em matéria de técnicas; outras vêzes mantêm suas técnicas originais. Das novas técnicas, dos diferentes tipos de ocupação do solo e da introdução de culturas importadas e estilos arquitetônicos exóticos nas casas rurais, resultam muitas vêzes gêneros de vida e paisagens inteiramente diferentes dos tradicionais.

Por mais interessantes que sejam os aspectos jurídicos e étnicos dos *sitiantes*, é preciso lembrar, mais uma vez, que êste é um estudo do *sitiente* em geral, dentro de sua unidade de conceito. No entanto, devido à vastidão e complexidade de nosso objeto de estudo, não podemos negligenciar as principais variedades que possam ser encontradas, uma vez que, em muitos casos, serão elas que levarão a um melhor conhecimento do todo. E já que êsses tipos que o conceito encerra, se prendem basicamente a distinções de ordem econômica e social, não temos escrúpulos em nos servir dessas ciências afins, uma vez que possam esclarecer ou completar aquilo que é o nosso alvo: o estudo geográfico do *sitiente*.

## CAPÍTULO II

### A SUBDIVISÃO DA TERRA E O SITIANTE

Uma vez definido o que consideramos sitiante e apontados os diferentes tipos econômicos e étnicos que devem ser levados em consideração, trataremos de sua distribuição espacial, fase essencial de trabalho no estudo de qualquer fenômeno geográfico.

Somos obrigados a esclarecer que, ao recorrermos às estatísticas existentes para os municípios selecionados, infelizmente não encontramos exatamente o que desejávamos.

Era nossa intenção organizar para cada município estudado um mapa que indicasse, por distrito, a área média correspondendo a cada agricultor (sitiante e fazendeiros). Essa média seria obtida dividindo a área total das propriedades do distrito pelo número total de fazendeiros e sítiantes. Mas o plano era irrealizável no momento, pois não encontramos dados estatísticos que nos fornecessem o número de arrendatários por distrito (40).

Diante de tais limitações fomos obrigados a nos restringir aos proprietários rurais, conseguindo não a média correspondente a cada agricultor mas a área média da propriedade rural por distrito (41). Ainda assim, tropeçamos com dificuldades: devido a mudanças nos limites municipais, mudanças estas que se realizaram por decreto de 1944, não encontramos dados para alguns dos municípios que nos interessavam, tais como Nhandejara e Fernandópolis. O município de Campos do Jordão, pelo mesmo decreto, perdeu o distrito de Santo Antônio do Pinhal para São Bento do Sapucaí, mas como o que aí nos interessara fôra, precisamente, o contraste existente entre Santo Antônio e o atual distrito da Sede de Campos do Jordão, optamos por considerar os limites antigos. Por essa razão, as estatísticas para Campos do Jordão (com os dois antigos distritos) são para o ano de 1944, que já estava completa quando foi feita a separação de Santo Antônio.

Com tôdas essas limitações, organizamos uma série de mapas em que procuramos, após estabelecer a área média da propriedade

---

(40) A estatística agrícola e zootécnica do Estado só fornece dados, por municípios, para os arrendatários com pagamento a dinheiro.

(41) Usamos para isso os dados gentilmente cedidos por algumas prefeituras municipais e pela Diretoria de Impostos e Taxas sobre a riqueza imobiliária da Secretaria da Fazenda.

rural (42), representar a divisão da terra e a distribuição do sitiante. Sabemos que a distribuição do sitiante, estudada por êsse meio, terá muito de artificial: mas êsse nos pareceu ser o único método viável considerando que, como vimos anteriormente, não é possível estabelecer um limite máximo do que é considerado *sítio* em todo o Estado de São Paulo, podendo caber êsse rótulo dentro de qualquer categoria de tamanho de propriedade.

Além disso, não podemos esquecer-nos de que essa média não é a da área real que cabe a cada agricultor, mas sim a da área das *propriedades* rurais; na realidade, pela exclusão dos arrendatários e parceiros, esta deve ser sensivelmente mais elevada que aquela.

### **DISTRIBUIÇÃO DOS SITIANTES NA REGIÃO DE POVOAMENTO ANTIGO**

Comparando os mapas da divisão da terra nos municípios de São José dos Campos, Campinas, Iguape e Registro e Campos do Jordão, podemos verificar, à primeira vista, que se trata de casos bastante distintos um do outro. No município de São José dos Campos aparecem as classes de 10 a 20 alqueires, 20 a 30 e 40 a 50; no de Campinas as de 10 a 20, 20 a 30, 30 a 40, 40 a 50 e 50 a 60; nos da Baixada do Ribeira, Iguape e Registro, as de 40 a 50 e 80 a 90; no de Campos do Jordão as de 10 a 20 e 120 a 130.

Submetendo êsses dados a uma ligeira análise, podemos dizer que Campinas e São José dos Campos apresentam elevada divisão da terra, a Baixada do Ribeira conta com boa divisão no município de Registro e mais baixa no de Iguape e que o de Campos do Jordão que oferece os maiores contrastes, possuindo grande divisão no distrito de Santo Antônio do Pinhal e índice bastante baixo no de Jaguaribe.

Qual terá sido a relação existente entre êsses índices e a distribuição do sitiante nos diferentes municípios? No de São José dos Campos a média mais elevada é a que corresponde a Buquirá. Se considerarmos que o tipo de economia aí predominante é a que se prende à produção do leite, a área média de 40 a 50 alqueires não pode ser encarada como demasiadamente alta para excluir totalmente o sítio. O mesmo se dá com os dois distritos de Campinas que apresentam as médias mais elevadas, o de Conceição e Souza. Na Baixada do Ribeira, embora o resultado obtido seja relativamente alto, podemos dizer que o sitiante aparece

---

(42) Obtida pela divisão da área total das propriedades rurais pelo número total de proprietários.

em caráter generalizado porque, como já apontamos, o limite máximo do sítio se eleva nessa zona até mesmo a 200 alqueires.

De maneira geral os sítiantes aparecem, portanto, em maior ou menor grau, em todos os municípios. Mas, por que razão, aparecem em alguns com maior predominância que em outros? Por que, dentro dos municípios, certos distritos apresentam maior divisão da propriedade e, conseqüentemente, maior número de sítiantes que os demais? Para responder a essas perguntas torna-se necessária a análise individual de cada um dos mapas, tendo sempre em vista os fatores que possam ter influído nessa diferenciação.

No município de *São José dos Campos* (mapa 2) as propriedades compreendem três grupos de área média: o de 20 a 20 alqueires, com os distritos da Sede e Eugênio de Melo, o de 20 a 30 alqueires, com São Francisco Xavier e o de 40 a 50 alqueires, com o distrito de Buquira. O município é, pois, como que dividido em duas partes: ao Norte, os distritos de Buquira e São Francisco Xavier, de topografia movimentada (43), com menor subdivisão da terra; ao Sul, os distritos de São José dos Campos e Eugênio de Melo, com a várzea do Paraíba e a zona levemente ondulada das colinas pliocênicas, com maior subdivisão da terra.

Esta diferenciação na divisão da terra, que coincide com diferentes zonas fisiográficas, tem sua base na ocupação do solo anterior à fase atual, a que se ligava à cafeicultura. Conforme pudemos observar, pelos morros que ainda ostentam as marcas das ruas dos cafêzais, a cultura do café deveria, a partir das vertentes do Paraíba, ter ocupado o solo até Buquira. Daí, já mais rarefeita, avançaria pouco mais para o norte, em direção de Campos do Jordão e para oeste, para os lados de São Francisco Xavier. Já haveria, pois, naquela época, distinção entre a zona Norte e Sul.

Com o cansaço das terras e o abandono da cultura do café, o quadro foi-se modificando. No sul, é a descoberta da várzea, até então negligenciada, onde descendentes dos imigrantes italianos de Quiririm se instalam com pequenas propriedades cultivando o arroz. Nas antigas zonas de café, a economia vai-se orientando para os laticínios.

Como resultado, aparecem as atuais áreas médias na propriedade rural: a grande subdivisão da terra na várzea do Paraíba vai contribuir para diminuí-la consideravelmente nos distritos de Eugênio de Melo e da Sede, pois, excluindo-se a região da várzea, a pequena propriedade não parece ser a predominante. A várzea,

(43) O ponto mais elevado é, de acordo com a carta hipsométrica do Estado de São Paulo, a Serra dos Poncianos, que atinge 1950m de altitude.

onde a propriedade é em geral tão pequena, que se fala mais de "quartas" e "braças" que de alqueires (44), é o verdadeiro centro de concentração da pequena propriedade e do sítio. Fora dela, a tendência é para a fazenda de criação, com divisão de terra semelhante à de Buquira, que tem a mesma forma de economia. Em Buquira no entanto, de acôrdo com o testemunho de vários habitantes antigos da região, vem-se notando certa evolução para subdivisão ainda menor da terra, graças ao desenvolvimento dos laticínios.

Em Buquira, êste desenvolvimento prende-se diretamente à facilidade de transporte do leite, graças à estrada de rodagem São Paulo-Campos do Jordão, que é percorrida diariamente pelos caminhões das usinas; em São Francisco Xavier a dificuldade de comunicações impediu, pelo menos até o momento, o aparecimento de uma economia semelhante. São Francisco Xavier ocupa, na realidade, lugar à parte dentro do município: fechado sôbre si mesmo, tem uma economia de auto-suficiência com pequena criação como produção comercial. Aparece aí não o sítio muito pequeno da várzea nem o sítio grande de criação e a fazenda, quando existe, é ainda do tipo das de terras incultas, exceto as mais próximas de Buquira, que ainda podem dedicar-se à produção do leite. O que predomina é o sítio de 20 a 30 alqueires, sendo que a média aqui não foi afetada por nenhuma grande concentração de sítios em certo ponto. Trata-se de região bastante caracterizada no conjunto, mais voltada para o Estado de Minas, de onde recebeu grande parte de sua atual população, e para a Bragançina, uma vez que seu gado segue para São Paulo passando por Joanópolis.

No município de *Campinas* (mapa 3) existem, do ponto de vista da divisão da terra, duas zonas distintas: uma ao sul, com áreas médias de propriedades rurais mais baixas, com Rebouças, Vila Industrial e Valinhos e uma ao Norte, com áreas médias mais elevadas, compreendendo os distritos de Santa Cruz, Conceição e Souza.

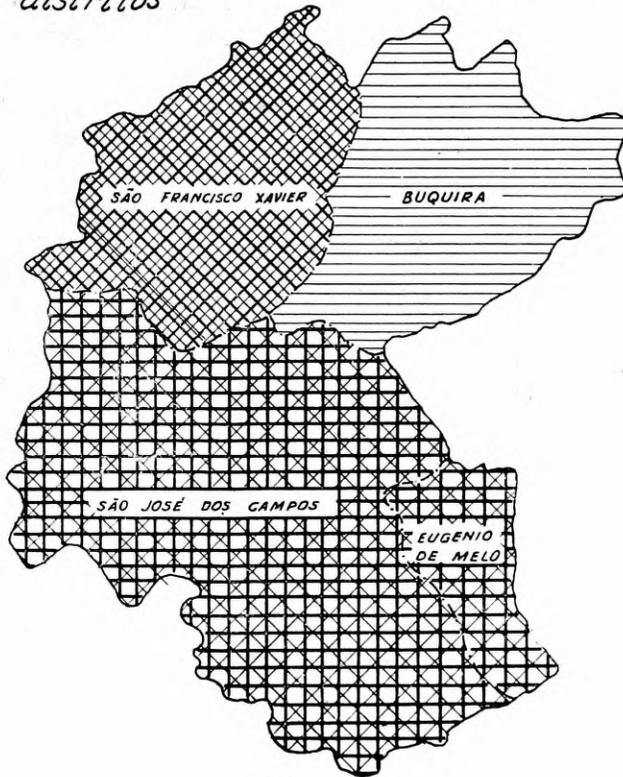
Comparando-se êste mapa com as zonas fisiográficas, não haveria, à primeira vista, relação alguma. Estas são divididas por uma linha imaginária norte-sul, ficando uma a este, outra a oeste; a primeira seria a parte mais montanhosa do município, de solos pré-devonianos, pertencendo, no conjunto do Estado, ao planalto oriental cristalino. A segunda seria a de topografia menos movimentada, com solcs de formação glacial permo-carbonífera e vá-

---

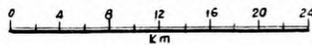
(44) Uma "quarta" tem 12 braças; um alqueire, 33 quartas e 3/4.

Divisão da terra no Município de  
São José dos Campos (1945)

Áreas médias das propriedades rurais  
por distritos



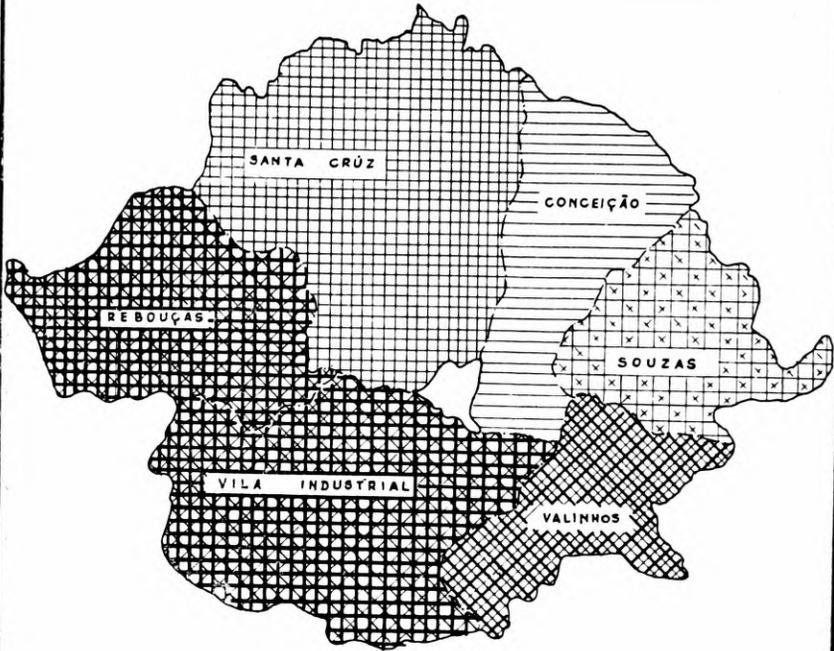
Mapa - 2 -



Legenda

	10 a 20 Alqueires
	20 " 30 "
	40 " 50 "

Divisão da terra no  
Município de Campinas (1944)



Mapa 3



*Áreas médias das propriedades  
rurais por distritos*

Legenda

	10	a	20	Alqueires
	20	"	30	"
	30	"	40	"
	40	"	50	"
	50	"	60	"

rias manchas de terra roxa do triássico (45), fazendo parte, no quadro geomorfológico estadual, da "depressão periférica".

Mas, embora à primeira vista haja dissociação entre os característicos físicos e a subdivisão da terra, a análise pormenorizada faz com que esta desapareça. A zona mais montanhosa de leste, com os distritos de Conceição, Souza e Valinhos, devido justamente ao relêvo, e, na parte ocidental, o distrito de Santa Cruz, onde as terras roxas aparecem com mais freqüência, constituem o território em que se desenvolveram as maiores plantações de café. Com o cansaço das terras produziu-se o abandono do produto e, em consequência, uma modificação econômica. Estes distritos orientaram-se, como também aconteceu em São José dos Campos, para a criação e, assim sendo, não houve nelas grande subdivisão das propriedades. O mesmo se deu no distrito de Santa Cruz, não pelas mesmas razões, mas porque, embora as terras roxas já não suportassem cafèzais com bom rendimento, os solos eram aí ainda bastante férteis para oferecer bons resultados com outras culturas. Se em Souza a subdivisão foi menor é porque a erosão, que aí trabalha com maior intensidade por ser o relêvo mais movimentado, veio trazer a necessidade de maior área em pascos por cabeça que nos demais distritos; além disso, o solo pedregulento nem sempre pode ser aproveitado, de onde espaços vazios, não ocupados, o que não se dá, pelo menos com a mesma intensidade, nos seus vizinhos. A média dêesses três distritos da parte oriental ainda deve ter sido abaixada graças à influência das pequenas propriedades horticultoras e fruticultoras que se desenvolveram perto da cidade de Campinas, acompanhando as rodovias de Limeira, Cosmópolis, Mogi-Mirim, Anhumas e Valinhos até mais ou menos uns 10 quilômetros de distância.

Pode parecer estranho que estejamos incluindo nessa região ex-cafeicultora, que evoluiu para a criação com a manutenção da grande propriedade, o distrito de Valinhos. Mas êste é um caso muito semelhante ao da várzea do Paraíba no município de São José dos Campos: o conhecido centro fruticultor de Valinhos, com suas pequenas propriedades, traz uma diminuição da média que na realidade não é válida para todo o território. Excluindo-se os sítios ao redor da cidade, o predomínio é de fazendas, embora não exatamente do mesmo tipo das de Conceição e Souza, pois aqui a agricultura ainda ocupa lugar importante, graças ao algodão.

Na parte ocidental do município a subdivisão foi, via de regra, maior. Isso devido ao fato de a mesma não ter conhecido tão intensamente o café, como a primeira, e, por ter iniciado, mais

(45) José Setzer — "O estado atual dos solos do município de Campinas, Estado de São Paulo".

cedo, a policultura e o regime de exploração ligado ao sitiante. Para isso colaboraram, ao lado da menor competição do café, as facilidades de comunicação, pois as estradas de ferro Sorocabana e Paulista a mantinham em comunicação direta com São Paulo (46). Também digno de consideração é o fato de ser aí a topografia mais plana, fornecendo, como diz o sitiante local, "terrenos fáceis de trabalhar". Excluindo-se Santa Cruz, que pelas razões já apontadas sofreu menor divisão da terra, a predominância é aí de sítios. Há no entanto certas diferenças entre os vários distritos. Em Rebouças, a distribuição do sitiante é mais uniforme por todo o seu território, não havendo quase partes em que não apareça, ora disperso, ora formando núcleos. No distrito de Vila Industrial, o sitiante aparece mais concentrado, estabelecendo, seus núcleos, contraste com vastas áreas intermediárias com predomínio da grande propriedade.

Nos dois municípios da *Baixada do Ribeira* (mapa 4), as áreas médias das propriedades rurais já oferecem maiores contrastes: 40 a 50 alqueires em Registro e 80 a 90 em Iguape (47).

Esta diferença baseia-se em fatores que se prendem à história do povoamento, mais que a diferenças do meio natural, aí bastante uniforme. O que contribui para baixar a média de Registro é, sem dúvida, a colonização japonesa, com os núcleos de Registro e Sete Barras, nos quais as propriedades foram demarcadas em lotes que raramente ultrapassam 25 alqueires. Em Iguape, onde não se verificou colonização semelhante, a média apresenta-se alta.

Se, com os núcleos japoneses, não parece haver dúvida sobre a existência de sítios em Registro, poder-se-ia dizer o mesmo do resto do território da Baixada do Ribeira? Quem não conhece a região seria talvez tentado a dizer, baseando-se no mapa 4, que a predominância não deve ser de sítios. Nenhuma interpretação seria mais errada que esta, pois o caso dos municípios da Baixada do Ribeira é típico de coincidência quase absoluta com certo tipo de propriedade que, embora não seja a pequena é, sem dúvida, o sítio. Já nos referimos ao fato de, nesta região, haver uma agricultura de manutenção itinerante, exigindo porisso áreas maiores do que as geralmente ligadas à idéia de sítio. Embora haja, à beira dos rios, tendência a se estabelecerem culturas permanentes, como a da banana, ou intensivas, como a do arroz, a parte mais distante do rio sofre um tipo de exploração que poderia ca-

---

(46) Ao contrário da Mogiana, para a qual há baldeação em Campinas.

(47) Pudemos utilizar dados recentes para este caso de reforma dos limites municipais porque ela foi feita considerando os antigos distritos: Iguape ficou com o antigo distrito da sede, Registro com o que levava seu nome, antes pertencente a Iguape e com o de Sete Barras, que recebeu de Xiririca. Assim sendo, as estatísticas mantiveram-se em dia e não sofreram solução de continuidade.

ber na classe da "agricultura primitiva de subsistência" (48). É aquêlo tipo de agricultura que, de ano para ano, muda de lugar, fazendo novas derrubadas, ocupando nova clareira; enquanto o produto de venda — arroz ou banana — ocupa a margem do rio permanentemente, numa cultura intensiva, os produtos de manutenção — mandioca, feijão, milho — ocupam pequena parte do interior, sem se fixar definitivamente.

O limite de área do sítio, que vai até uns 120 alqueires quando próximo ao rio, eleva-se para o interior, atingindo até mesmo 200 alqueires; isso porque aí é o domínio do "caboclo da capuava" ou simplesmente do "capuava" (49), daquele que não tem cultura fixa alguma, que vive de sua pequena lavoura itinerante de manutenção e da exploração dos produtos da mata.

Mas "ribeirinho" ou "capuava", o caboclo é sempre aí um sítiante, em Iguape ou em Registro, excluindo-se alguns casos entre os colonos japoneses que, graças à cultura do chá, tomam, mesmo em pequenas propriedades, características de fazendeiros.

É no município de *Campos do Jordão* (mapa 5) que encontramos os maiores contrastes na divisão da terra: em Santo Antônio do Pinhal a área média fica na classe de 10 a 20 alqueires e em Jaguaribe na de 120 a 130.

A razão desta diferença é encontrada entre os fatores fisiográficos, haja vista a coincidência existente entre as duas zonas de diferentes médias de divisão da terra e as regiões naturais. A zona de Santo Antônio do Pinhal, com os contrafortes da Mantiqueira, apresenta grandes contrastes de topografia: vales profundos de vertentes abruptas que depois se vão abrindo para dar lugar a pequenas planícies aluvionais, bastante povoadas, onde os rios perdem o vigor que tinham em seus cursos superiores. A área de Jaguaribe consta de um alto planalto, com ondulação uniforme, em que se destacam alguns pontos mais elevados, de 1900 a 2000 m, como a Pedra do Baú, o Pico de Imbiré e o Itapeva. A essas duas regiões topográficas correspondem duas regiões fitogeográficas diferentes: na de Jaguaribe são os campos com matas nas furnas e na de Santo Antônio do Pinhal são campos nas partes baixas e, ocupando essas grandes furnas que são as cabeceiras e os vales dos rios, a mata. Na primeira, predominância de campo e na segunda de matas.

(48) Segundo a classificação de Jones e Darkenwald, "Economic Geography", p. 143-155.

(49) Que, segundo Montoya (Tesoro, p. 89), vem do tupi Kaa-py-áb, significando "dentro do mato, choça no mato". Laudelino Freire, em seu "Grande Dicionário", dá ainda os seguintes significados: lugar onde o mato foi derrubado para receber plantações, parte de um sítio ou fazenda em que anualmente se fazem plantações, estabelecimento agrícola para cultura de cereais, casa mal construída ou arruinada, matuto, cabana ou choça.

À primeira vista, o planalto parece oferecer melhores condições à ocupação humana mas, pelo aparecimento da estrada de ferro que vai de Pindamonhangaba a Capivari e da estrada de rodagem que liga São Paulo a Abernóssia, a região de Santo Antônio do Pinhal, que já oferecia povoamento relativamente grande à margem dos rios, nas planícies, viu esse povoamento subir a montanha, ocupando as vertentes abruptas, até então abandonadas.

Se os meios de comunicação vieram possibilitar essa exploração das vertentes (aliás de solos ricos em húmus devido à mata que aí existia), esta ocupação talvez não se tivesse realizado se as novas condições, criadas pelo aparecimento dos transportes, não tivessem atraído o homem que ia tornar possível o aproveitamento das possibilidades naturais: o lavrador japonês. Foi ele que, por assim dizer, "descobriu" a região, percebendo que seu clima permitia cultivar plantas que teriam sua safra em época diferente das demais regiões produtoras, encontrando porisso o mercado em situação favorável. Com seus conhecimentos de técnica agrícola, os japoneses venceram o grande obstáculo da erosão, como veremos mais adiante. Com sua paciência e cuidados meticolosos, introduziram aí novo tipo de cultura, a lavoura "de luxo" de cenouras, lavoura de jardinagem, que vai desde o processo de retirar manualmente as pedras do solo até a mais cuidadosa seleção de sementes. Foi assim que as vertentes abruptas da região de Santo Antônio do Pinhal se subdividiram em pequenas propriedades e se "humanizaram", aparecendo então o sítio.

A região de Jaguaribe, ao contrário, continuou isolada. As grandes propriedades predominam, sem desenvolverem grandes atividades econômicas, mantendo vastas áreas incultas; os sítios só aparecem em alguns raros pontos, onde não chegam a constituir núcleos importantes de concentração.

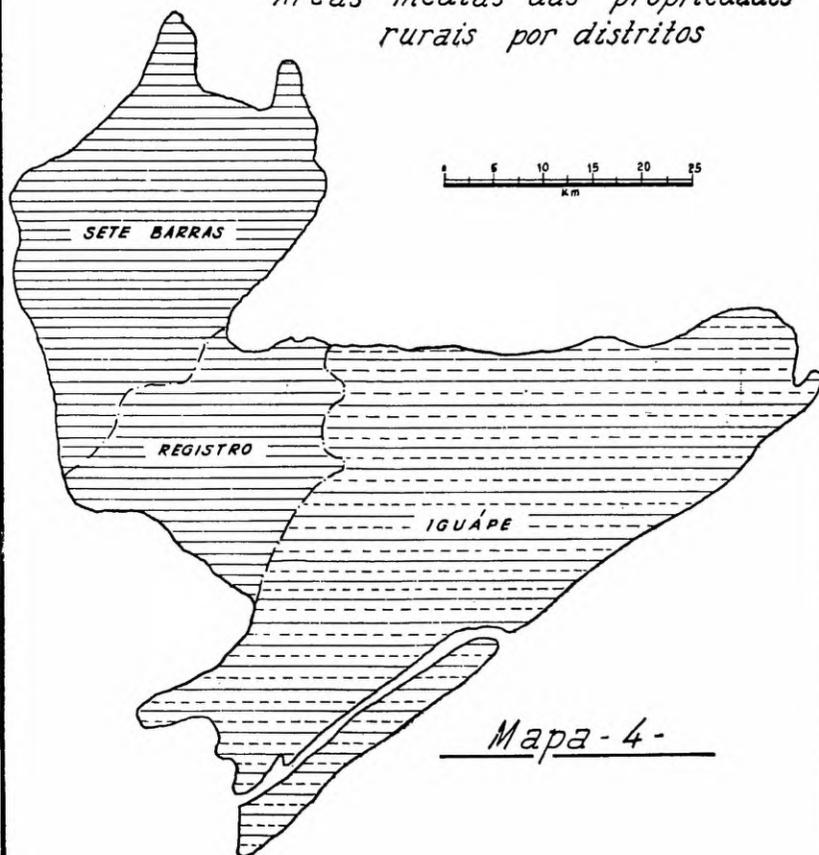
### *DISTRIBUIÇÃO DO SITIANTE NA REGIÃO DE POVOAMENTO RECENTE*

Nos municípios das regiões de povoamento recente para os quais pudemos organizar mapas, a divisão da terra apresenta-se também bastante variável.

A maior subdivisão é a encontrada em São José do Rio Preto, onde as áreas médias das propriedades rurais vão de 10 a 40 alqueires; os dois municípios da Alta Sorocabana, Presidente Prudente e Presidente Venceslau, têm índices mais elevados, sendo o mínimo 20 alqueires e o máximo superior a 200.

Divisão da terra nos Municípios de  
Iguape e Registro (1945)

*Áreas médias das propriedades  
rurais por distritos*

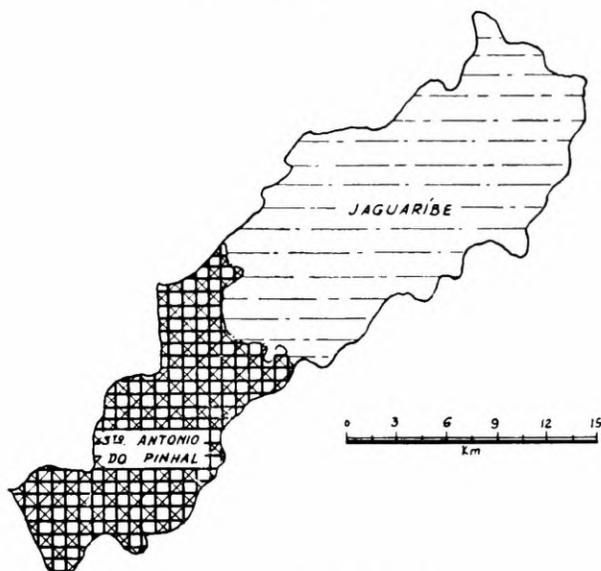


Legenda

	40 a 50 Alqueires
	80 " 90

Divisão da terra no Município de  
Campos do Jordão (1944)

*Áreas médias das propriedades  
rurais por distritos*



Mapa 5-

Legenda

	10 a 20	Alqueires
	120 a 130	"

O município que oferece maior equilíbrio é também São José do Rio Preto, com suas três classes de 10 a 20, 20 a 30 e 30 a 40 alqueires; no de Presidente Prudente já há lacunas entre uma classe e outra e no de Presidente Venceslau encontramos os maiores contrastes, com classes de 20 a 30, de 140 a 150 e uma que abrange áreas médias de 200 alqueires.

Quais as relações entre essa subdivisão da terra e a distribuição do sitiante? Mais uma vez, temos que apelar para nossos conhecimentos da economia geral dos municípios, com seus diferentes domínios de ocupação do solo para tentarmos responder a essa pergunta.

Em relação a São José do Rio Preto, lembrando que na região o limite máximo de área do que é considerado sítio vai até 50 alqueires, o resultado obtido mostra que o sitiante deve ser aí bastante numeroso.

Já nos municípios de Presidente Prudente e Presidente Venceslau, torna-se necessária análise mais minuciosa. Nos distritos que apresentam médias entre 20 e 30 alqueires, como no primeiro município citado, os da Sede, Álvares Machado, Montalvão, Alfredo Marcondes e no segundo o de Caiuá, êste resultado é sem dúvida afetado pelos núcleos de concentração de sítiantes. A idéia, fornecida pelo mapa, de que êsses distritos apresentam grande subdivisão de terras por todo seu território, é portanto falsa. Na realidade, embora existam alguns "pontos avançados" de sítiantes na vizinhança do Rio do Peixe, a maioria está concentrada em núcleos localizados ao lado da estrada de ferro até a distância máxima de 20 km. O restante do território está ainda sob o regime da grande propriedade pioneira, com terras incultas, esperando por parcelamento e por exploração econômica do solo.

Nos distritos de General Goulart e Anhumas a média de 40 a 50 alqueires corresponde na realidade à de 70 a 80 de Pirapozinho; se a média diminuiu no primeiro caso é porque, sendo a área total menor, a influência dos núcleos foi mais sensível que no segundo. De modo geral, a margem esquerda da estrada sofreu menor divisão de terra que a direita, sendo os núcleos de sítiantes aí mais raros. A explicação do fenômeno é puramente fortuita: na margem esquerda houve menor interesse dos grandes proprietários na subdivisão de terras e maior ocorrência de "grilos", que assustam o sitiante e acabam por afastá-lo.

Passaremos agora a analisar mais detalhadamente cada um dos municípios para procurar o porquê da diferente divisão da terra bem como da distribuição do sitiante nos vários distritos.

No município de São José do Rio Preto (mapa 6) encontramos três unidades distintas em relação à subdivisão da terra: a

formada pelos distritos de Guapiaçu-Engenheiro Schmidt-Borboleta e a que corresponde aos distritos da Sede-Ipiguá.

Na primeira podemos dizer que, embora a média seja relativamente baixa, ela não corresponde na realidade à predominância de sítios. Pelo contrário, o que é aí generalizado é a fazenda de café (Borboleta e Engenheiro Schmidt) e de criação (Guapiaçu). Ainda aqui, o que ocasionou queda da média foram os núcleos de concentração do sitiante. Desenvolvidos ao redor dos centros urbanos, desenvolveram às vezes produções que se encaixam na da região (café em Borboleta e Engenheiro Schmidt) e outras vezes culturas que estabelecem nota contrastante na paisagem predominante (produção de cereais e algodão em Guapiaçu).

No distrito da Sede do município, onde a ocupação mais generalizada do solo é feita pelo café, não ha dúvida que houve também abaixamento da média devido aos núcleos de sitiantes: o de Talhados, com economia semelhante à de Borboleta e, principalmente, a que se desenvolveu próximo à cidade de São José do Rio Preto com pomares e chácaras, constituindo uma área suburbana, de produção destinada ao consumo da cidade. Portanto, também aqui, o sitiante está nucleado e não disperso, como pelo mapa se teria a impressão.

Em Ipiguá, graças à cultura do algodão, mais importante que a dos demais distritos, a propriedade é mais subdividida e o sitiante mais disperso, apenas com certa concentração ao redor da vila. No entanto, devido à existência de bons pastos naturais, manifesta-se certa tendência ao desenvolvimento da criação com o conseqüente reagrupamento de terras e diminuição do número de sitiantes.

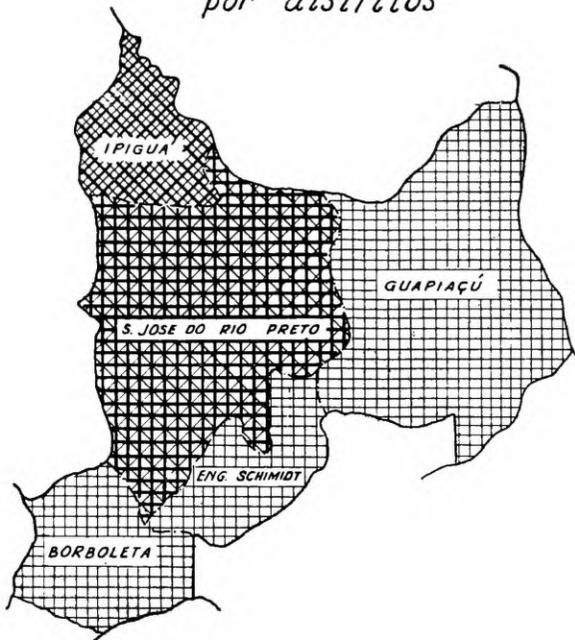
De maneira geral, uma vez que a propriedade até 50 alqueires é ainda considerada como sítio no município, o sitiante pareceria predominante em todos os distritos; mas a tendência é para a concentração dos sítios, influenciando assim no abaixamento das médias.

No município de *Presidente Prudente* (mapa 7) podemos distinguir duas zonas em relação à divisão da terra: a que fica do lado direito da estrada de ferro Sorocabana (distritos da Sede, Álvares Machado, Montalvão e Alfredo Marcondes), em que a divisão é maior, e a que fica à margem esquerda (General Goulart, Pirapozinho e Anhumas), de divisão menor.

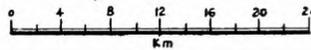
Já nos referimos ao porquê dessa desigualdade, que se prende a um fator muito casual — o da boa filiação dos títulos de propriedade de terras e o do desejo dos proprietários de fracionarem suas propriedades. Na primeira das zonas citadas, onde os

Divisão da terra no Município de  
São José de Rio Preto (1944)

Áreas médias das propriedades rurais  
por distritos



Mapa - 6 -

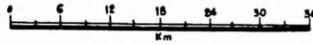


Legenda

	10 a 20 Alqueires
	20 » 30 »
	30 » 40 »

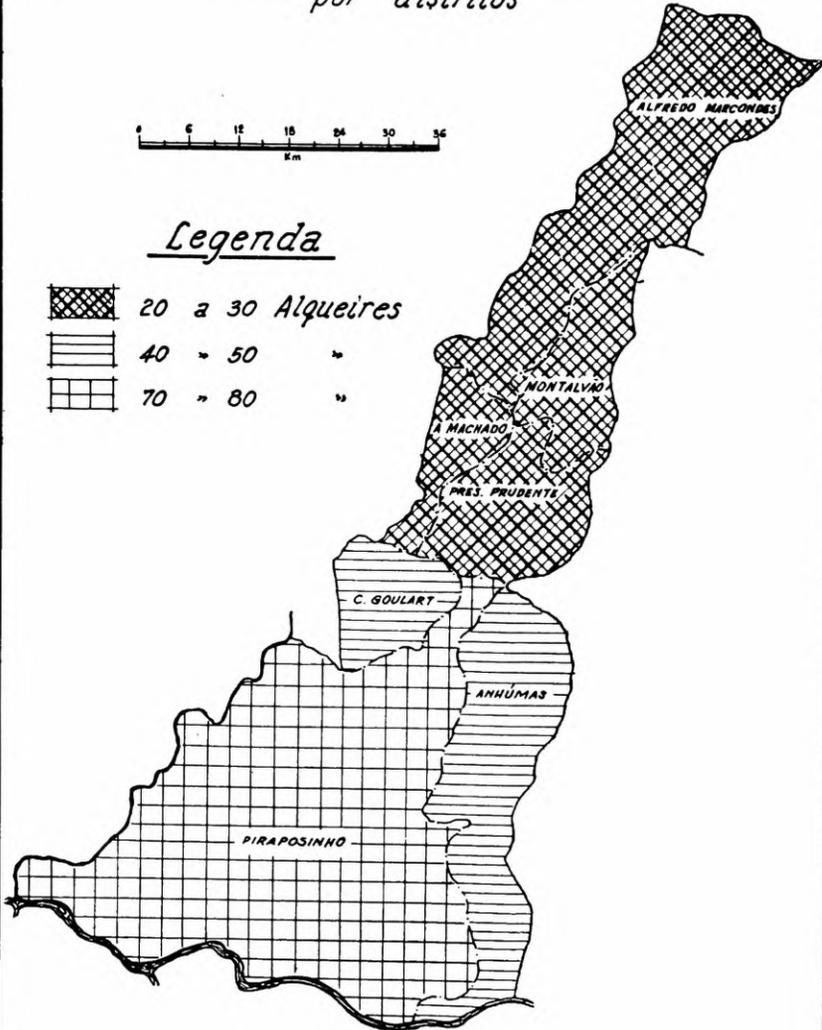
Divisão da terra no Município de  
Presidente Prudente (1945)

Áreas médias das propriedades rurais  
por distritos



Legenda

	20 a 30 Alqueires
	40 " 50 "
	70 " 80 "



Mapa - 7 -

dois fatores foram positivos, aparecem as áreas médias mais baixas: é o domínio dos patrimônios que se sucedem, das cidades-cogumelo, das derrubadas, da paisagem pioneira. Na segunda, onde foram negativos, o avanço vem-se fazendo em ritmo mais lento, há menor número de patrimônios, menor subdivisão de terras, maior área de terras ainda incultas e ocupadas pela mata.

Daí a diferença nas áreas médias das propriedades rurais correspondendo a uma distribuição diversa do sitiante; na primeira, além dos núcleos, já se esboça certa dispersão, consequência, de um lado, da própria existência desses núcleos que, sendo numerosos, são mais próximos, ficando entre eles zonas de dispersão. Por outro lado, o avanço para o sertão, com a atração das terras novas, vem trazer aí, com o loteamento das terras, o aparecimento do sitiante em forma dispersa que talvez mais tarde, com maior subdivisão, tenda a ir formando centros de maior concentração.

*Presidente Venceslau* (mapa 8), o município mais pioneiro da Alta Sorocabana, antes de apresentar uma divisão semelhante à que encontramos em Presidente Prudente, aponta faixas de diferentes áreas orientadas no sentido norte-sul e grosseiramente paralelas. A mais oriental, a dos distritos da Sede e Areia Dourada, apresenta média mais baixa que a de Presidente Epitácio, onde encontramos a mais elevada (593 alqueires). Entre as duas, no distrito de Caiuá, ficam as médias mais baixas, de 20 a 30 alqueires.

Qual a causa dessa distribuição das áreas médias? O fato de os distritos da Sede e Areia Dourada apresentarem divisão de terras maior que Presidente Epitácio não constituiria nada de extraordinário se pensarmos que, cronologicamente, ela é sensivelmente mais velha do que Presidente Epitácio e que os núcleos de concentração de sitiantes são aí bem mais numerosos. O que parece estranho é a maior subdivisão em Caiuá. Ainda aqui, entra em jogo o fator muito casual da ausência de "grilos" e da existência de proprietários favoráveis ao fracionamento de suas terras. O sitiante apresenta-se aí em "colônias", centros de pequenas propriedades, com predomínio entre seus proprietários de certo grupo étnico, colônias essas que avançam bastante para o interior. O sitiante, embora concentrado, aparece também disperso, entre uma colônia e outra.

Já nas duas outras zonas, fora os núcleos de pequenas propriedades e de sitiantes, o domínio é ainda da grande propriedade coberta de mata, já explorada ou não, com certa tendência, prin-

principalmente em Epitácio, para a formação de invernadas para receber o gado de Mato Grosso.

---

Comparando os resultados obtidos para a divisão da terra nas diferentes regiões, impõem-se algumas conclusões.

De modo geral, a subdivisão da terra é maior nos municípios de povoamento antigo, embora não se possa ver nisso nada de dogmático: basta ver o caso de São José do Rio Preto, que apresenta áreas médias de propriedade rural bem inferiores às de Iguape.

Quanto à ação dos diferentes fatores sobre a divisão da terra, ela é extremamente relativa, podendo, o mesmo elemento, ter influência negativa ou positiva, de acordo com circunstâncias particulares a cada caso.

Da análise anterior, verifica-se que o relevo movimentado levou ao predomínio da grande propriedade. O fenômeno se explica por terem sido essas as regiões preferidas pelo café e também, na ausência deste, devido ao fato de a ação destruidora da erosão trazer a necessidade de áreas maiores para uma utilização compensadora. O relevo movimentado só aparece facilitando o desenvolvimento da pequena propriedade em Campos do Jordão e em São Francisco Xavier, onde o isolamento impediu a implantação de culturas comerciais. Ao contrário, as regiões planas e de baixa altitude são as preferidas pelas pequenas propriedades: há aí maiores facilidades de trabalho e, o que é mais importante, terreno livre da competição dos fazendeiros de café.

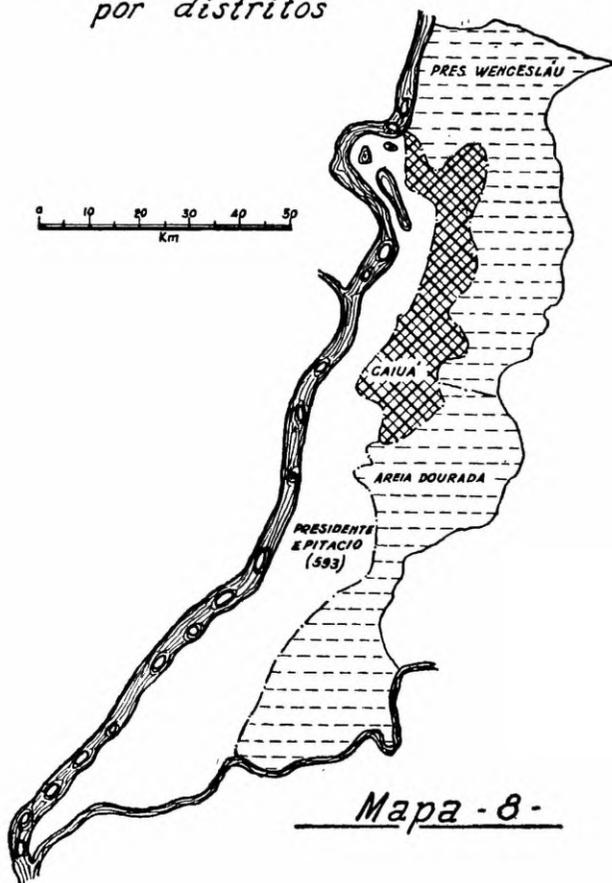
A relação com os solos é também muito nitidamente marcada. Nos que se mantiveram férteis mesmo depois do corte de cafézais, garantindo ainda boas safras de quaisquer outros produtos, a tendência é para a manutenção de grandes propriedades. Em compensação, muitas regiões de solos férteis e mesmo virgens ficaram para o aproveitamento do sitiante, fragmentando-se em pequenas propriedades: são as terras inúteis para o café, as várzeas ou planícies aluvionais, como a do Paraíba.

É interessante notar que a subdivisão da terra parece ter mais relação com os fatores fisiográficos nas regiões de povoamento antigo do que nas de recente. Talvez o fenômeno se explique pelo fato de oferecerem as regiões antigas maior variedade de meios naturais e por terem os homens atingido aí maior grau de adaptação com o meio ambiente.

A influência de fatores humanos na subdivisão da terra não é, no entanto, desprezível. O povoamento, pela existência de gran-

Divisão da terra no Município de  
Presidente Wenceslau

Áreas médias das propriedades rurais  
por distritos



Mapa - 8 -

Legenda

	20 a 30 Alqueires
	140 ~ 150    "
	Mais de 200    "



des núcleos urbanos ou de colonização estrangeira, é fator decisivo na maior subdivisão da terra. O tipo de economia e de ocupação do solo tem também relações diretas com o problema que ora estudamos: a agricultura itinerante, a criação, o café, levam ao aparecimento de propriedades mais extensas.

De todos os fatores, são os transportes que exigem interpretação mais delicada: sua influência tem duplo sentido, ora ajudando, ora prejudicando a subdivisão da terra. Em regiões antigas, a presença de vias de comunicação em geral impediu a fragmentação das propriedades, com exceção das regiões não favoráveis à cultura do café, como na várzea do Paraíba. Nas regiões novas, ao contrário, a pequena propriedade está intimamente ligada à presença das vias de comunicação, concentrando-se às margens de ferrovias e rodovias.

Como dissemos anteriormente, os dados estatísticos com que contávamos só nos facultaram o conhecimento da distribuição do sitiante-proprietário, ficando excluídos os arrendatários, parceiros e posseiros. Para preencher, em parte, essa lacuna, não queremos terminar este capítulo sem tentarmos esboçar, contando com os conhecimentos advindos de nossas pesquisas, a distribuição desses outros tipos de sitiante.

A presença de arrendatários e parceiros está intimamente correlacionada com a falta de mão de obra e a necessidade de trabalho barato em culturas comerciais (algodão e arroz, por exemplo). É ainda constatada em regiões onde a extrema subdivisão da terra faz com que os sítiantes proprietários sejam forçados a procurar terras nas fazendas vizinhas, a fim de atenderem ao sustento da família. Este fenômeno não é muito corrente, mas é digno de nota pela importância que assume em certas regiões, como em certas partes do município de Campinas.

Quanto aos posseiros, eles aparecem nas zonas velhas quando existem grandes extensões de terras devolutas; nas zonas novas são muito mais comuns, instalando-se onde quer que se sintam fora do alcance da fiscalização do proprietário.

Tendo noção de quanto é incompleta esta nossa análise da distribuição do sitiante em relação à divisão da terra, estivemos muitas vezes em dúvida sobre a sua inclusão em nosso trabalho. Se a incluímos, foi porque sabemos que, mesmo com seus defeitos, seria melhor que nada: por falha que seja, dará sempre alguma idéia das relações entre o aparecimento do sitiante e as condições do meio natural.



## **C — A ATIVIDADE ECONÔMICA DO SITIANTE**



### CAPÍTULO III

#### TIPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO SITIANTE

É sabido que desde a derrocada do café o panorama agrícola do Estado de São Paulo vem-se caracterizando pelo desenvolvimento da policultura (50). Para isso muito tem contribuído o sitiante, para quem a tradicional trilogia café-criação-roça já constitui fórmula simplista e fora de moda. Quer por acompanhar a reorganização de nossa estrutura econômica rural, ou por ter atingido maior grau de adaptação ao meio, o sitiante apresenta atualmente grande complexidade de formas de atividades econômicas.

No que se refere à agricultura, três são os tipos básicos que encontramos entre os sítiantes: de *subsistência*, de *subsistência com um ou mais produtos de venda* e a *comercial*.

Na *agricultura de subsistência* o sitiante cultiva unicamente os produtos de que necessita para a manutenção de sua família, limitando-se a vender os excessos que por ventura existam.

Tratando-se de produção variada em qualidade mas pequena quantitativamente, essa agricultura se prende de modo íntimo à inexistência de comunicações, contentando-se com a presença de pequeno mercado consumidor local. Aparece onde o sitiante está isolado, sem possibilidades de desenvolver a cultura de tipo comercial. Em função desse mesmo isolamento, é ele que, apesar de tudo, provê parcialmente o consumo dos núcleos urbanos mais próximos. É um tipo de economia que se aproxima bastante da fechada.

As plantas cultivadas por esses sítiantes variam de acordo com seu regime alimentar. Há o quarteto básico, constituído por espécies autóctones ou que, pelo menos, já atingiram há tempo grande grau de adaptação ao meio: milho, feijão, arroz e man-

---

(50) Entendemos por policultura o tipo de atividade agrícola em que várias plantas são cultivadas ao mesmo tempo pelo lavrador; por monocultura compreendemos a agricultura em que somente uma planta, dentro de certo período de tempo, é cultivada. Assim sendo, as culturas alternadas durante um ano agrícola ou de entre-safra de um produto principal sempre que forem únicas, são consideradas como monoculturas, suplementares à básica.

dioca, culturas que já figuravam nas roças de nossos índios (51) e que constituem a base da alimentação do caboclo de nossos dias.

Esse tipo de exploração do solo é encontrado na região dos altos planaltos de Campos do Jordão e nas zonas afastadas dos cursos d'água na Baixada do Ribeira — duas áreas de difícil acesso e de poucos meios de comunicação com o exterior.

A medida que o isolamento diminui, o sitiante passa a adotar a *agricultura de subsistência com um ou mais produtos de venda*. Ele poderá ainda vender os excessos da sua produção de manutenção, mas em geral prefere limitá-la ao necessário, introduzindo plantas destinadas exclusivamente à exportação. Pode chegar mesmo a restringir consideravelmente a área de alguns produtos de manutenção: com as facilidades de comércio prefere comprar a farinha de mandioca a fabricá-la a domicílio.

Tratando-se de um tipo de agricultura bastante generalizado entre sitiantes, as culturas de manutenção são aqui mais variadas, pois sofrem a influência dos hábitos alimentares das diferentes etnias. Ao quarteto básico milho-feijão-arroz-mandioca — comumente aceito por todos, os de origem alemã poderão acrescentar a batatinha; os de origem espanhola o grão-de-bico; os japoneses o feijão-soja; os húngaros, o pimentão. Mas essas são culturas economicamente pouco interessantes, uma vez que só entram em circulação em pequena escala, pela venda do excesso. O mais importante no caso é a cultura de venda, de papel estritamente comercial.

A mais importante de todas, pelo que tem de generalizada, é sem dúvida a do algodão, cuja produção tomou em todo o Estado aspecto de verdadeiro "boom", chegando quase a estabelecer as bases de um novo "ciclo econômico".

Nas regiões de povoamento antigo, onde há grande variedade de meios físicos, o algodão encontra certas limitações à sua cultura. Às vezes são as condições topográficas e pedológicas que são desfavoráveis, como em Buquira (município de São José dos Campos) e nas regiões de Conceição e Souza (município de Campinas), onde os terrenos montanhosos antigamente ocupados pelo café se encontram demasiadamente erodidos para suportar a cultura do algodão com bons rendimentos. Outras vezes é o clima que estabelece limitações, como na região da Baixada do Ribeira. A queda anual de chuvas (média de 2 metros) e o longo período chuvoso não permitem aí bom rendimento para o algodão.

É nas regiões novas que as condições gerais do meio são mais favoráveis ao desenvolvimento do algodão. As terras virgens pro-

---

(51) Carlos Borges Schmidt — "O meio rural", p. 104.

duzem bem, mesmo sem adubo, e o clima não é, em suas linhas gerais, desfavorável: é só quando sobrevém um ano de chuvas extraordinariamente prolongadas que a produtividade baixa. Quanto aos solos, é certo que acabam por se cansar, mas o caráter relativamente itinerante da agricultura dessas regiões resolve facilmente o problema.

A explicação da grande preferência dos sitiantes pelo algodão como produto de venda, não está, no entanto, nas facilidades encontradas no meio ambiente. Por exigir, para ser economicamente compensador, mão de obra barata, o algodão nunca pode adaptar-se ao sistema do braço assalariado. Assim sendo, foi um dos fatores que mais influíram no desenvolvimento da parceria agrícola e do arrendamento (52), onde os grandes proprietários encontraram a resposta ao problema da indispensável mão de obra barata. Além disso, o algodão não exige instalações onerosas para sua produção, tendo porisso franca aceitação entre os pequenos proprietários.

Por todos esses motivos, onde quer que os fatores do meio possibilitem sua cultura, o algodão é o mais importante dentre todos os produtos de venda do sitiante, fornecendo-lhe a principal fonte de renda.

O algodão pode aparecer como produto comercial único ou ao lado de outros. É evidente que estará sempre isolado no caso de parceiros, aceitos pelo fazendeiro em função da sua própria cultura. Em relação ao pequeno proprietário, no entanto, o segundo caso é mais comum; procurando defender-se contra a oscilação dos preços, o sitiante tende a desenvolver, ao lado do algodão, a cultura de outros produtos que se destinam à venda, embora em menor escala. Em geral essas culturas são de amendoim, mamona, batata, culturas essas que têm o mesmo grau de exigências que o algodão, em relação à mão de obra e benfeitorias.

Quando o algodão encontra barreiras climáticas ou topográficas, outra produção toma seu lugar. Na região de Buquira, onde a erosão das vertentes não permite a lavoura algodoeira, o sitiante encontrou sua fonte de renda suplementar na produção de leite, como veremos mais adiante. Na zona de Iguape, onde o clima é muito úmido e a estação das chuvas bastante prolongada (setembro-maio), o sitiante desenvolveu a cultura da banana e do arroz, que aí encontram condições favoráveis de produção. São casos nítidos de boa adaptação ao meio, tendo-se estabelecido formas de exploração do solo que se têm mantido a despeito de sucessivas tentativas para a introdução de novas culturas.

---

(52) Carlos Borges Schmidt — "Systems of land tenure in São Paulo". — É preciso que esclareçamos aqui que no arrendamento a forma que mais se desenvolveu com a agricultura do algodão foi a de cota fixa sobre a produção.

No entanto, são muitos os casos em que se observa completa libertação do sitiante em relação às culturas de subsistência, dedicando-se êles, então, à *agricultura comercial*, que pode ser de um único produto ou de diferentes produtos combinados.

A *agricultura comercial* do sitiante é mais freqüente nas zonas novas e, nelas, entre os arrendatários. O pioneirismo tem como um de seus característicos, e, talvez mesmo, como razão de ser, um certo propósito, que pode ser resumido no "slogan" que tanto impressionou ao geógrafo norte-americano Preston James (53): *Fique rico*. Ora, se isso é verdadeiro para as zonas novas em geral, o é, ainda mais, em relação ao arrendatário, que desenvolve aí uma economia de fundo puramente especulativo. Ao passo que o pequeno proprietário sitiante, relativamente prêso à terra, tende para a obtenção de certa autonomia, o objetivo do arrendatário é ter uma produção comercial qualquer, escolhida segundo as oportunidades do momento. Ora é o algodão, ora é o amendoim, ora a menta, ora o girassol, que concentra suas atenções e energias. É uma exploração instável no tempo, pois que dura tanto quanto a moda do momento, instável no espaço, pois que os arrendatários se deslocam sempre, e instável economicamente, pois que depende estritamente do mercado.

A policultura comercial é uma espécie de resposta à instabilidade econômica e aparece quando o sitiante já sofreu uma reborescência, um fracasso financeiro. Ele aprende então por uns tempos a lição e procura garantir-se. É incapaz, entretanto, de sobrepor-se totalmente à sua psicologia, pela adoção da cultura simultânea de várias plantas de valor comercial. Mas essa é uma atitude freqüentemente momentânea: é provável que logo que novo produto apareça, com promessas de rendas fabulosas, o arrendatário esqueça suas medidas de prudência, voltando à monocultura comercial.

A *monocultura comercial* do sitiante pode ser de dois tipos: a *monocultura temporária*, que se prende a um "boom", e a *permanente*.

A primeira é a que aparece nas zonas novas sempre que determinado produto tem bom mercado. É uma cultura de momento, em que a visão do lucro faz esquecer o bom senso: planta-se de qualquer modo, em qualquer terra.

A segunda, ao contrário, prende-se intimamente à existência de fatores geográficos favoráveis a determinada cultura, o que explica sua manutenção por períodos de tempo relativamente lon-

---

(53) "Latin America", p. 560.

gos (54). As mais comuns dessas culturas são as de café, frutas e chá, entre os sitiantes por nós estudados.

A do café é encontrada na Alta Araraquarense (de Rio Prêto a Mirassol) e na Alta Sorocabana (região de Presidente Prudente). Seguindo a "marcha" geral do café, o sitiante dessas zonas escolheu o mesmo tipo de exploração do solo adotado pelo grande proprietário e, ao contrário do que se poderia esperar, tem obtido nela bons resultados. É verdade que constituem elementos decisivos, a terra favorável da região e a existência de mão de obra relativamente abundante e barata.

Quanto às frutas, sua cultura depende, em suas variações, da escolha das espécies que melhor se adaptam às condições locais de clima e solos. Do ponto de vista geral, o aparecimento da fruticultura depende sempre da existência de centros consumidores próximos e de meios de comunicação fáceis e rápidos. É o conjunto desses fatores que explica a fruticultura de Valinhos e de alguns sítios da colônia húngara de Arpad (55). Parece, no entanto, que há ainda a considerar aqui outro fator, que deriva da verificação de que essas culturas coincidem com a presença de lavradores de origem estrangeira. Poder-se-ia dizer que no caso de Arpad a via de comunicação tem o papel decisivo, uma vez que a fruticultura não aparece em outras colônias de estrangeiros mais afastadas dela. No entanto, para o caso de Valinhos, uma outra questão poderia ser proposta: — por que a cultura de frutas só tomou incremento depois do abandono do café? Talvez porque tenha havido coincidência com uma alta no preço das frutas; mas não haverá também uma ligação, além da subdivisão de terras, com a existência de muitos colonos de origem italiana que, com a derrocada do café, tiveram de procurar novo meio de vida? Se considerarmos que poucos são os sitiantes nacionais que praticam esse tipo de exploração do solo, parece mais evidente ainda a influência da origem étnica. É óbvio que esta, sozinha, não poderia ter criado os centros de fruticultura e que as condições de mercado e de transporte são as que mais condicionam tal desenvolvimento. De qualquer forma, porém, não nos parece prudente esquecer nesse assunto o fator humano.

A terceira das monoculturas permanentes é a do chá, que se desenvolveu na zona de Registro, graças à iniciativa dos colonos japoneses, que aí souberam descobrir condições favoráveis à sua cultura. O clima úmido permite grande rendimento, pois, sendo a estação das secas bastante curta (junho a agosto), o crescimen-

(54) É preciso não confundir a cultura permanente comercial com a anual, em que, embora se mantenham certas culturas por tempo longo, há freqüentemente produtos de entre-safra.

(55) Localizada entre as cidades de Presidente Epitácio e Caiuá.

to das plantas é quase constante e a paralisação da produção praticamente nula. Além disso, como o chá precisa de terrenos bem drenados, as colinas da região apresentavam ótimas condições para a sua cultura. Quanto à mão de obra, que precisa ser abundante e barata, as famílias japoneses, já por si numerosas, encontraram no caboclo da região, que aceitava salários baixos, ótima suplementação.

Ao lado das monoculturas permanentes, precisamos indicar a presença das monoculturas de ciclo anual, permanentes também no sentido de serem feitas por longos períodos de tempo de forma ininterrupta. Quase sempre combinadas com produções de entre-safra, essas monoculturas têm a vantagem de fornecer certa estabilidade econômica. As combinações que encontramos nas zonas estudadas foram a do arroz com a batata e a da cenoura com a batata. A primeira é encontrada no município de São José dos Campos, na parte correspondente à várzea do Paraíba e a segunda na região de Renópolis, no município de Santo Antônio do Pinhal, em plena Mantiqueira.

Essas culturas estão muito prêsas às condições naturais. Na várzea do Paraíba é a existência de solo favorável, possibilidade de irrigação e a topografia plana que condicionam a cultura do arroz. Além disso, é preciso não esquecer que se trata de região de povoamento relativamente denso, de onde ainda se ter o necessário volume de mão de obra exigido por tal cultura. A batata, aí também cultivada, é apenas a cultura de entre-safra do arroz e, embora também tenha bom valor comercial, não representa de forma alguma a base da economia da região.

Quanto à região de Renópolis, que abrange os vales do Barreiro e do Lajeado, as condições topográficas estavam longe de ser favoráveis à agricultura: os declives abruptos e a facilidade de erosão foram até muito tempo desencorajadores. Os japoneses aí se instalaram com a idéia de tentar a produção de frutas européias; diante do fracasso das experiências realizadas nesse sentido, tiveram de procurar outro meio de aproveitar suas terras, compradas ou arrendadas. Optaram pela cultura de cenouras, que exigiu grandes trabalhos de preparação: curvas de nível com valos para escoamento das águas torrenciais, retirada de enorme quantidade de pedras que entulhava os solos, adubação sistemática. Esse enorme empate de trabalho e capital para a produção de cenouras é no entanto facilmente explicado quando se sabe que, devido às condições climáticas, esse produto é colhido na época da entre-safra das demais regiões produtoras. Alcança assim altos preços no mercado, compensando o trabalho empregado na sua produção. Quanto à batata, tem ela aí o mesmo papel que

desempenha na várzea do Paraíba, de cultura suplementar à básica. Evidentemente, é preciso considerar neste caso a existência de meios de transporte, sem o que talvez não compensassem os esforços despendidos: a E. F. Campos do Jordão e a E. F. Central do Brasil põem a região em contato com os mercados consumidores de São Paulo e Rio de Janeiro.

Se o sitiante pôde chegar a diferentes formas de agricultura, o mesmo se observa em relação à *criação*, embora não constitua atividade tão generalizada e importante quanto o cultivo do solo.

O tipo mais simples e enconstrado é o da *criação doméstica*, no qual a de aves é mais comum, principalmente de galinhas, de alimentação fácil. Nos sítios em que há policultura de manutenção não existem problemas, pois o milho está sempre à mão; quando este não é cultivado, até mesmo restos de comida podem ser utilizados. Já a criação de patos ou gansos, tão comum nas pequenas explorações rurais européias e asiáticas, não tem aceitação alguma entre nossos caboclos. Só observamos criação de gansos e patos na Colônia Aimoré, núcleo de colonos alemães na Alta Sorocabana, onde talvez represente a sobrevivência de uma tradição.

Em segundo lugar vem o porco, que também é fácil de criar e alimentar. Mais raramente, e mesmo poderíamos dizer excepcionalmente, vem a vaca para a produção de leite para consumo da família. O caboclo não inclui o leite na sua dieta e em geral só se lembra dele quando há alguma criança a alimentar: poderá então ter a iniciativa de adquirir uma vaca, sempre que tenha meios e área em pasto disponíveis para isso. Caso contrário, apela para os vizinhos que possuam gado ou — solução mais freqüente — para o leite em pó ou condensado. A falta de área disponível é de fato argumento sério para esse quase-descaso, principalmente quando se trata de propriedades muito pequenas ou de arrendatários. Mas há parceiros que, tendo direito, por contrato, a utilizar o pasto do fazendeiro, só o fazem para animais de custeio e de sela. A explicação dessa lacuna parece estar no uso restrito do leite como parte da dieta comum, bem como no pequeno uso que o sitiante faz do adubo. Se este fôsse mais empregado, é possível que apesar da pequena área disponível a criação fôsse mais comum, podendo ser que até se apelasse para a estabulação e alimentação por forragens.

Entre sítiantes de origem estrangeira é mais comum verem-se algumas vacas para a produção do leite consumido pela família, principalmente entre alemães, italianos e húngaros. Quando não existe área disponível ou capital suficiente para isso, apelam para a criação de cabras; na Alta Sorocabana as cabras são tão nume-

rosas que, em alguns trechos, chegam a constituir elemento bastante característico da paisagem.

Dessa criação para consumo doméstico também é possível haver venda de excessos, como na agricultura, sempre que haja um centro consumidor próximo.

Em certos casos, quando a especialização agrícola requer grande quantidade de adubo, pode aparecer no entanto a criação sistemática. É uma *criação complementar* à agricultura, feita não como um fim, em si mesma, mas como um dos elementos da produção agrícola. Nessa situação, nem sempre correspondem pastos à presença do gado: — embora alguns sítiantes de Valinhos e Registro tenham alguma área reservada para isso, a grande maioria não a possui, fazendo a criação em estábulos e alimentando os animais com capim cortado ou forragens. Este método é mais racional para o fim visado porque, apesar de mais trabalhoso, é mais eficiente na produção do estêrco.

Em Valinhos, a criação complementar é principalmente de gado bovino, pois que ainda podem ter assim alguma renda extra, pela venda de leite na vila; em Registro há preferência pela criação de gado muar e, até certo ponto, também pelo cavalariço. Esta tendência pode ser explicada pelo fato de haver grande necessidade de animais para o transporte do chá, das culturas para as fábricas. Devido a só as baixadas serem aproveitadas para pastos e devido ao fato de essas áreas serem relativamente pequenas, não há possibilidade de haver criação paralela de gado bovino.

A criação aparece, às vezes, junto à agricultura, sem ser no entanto simples atividade que a completa: pode ser um *suplemento* da lavoura na ocupação do solo. É o que se observa na região de Rio Preto e de Presidente Prudente, onde a atividade básica do sítiante é a cafeicultura, aparecendo a seu lado a criação suplementar. Ocupando o café as partes mais elevadas, o pasto fica nas terras baixas, numa nítida divisão de domínios. Os fatores que levaram à combinação dessas duas atividades variam de região para região.

No caso específico de Borboleta, no município de São José do Rio Preto, parece que a presença de uma fábrica de manteiga explica facilmente a criação, que se faz então para a produção de leite. Em Engenheiro Schmidt, no mesmo município, em Mirasol (Alta Araraquarense) e em Presidente Prudente (Alta Sorocabana), a possibilidade de fornecimento de leite às cidades vizinhas animou os sítiantes à criação de vacas leiteiras. Mas é preciso não esquecer que a principal causa do aparecimento da tradicional combinação “pé de café-pé de boi” entre os sítiantes pode

residir no fato de ser, a criação, atividade que exige pequena mão de obra, não sobrecarregando, assim, os trabalhadores.

Outro tipo de criação suplementar é o do bicho-da-sêda, que representa nova fonte de renda para o sitiante. Embora esteja intimamente ligado à agricultura, pois que depende da amoreira, é, sem dúvida, atividade à parte. A criação do bicho-da-sêda é pouco comum entre caboclos, mais corrente entre sítiantes de origem estrangeira. Parece-nos que êste fenômeno está ligado à existência, entre êstes, de certa tradição em relação à técnica de produção; mas é possível que haja também certa correlação com a divisão do trabalho entre os membros da família. Os caboclos trabalham com suas famílias em conjunto, dedicando-se todos, simultaneamente, à mesma fase de trabalho. Já entre estrangeiros, a divisão do trabalho se faz em outros moldes: há certa especialização dos diversos elementos da família dentro da produção. Enquanto os homens se encarregam dos trabalhos mais pesados, as mulheres e crianças realizam as tarefas mais leves. Estas podem incluir o beneficiamento de produtos agrícolas (como o do arroz entre sítiantes japoneses em Iguape), certos tipos de colheita (como a do chá em Registro) ou, ainda, certos trabalhos de preparação do solo (como a catação de pedras em Renópolis).

Enquanto que para os estrangeiros a sericultura representa apenas um aumento relativo do trabalho, pois que não pesa especialmente para ninguém, para os sítiantes exigiria reorganização do sistema de trabalho familiar.

Finalmente, há um último tipo de criação, de maior importância econômica, que é a *criação comercial*. Esta se instala em sítios em que a agricultura é exclusivamente de subsistência, constituindo então, o gado, o produto de venda com que conta o sitiante. Trata-se de criação de tipo diverso, nem suplementar nem complementar, feita com o fito único de prover o necessário produto de exportação.

Em algumas das regiões em que aparece o sitiante-criador com maior freqüência, o solo parece ter exercido grande influência no estabelecimento dessa forma de exploração. Em Buquira (município de São José dos Campos), a erosão trabalhou de tal forma as vertentes das montanhas que, quando os cafêzais foram cortados, tôda a região evoluiu para a criação como única solução para uma ocupação ainda produtiva dos solos. Os sítiantes seguiram o comportamento geral e também substituíram o café pelos pastos. Nas zonas pioneiras também encontramos exemplos de criação em solos já cansados ou fracos: na Alta Araraquarense, temos Nhandejara, onde o café esgotou rapidamente a terra e Pedranópolis, cujos solos não são férteis. Na Alta Sorocabana a

criação instalou-se na região de Presidente Epitácio, de solos fracos, que não dão bons rendimentos quando cultivados.

Também o relêvo tem aqui papel importante, pois onde é muito movimentado, com vertentes abruptas, a agricultura tende a ser substituída pela criação. O caboclo não conhece métodos para contornar as dificuldades apresentadas pelo relêvo e para êle as montanhas têm legítima "vocaçào pastoril". Temos um exemplo na região de São Francisco Xavier, no município de São José dos Campos, onde só as pequeninas várzeas são cultivadas, ficando todo o resto da área em pastos. Há aqui, aliás, influência da própria vegetação que, sendo em grande parte de campos, favorece ainda mais a criação.

Se os solos, a topografia e a vegetação podem orientar o sitiante para a criação, é, no entanto, outra ordem de fatores que condicionam o fato de sêr ela, de gado leiteiro ou de corte.

Na produção de gado de corte há, para o sitiante, uma condição "sine qua non": a presença de grandes criadores ou de invernistas nas redondezas. O sitiante depende dêstes porque, se é que pode possuir área suficiente para a criação, dificilmente contará com área disponível para a engorda. Embora haja alguma variação, de acôrdo com o tipo de capim, a média geral de pasto para a criação é de um alqueire para cada cinco cabeças, ao passo que, para a engorda, um alqueire só pode sustentar quatro animais; no conjunto de um rebanho a diferença constitui para o sitiante verdadeira impossibilidade de se dedicar também à engorda. É o que se verificou em Nhandejara e Pedranópolis, em Presidente Epitácio, em Francisco Xavier. Algumas vêzes êsse fator tem tamanha importância que leva o sitiante a desenvolver a criação de gado de corte, mesmo onde o solo poderia ainda suportar uma lavoura; é o caso da região de Capivari, no município de Campinas, onde alguns sítiantes começam a criar para vender a invernistas vizinhos. Algumas vêzes pesa também na decisão a atração do lucro, mas na maioria dos casos é a dificuldade de mão de obra dentro de famílias pequenas, ou, onde o elemento feminino predomina, que leva o sitiante a optar para a criação.

Há ainda uma região de criação de gado de corte que fica numa posição à parte: referimo-nos à que se desenvolveu às margens do Ribeira, em Sete Barras. O rio apresenta neste trecho grande sedimentação nas margens convexas dos meandros, formando o que é chamado, localmente, de "praias". Essas praias apresentam contraste com a margem côncava, de desbarrancamento, não só do ponto de vista físico como também de exploração do solo. Nestas últimas, onde o risco de inundações é pequeno, o sitiante cultivava arroz e banana; naquelas, freqüentemente

tomadas pelas águas, não há possibilidade de se fazer a cultura tradicional. A inundação, saturando o solo de água, mata as bananeiras, que exigem solos bem drenados; como a subida das águas alcança seu máximo em janeiro, época em que o arroz está em espigamento, as colheitas seriam muito prejudicadas. A solução foi a criação: formaram-se pastos nas partes baixas, onde, graças às praias, o gado pode ainda ter fácil acesso à água. Esses pastos são utilizados até a época das enchentes, quando o gado é então levado para partes mais altas, em pastos de reserva que são mantidos nas colinas. Pequeno fenômeno de transumância local, que não deixa de ter seu interesse.

Sete Barras é o centro fornecedor de gado de corte para uma grande região, de Xiririca a Iguape e mesmo, até certo ponto, Jiquiá. Contando com amplo mercado local, parece tratar-se de tipo de exploração de solo bem adaptado às condições físicas, com a vantagem de contar com fácil colocação no mercado regional.

Quanto à criação para a produção de leite, há ainda outro fator, além dos genéricos para a criação: a proximidade de centros consumidores e facilidade de transporte. Em Buquira, por exemplo, alguns sítiantes já produzem muito leite, tendência que se vem tornando cada vez mais ampla, graças à facilidade de transporte. Sendo a região ligada a São José dos Campos pela rodovia de Campos do Jordão e dali a São Paulo e Rio de Janeiro pela Central do Brasil, as possibilidades de colocação do produto são grandes. A única dificuldade residia em cobrir a primeira parte do percurso, pela rodovia; grandes fazendeiros organizaram para esse fim verdadeira frota de caminhões, de que se aproveitaram os sítiantes.

Outro centro de sítiantes criadores de gado leiteiro, que também sofreu a influência de bons meios de comunicação, foi o de Rebouças, no município de Campinas. As terras aí são ainda boas mas, apesar disso, muitos sítiantes se dedicam hoje aos laticínios: cerca de 4.200 litros de leite, exclusivamente provenientes de sítios, são aí embarcados diariamente para São Paulo, fora algumas centenas que seguem para Limeira.

A presença de um centro local de consumo explica o caso da Colônia Aimoré, no município de Presidente Venceslau, na qual, embora já cansadas, suas terras estão longe de ser improdutivas. Aí, na parte mais próxima à sede do município, os sítiantes dedicam-se à produção de leite e manteiga sob o estímulo da proximidade de um mercado consumidor.

Completando o seu quadro de atividades econômicas, o sítiante desenvolve ainda, via de regra, vários tipos de *indústrias rurais*.

Mesmo quando as atividades que cabem nessa categoria são as mais restritas, dificilmente deixa de aparecer, pelo menos, a *indústria de beneficiamento* dos produtos que são consumidos pela própria família. Trata-se de atividade ligada à agricultura de manutenção sem lhe ser, no entanto, exclusiva. Aparece sempre que o sitiante está isolado, sendo levado a beneficiar por si mesmo o produto que consome: é o caso típico do sitiante de Iguape. Ele debulha o feijão, mói a cana para a produção de garapa, fabrica a farinha de mandioca.

A indústria doméstica de beneficiamento dos produtos para consumo próprio aparece também quando o sitiante, mesmo sem estar isolado, procura bastar-se a si mesmo o mais possível. Os sítiantes de Friburgo, no município de Campinas, compram café em grão e arroz em casca, fazendo o beneficiamento em casa; na região de Rebouças são comuns os moinhos para a obtenção do fubá; entre os sítiantes alemães de Aimoré são comuns os defumadores de carne, evitando o desperdício no caso de abaterem uma rês. Esse beneficiamento corresponde, simplesmente, à consciência de poderem atingir melhor equilíbrio econômico pela compra de produtos ainda não valorizados.

Se a indústria de beneficiamento é quase sempre feita em benefício do próprio orçamento familiar, há casos em que essa atividade toma aspectos diferentes. O sitiante pode desempenhar o papel de beneficiador do seu próprio produto básico de venda, chegando até mesmo à manufatura ou ao acondicionamento: aparece então um tipo de *indústria complementar*.

Como beneficiamento de produto de venda podemos citar o debulhamento do arroz, feito pelo sitiante em todas as regiões produtoras.

Dentre as manufaturas com aproveitamento dos próprios produtos, a mais comum é a do *fumo em corda*, como encontramos na região de Nhandejara, São José do Rio Preto e na de São Francisco Xavier.

Quanto às indústrias domésticas de acondicionamento, lembramos a existência de pequenas oficinas de *caixotaria* em alguns sítios de Valinhos, para frutas, e da várzea do Paraíba, em São José dos Campos, para batatas.

De modo geral, essas indústrias complementares correspondem a uma atividade quase obrigatória da produção, como no debulhamento do arroz, à possibilidade de valorização ou barateamento do produto ou a uma economia de produção especializada tendendo para a organização vertical.

Finalmente, existe ainda a *indústria suplementar*, que provê o sitiante de certa renda extra, independente de suas atividades agrícolas ou pastoris.

Essa indústria pode ser extrativa, sendo a mais comum a exploração da lenha de capceira, que toma impulso onde quer que haja consumo fácil. Em Campinas os caboclos a fazem para fornecimento às fábricas; na região do Ribeira para os barcos a vapor em todo o percurso por êles navegado; nas regiões novas para as estradas de ferro.

É nas regiões mais isoladas, onde não há extração em grande escala por emprêsas poderosas, que o sitiante toma a si êsse encargo, que desenvolve como fonte de rendimento suplementar. O melhor exemplo é ainda fornecido pela região do Ribeiro de Iguape, onde a indústria extrativa é praticada quer pelo caboclo de-dentro-da-mata, o "capuava", quer pelo "ribeirinho".

O "capuava" faz exploração de palmito, de madeira, trabalhada rústicamente com serra de mão, e de casca de jacatirão, cuja infusão é usada para tingir rêdes de pesca, a fim de terem maior duração. É uma exploração não permanente, mas esporádica, que êle faz quando em vésperas de ir à cidade ou sob encomenda prévia.

O "ribeirinho", além da lenha para os barcos, explora ainda a pesca, nos rios onde há peixe: indústria que é, para êle, a mais importante atividade depois da agricultura. Êsse papel da pesca é no entanto relativamente recente, datando da instalação de companhias de pesca em Iguape, do início das visitas de barcas de Santos e do desenvolvimento da indústria de conservação da manjuba. Há uns dez anos atrás, a pesca era praticada exclusivamente para o consumo da família mas hoje, onde quer que se fique dentro do raio de ação das companhias, das barcas ou das indústrias, essa atividade tornou-se bastante importante. Na região de Registro e Sete Barras o "ribeirinho" faz ainda a extração de goiabas nativas para venda às fábricas de doces de Juquiá.

Quanto às indústrias manufatureiras, elas parecem ter ligação bastante estreita com o isolamento e a origem étnica do sitiante.

Quando o sitiante está em região de difícil comunicação com o exterior, estabelece-se uma economia quase fechada, em que cada um procura satisfazer, de acôrdo com suas aptidões, não só suas próprias necessidades como, ocasionalmente, às dos demais habitantes da região.

Podemos citar dois exemplos: o de São Francisco Xavier e o da própria região de Iguape. A região de São Francisco Xavier, embora ligada por estradas a Joanópolis, a algumas cidades

do Estado de Minas e a Buquira, tem as vias mas não os meios de transporte: é somente um raro caminhão que as percorre, visando principalmente ao abastecimento das pequenas vendas de gêneros. Por esse motivo, os sitiantes desenvolveram variadas indústrias manufatureiras domésticas, de acordo com a matéria prima que têm à mão ou que têm facilidade de adquirir. Em São Francisco Xavier, encontram-se sítios onde há fabricação de peças para monjolos, com madeira retirada das matas vizinhas, de selas, com o couro de animais abatidos ou que morrem em seus rebanhos, e de cobertores. Para estes últimos, utilizam lã de carneiro, que os tropeiros trazem de Minas Gerais, quando para lá vão levar seus rebanhos, sendo a trama feita com algodão. É interessante notar que este algodão é de tipo arbustífero, permanente, razão pela qual cada sitiante só possui alguns poucos pés.

Em Iguape as indústrias manufatureiras existentes são as de cerâmica e cestaria. A primeira é bem localizada, tendo-se desenvolvido à beira do rio Peropava, com aproveitamento de certa argila encontrada a um palmo de profundidade, a que dão o nome de "tururu" e com a qual fabricam postes, cuscuzeiros, moringas e boiões.

A cestaria é generalizada, porque pode ser feita com certos tipos de cipó, com palha de palmeira e com piri; como as duas primeiras são encontradas na mata e a segunda é a fibra de uma planta aquática, tanto o capuava como o ribeirinho podem desenvolver essa atividade. É o que ocupa a todos nas horas vagas, sendo, a produção principal, chapéus, balaies, tipitis, apás (peneiras sem furos), peneiras e esteiras. A indústria de esteiras, feitas com piri, conta com boa exportação, sendo o produto levado pelas barcas de pesca para o pôrto de Santos, onde encontra grande aplicação na estiva de navios.

Quanto à influência de origem étnica, em relação ao aparecimento de indústria manufatureira suplementar, referimo-nos aos imigrantes que, sendo sitiantes atualmente, tinham, antes de tal se tornarem, certo ofício. Por força de circunstâncias cu por gosto, acabam muitas vezes por instalar uma pequena oficina onde trabalham nas horas que a lavoura lhes deixa vagas. É o caso de dois sitiantes alemães, um da colônia Aimoré, outro de Friburgo que, sendo mecânicos por profissão, instalaram uma pequena indústria de fabricação ou conserto de máquinas agrícolas. É também o de um sitiante italiano de Rebouças que, sendo marceneiro, fabrica as portas e janelas de tôdas as casas construídas nos arredores, além de alguns móveis mais simples. Ora, isso dificilmente poderia ser encontrado entre caboclos, porque, se têm um

ofício, é porque são urbanos e seria excepcional uma saída da cidade para o campo.

As atividades econômicas do sitiante são pois, *em conclusão*, bastante variadas e de sua combinação derivam diferentes tipos de organização do trabalho, como veremos mais adiante.

Partindo da forma mais simples, de pura subsistência, chega-se a formas bem mais complexas, onde a especialização da produção e o fito de comércio são característicos de evolução bem avançada.

Nessa evolução, o sitiante nem sempre cria algo de novo e nem sempre tem plena liberdade de movimentos. Encontramo-lo copiando seus vizinhos fazendeiros, cultivando café e criando gado, tal como êles. Vemo-lo dependente dos grandes proprietários invernistas, quando cria gado de corte, ou dos preços do mercado, quando faz agricultura comercial.

No entanto há algo que lhe é próprio, a ênfase na policultura. Embora haja vários exemplos de monocultura (chá em Ribeira, café nas regiões novas), muito mais numerosos são os casos de policultura.

Se o sitiante pode às vêzes dar a impressão de indolente, com uma mera agricultura de subsistência que realmente é explicada pelo isolamento geográfico, êle sabe aproveitar as oportunidades que se lhe oferecem. Sem falar na psicologia especial das zonas pioneiras, onde a agricultura tem o caráter geral de quase especulação, o sitiante desenvolve um produto de venda — agrícola, pastoril, extrativo ou manufatureiro, sempre que tenha possibilidades de colocação para êle.

Não nos cabe aqui advogar a causa do sitiante, nem acusá-lo dêstes ou daqueles defeitos. Evitando qualquer senso de valor, cremos poder dizer, objetivamente, que o sitiante paulista é melhor material humano do que geralmente se pensa. Vem êle demonstrando capacidade de desenvolver diferentes tipos de atividade, de poder tornar-se parcela ponderável da economia geral. Se não o faz mais e melhor, é freqüentemente mais por falta de orientação e de apoio, que por rotina ou indiferença.



## CAPÍTULO IV

### TÉCNICA E RÍTMO DE TRABALHO DO SITIANTE

A técnica utilizada pelo sitiante no seu trabalho é extremamente variável. Há, evidentemente, grandes diferenças ligadas à diversidade de origens étnicas e aos vários graus de evolução de cada sitiante. Além disso, as técnicas que o sitiante possui são freqüentemente modificadas — quando não aparece a necessidade de abandoná-las — por circunstâncias peculiares ao meio ambiente em que vive. Com o patrimônio que lhe é próprio e diante das possibilidades naturais que se lhe oferecem, o sitiante, ao adotar certo tipo de exploração do solo, é levado a optar por determinadas técnicas, sendo muitas vêzes levado a introduzir adaptações ou mesmo a aceitar inovações.

Assunto difícil e delicado, pois que ao mesmo tempo está ligado ao homem, ao meio e, evidentemente, aos vários tipos de inter-relações resultantes, é, por isso mesmo, marcadamente geográfico. A diferenciação observada varia de acôrdo com as diferentes atividades exercidas pelo sitiante: ao passo que na agricultura a técnica se modifica por influência marcante do meio físico, no pastoreio as variações estão mais ligadas ao tipo de criação que se pratica. Já na indústria rural, a técnica parece diferenciar-se principalmente de acôrdo com a origem étnica do sitiante ou com o maior ou menor grau de isolamento em que vive. Se não há, por assim dizer, um denominador comum, procuraremos analisar, separadamente, as técnicas que o sitiante adota para cada forma de atividade econômica.

#### AGRICULTURA

Na agricultura, a primeira diferenciação que se observa na técnica é em relação à idade do povoamento.

Nas *regiões de povoamento recente*, a primeira fase de qualquer atividade agrícola é a conquista do solo sôbre a mata. O sitiante tem aí, usando a frase de René Courtin, de “criar tudo do nada” (56). Há, assim, um primeiro período que antecede a qualquer tipo de exploração: o de desbravamento. E êste, por

---

(56) “Le problème de la civilization économique au Brésil”, p. 71.

sua vez, é feito seguindo a técnica que nos foi legada pelo índio: a do fogo (57). O sitiante das regiões novas, depois da derrubada, em que é abatida a maioria das árvores de grande porte, procede à queimada, pela qual faz a destruição da floresta e uma limpeza relativa do terreno. Espalhados pelo solo ficam ainda troncos carbonizados e inúmeros tocos, à espera de que o tempo os faça desaparecer pela putrefação.

Em tais condições iniciais, todo trabalho agrícola tem que ser feito contornando os obstáculos representados pelos troncos e tocos; porisso, é somente com a enxada que se faz o preparo da terra, o plantio e os tratos culturais.

Só mais tarde, quando os troncos já apodreceram e só restam alguns tocos, será possível o uso do arado. Assim mesmo, há limitações: o arado só pode ser utilizado onde a topografia não fôr acidentada porque, para contornar os tocos, é preciso usar um único animal de tração. No caso de declives acentuados, só um animal não é suficiente.

É preciso frisar, no entanto, que a queimada é o método mais usual, mas não o único: na Alta Araraquarense os sítiantes japoneses gozam da fama de evitá-la, retirando os troncos depois de derrubados e picados e deixando os ramos menores apodrecerem um ano no lugar. Findo êsse período, enterram os que já apodreceram, retiram os que ainda não o fizeram e destocam o terreno. O solo mantém assim intatas suas qualidades de fertilidade e é possível, desde o comêço, usar o arado. Sôbre êsse fato temos apenas informações dos habitantes dessa região, mas pudemos comprovar sua veracidade pelo menos num núcleo de sítiantes japoneses entre Tanabi e Cosmorama (fotografia 4). Os caboclos encaram o caso como simples mudança de técnica sem conseqüências e dizem que a diferença está no fato de que "enquanto nós levamos um mês para limpar o solo e um ano para prepará-lo, êles (os japoneses) levam um ano para limpar o solo e um mês para prepará-lo". O que os caboclos não percebem ou fingem não perceber é que a sua terra, empobrecida pela passagem do fogo, produz menos e esgota-se mais depressa que a dos japoneses.

Feito o trabalho de desbravamento, a limpeza do terreno e as primeiras culturas, que são sempre de produtos de manutenção, a técnica pode então sofrer modificações, dependendo do tipo de exploração agrícola que se irá praticar. Enquanto a policultura pressupõe divisão de atenção e maior variedade de tratamentos, a monocultura orienta para concentração do trabalho e maior especialização nos métodos de cultivo.

---

(57) Carlos Borges Schmidt, *op. cit.*, p. 113.

TÉCNICA AGRÍCOLA NAS REGIÕES NOVAS



**Fot. 1 — Queimada recente**

roços do capoeirão logo após a passagem do fogo (Presidente Vencesláu).

Fot. N. L. Müller, junho 1945.



**Fot. 2 — Primeiros anos de cultivo**

culturas crescem entre tocos de árvores e troncos carbonizados que, com o tempo, virão a desaparecer pelo apodrecimento (Cosmorama).

Fot. Pierre Monbeig.

## CABOCLOS E JAPONÊSES NAS ZONAS PIONEIRAS

**Fot. 3 — Cultura cabocla**

No segundo ano de cultivo, o solo contém ainda grande número de tocos. (Cosmorama).

Fot. Pierre Monbeig.

**Fot. 4 — Cultura japonesa**

Também com dois anos de cultivo, o solo contém proporção sensivelmente menor de tocos que na fotografia anterior. No vale, notam-se sulcos de arado (sítio entre Tanabi e Cosmorama).

Fot. Pierre Monbeig.

Na policultura, o sitiante irá desenvolver métodos rudimentares, em que o arado representa o único aperfeiçoamento e onde os adubos são desconhecidos. Cultivarão a terra até que ela se esgote, depois... "afundarão" para o sertão, à procura de solos virgens. É uma agricultura que na realidade é *itinerante*, somente que com ritmo um pouco mais lento que o que se liga em geral a êsse conceito.

O deslocamento do sitiante varia de acôrdo com sua posição em relação à terra que cultiva; quando proprietário, o comum é procurar regiões mais novas cada dez ou quinze anos. No caso de ser arrendatário ou parceiro, seu deslocamento é mais rápido: depois de dois ou três anos de cultivo deixa para trás "terras limpas", destocadas, que o fazendeiro utilizará como quiser. Constituem elemento instável do ponto de vista de fixação ao solo, tanto num como noutro caso.

O que mais contribui para a fixação do sitiante, nas regiões novas, é a cultura do café. O trato mais cuidadoso da plantação e do solo prolonga a produtividade, fazendo com que só se desloquem quando os rendimentos não compensam, de todo, os tratos culturais. Segundo observamos, raramente isso se dá antes de vinte anos, mais comumente só depois de trinta.

Nas zonas de povoamento antigo, as técnicas são bem mais variadas que nas de recente, porque, além de diferenças oriundas dos vários tipos de ocupação do solo e dos diferentes grupos étnicos, há maior diversificação no meio físico.

Dentre os fatos naturais, parece-nos que o mais importante é a topografia, que condiciona dificuldade maior ou menor na aplicação de técnicas mais adiantadas. Como já dissemos anteriormente, achamos que o meio físico é aqui o mais significativo entre todos os fatores em jôgo.

As regiões de relêvo plano apresentam grandes vantagens para a agricultura, tais como a facilidade de emprêgo de qualquer aparelhamento e a inexistência do risco de erosão. Por essa razão são regiões que podem dar bons rendimentos, ao mesmo tempo que são susceptíveis de ser aquelas onde se encontra maior adiantamento técnico.

De acôrdo com a fertilidade dos solos, há ou não necessidade de adubos. Enquanto que na várzea do Paraíba e do Ribeira de Iguape os adubos não são empregados, o cansaço das terras na depressão periférica de Campinas exige êsse cuidado.

Quanto ao adiantamento técnico, êle sofre a influência do "background" do sitiante, bem como do fato de aparecerem ou não culturas especializadas.

Em Campinas, na região da depressão, impera a policultura,

que é praticada com o emprêgo de bom aparelhamento agrícola. O preparo da terra é feito com arado e gradil que, respectivamente, revolvem e aplainam a terra. O plantio é levado a efeito com o auxílio do *riscador*, que abre a terra em valos para receber a semente, e o *cultivador*, que a recobre depois de colocada. Os tracts culturais contam também com o mesmo *cultivador*, que arranca as ervas e as enterra, além de outros aparelhos como *pulverizadores* e *extintores de formigas*. Trata-se de um conjunto apreciável de aparelhos, cuja introdução o sitiante deve, em grande parte, à influência da colonização de Vila Americana e à ação do Instituto Agrônômico.

Na baixada do Ribeira, vamos encontrar quase que o oposto da região da depressão periférica de Campinas na escala do desenvolvimento técnico.

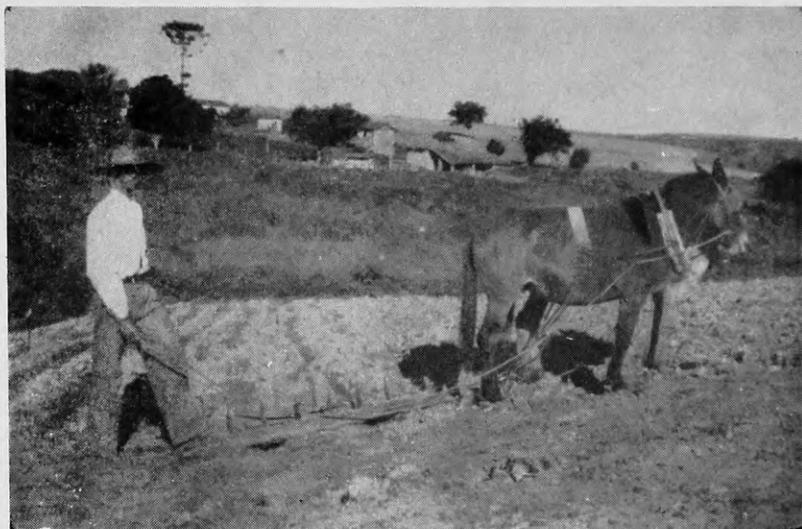
O caboclo "capuava" tem uma agricultura tècnica semelhante à praticada nas regiões novas: como sua cultura é itinerante, mudando de ano para ano de lugar, êle tem que estar sempre empregando a derrubada e queimada da mata ou de capoeiras e trabalhando em terrenos relativamente entulhados por troncos carbonizados e tocos de árvores. Em consequência, não poderia deixar de ter uma agricultura prêsa à enxada.

O caboclo "ribeirinho", no que concerne às culturas de manutenção, faz o mesmo que o "capuava". O arroz, embora fixo em sua ocupação, é produzido seguindo métodos muito primitivos. O plantio é feito pelo sistema do "chuço", que aliás também é feito ocasionalmente nas culturas de subsistência, e que foi tão bem descrito por Carlos Borges Schmidt: "Prêso à cinta trazia o roceiro uma minúscula sacola, com capacidade de litro... onde estavam as sementes... Na mão um pau roliço, com coisa de cinco e meio ou seis palmos de comprimento e tão grosso como um cabo de enxadão dos mais pesados, a extremidade inferior terminando pontiaguda. Caminhava um passo espichado. Dava uma batida no chão fôfo, recém-queimado e encharcado pela chuva... Jogava no buraco assim feito dois ou três grãos... cobria e scava a cova com o próprio pau" (58).

Na fase de crescimento das plantas êle pouco faz, deixando que as ervas invadam as culturas; quando chega a colheita, terá que se haver com o mato já crescido para conseguir apossar-se das vagens de feijão, das espigas de milho, ou para arrancar a "rama" a fim de colhêr a mandioca. Por êsse motivo, e também devido a possíveis chuvas pesadas ou enchentes que lhe derubem o arrozal, a colheita do arroz é feita a canivete, cortando as espigas uma por uma: se a foice fôsse empregada, tudo se

(58) Op. cit. p. 111.

INSTRUMENTOS AGRÍCOLAS DO SITIANTE



**Fot. 5 — Sitante usando gradil**

Friburgo, na região da depressão, em Campinas.

Fot. N. L. Müller, abril 1945.



**Fot. 6 — Sitante usando cultivador**

Bairro dos Gonçalves, na região da depressão, em Campinas.

Fot. N. L. Müller, abril 1945.



perderia entre o mato ou o lodo. Quando chegar a época de nova preparação do solo, o mato, até então vigoroso, terá que ser cortado e queimado: prática que é portanto comum ao "capuava" e ao "ribeirinho".

Essa é, no entanto, a técnica cabocla. Enquanto isso se verifica, o japonês da região não emprega a queimada nas terras destinadas ao arroz, a não ser da primeira vez, porque êle limpa sempre o terreno. É só nas culturas de subsistência que usa o fogo porque, como para o ribeirinho, essa é relativamente nômade dentro de cada propriedade. Além disso, como não deixa o mato crescer e escolhe melhor as terras, para que não haja riscos de inundação, pode cortar seu arroz "a ferro", ou seja, a foice: sistema ao mesmo tempo mais rápido e eficiente porque grande parte das hastes do arroz é assim retirada, evitando futuros trabalhos na preparação do solo.

Em relação à banana, o sitiante é obrigado a ser mais cuidadoso, pois se trata de cultura permanente. Embora na formação da plantação a maicria ainda use a derrubada seguida de queimada, muitos já fazem a limpeza do terreno sem emprêgo do fogo, para melhor conservação da fertilidade do solo. Os tratos, além de constantes, são bem mais elaborados que na cultura de subsistência e na de arroz. É preciso construir valos de drenagem e mantê-los limpos, é necessário roças contínuas para que o mato não sufoque os brotos novos. São realizadas três "limpas" anuais e uma "bateção de jangada", pela qual se corta e acama o mato sobre o solo para evitar a evaporação exagerada durante a época da seca, servindo depois de adubo verde.

Na várzea do Paraíba vamos encontrar o mais alto grau de especialização com a cultura do arroz e da batatinha.

A limpeza do terreno foi feita aí, inicialmente, também a fogo, e pode-se dizer que até hoje não está completa, pois que ainda se retiram do solo raízes e tocos da mata primitiva, os quais vão constituindo verdadeiros montes, que vão diminuindo de altura à medida que o material vai sendo empregado na cozinha, como lenha.

O preparo do solo é feito duas vezes por ano, uma para a batatinha, outra para o arroz. Para a primeira, é preciso começar por passar a segadeira, que arranca a soca do arroz; esta é então queimada ou aproveitada como adubo. Passa-se em seguida o arado, puxado a boi, e a destorroadeira; faz-se a riscação, semeia-se, cobre-se e espera-se a colheita, limpando continuamente. Para o arroz é preciso começar por passar o trator a fim de desmanchar os batumes deixados na terra pela batata, e nivelar, o que alguns completam com roletes de cimento. Faz-se então o plan-

tio com a semeadeira e, até a época da inundação, é preciso manter o terreno criteriosamente limpo. Este trabalho é feito a enxada, pois com o cultivador pode-se arrancar o mato entre as fileiras de arroz, mas não entre os pés.

O sitiante italiano, que é o grande responsável pela introdução do arroz na várzea do Paraíba e que é hoje o maior cultivador dêsse produto no município de São José dos Campos, não faz a cultura irrigada pelo sistema de transplante; existem aí somente dois japoneses que usam êsse processo. O comum é plantar por semente e esperar que a enchente do Paraíba inunde o terreno. Com essa prática simplista correm dois riscos: o de enchentes extraordinariamente grandes ou demoradas, e o de "veranicos" que não permitam a subida das águas na proporção desejada e na época certa. O sistema de drenagem para a cultura da batata é bastante satisfatório; mas o de controle das águas é insuficiente, pois contam somente com frágeis diques. O trabalho de irrigação é, nesse município, praticamente inexistente.

Temos assim três regiões que se assemelham pelo modelado e onde haveria grandes facilidades para o emprêgo de máquinas e aparelhos agrícolas. Das três, só em duas essa vantagem é aproveitada pelo homem — na depressão de Campinas e na várzea do Paraíba. Na região da baixada do Ribeira, onde o isolamento é ainda grande, mantêm-se métodos tradicionais e rudimentares que mesmo o contato com alguns lavradores mais adiantados, como os japoneses, não conseguiu modificar.

Entre essas três regiões, a do Ribeira e a da várzea do Paraíba (em São José dos Campos) têm ainda outro ponto em comum, o de contarem com solos de aluvião e abundância de água. É interessante notar que, em ambas, o sitiante optou pela cultura do arroz, usando as vantagens do solo, mas sem aproveitar a possibilidade de irrigação. As duas regiões têm ainda uma afinidade no fato de terem culturas que exigem drenagem: a da banana, no Ribeira, e a da batata, na várzea do Paraíba. A cultura da banana encontra sua justificativa nas boas condições climáticas e a da batata só pode ser explicada pelo fato de ter um ciclo vegetativo que se adapta à entre-safra do arroz e por ter grande valor comercial. Nas duas regiões o sitiante aprendeu a drenar, mas não a controlar o rio: tanto na várzea do Paraíba quanto na baixada do Ribeira, o rio representa ao mesmo tempo um aliado e um inimigo, dependendo a posição que toma das forças naturais, não da técnica humana.

*Nas regiões de relêvo ondulado*, como nas zonas de colinas em Registro e de Santa Cruz em Campinas, a técnica começa a sofrer limitações no emprêgo de métodos mais adiantados. Ainda

**TÉCNICAS DO SITIANTE EM CULTURAS ESPECIALIZADAS: O CHÁ EM REGISTRO**



**Fot. 7 — A enxada nos tratos culturais**

Devido à exigüidade de espaço entre as plantas e o risco de machucá-las, o arado não tem mais aplicação uma vez formada a cultura.

Fot. N. L. Müller, dezembro 1945.



**Fot. 8 — A colheita do chá**

Como só os brotos são aproveitados, a colheita deve ser feita manualmente.

Fot. N. L. Müller, dezembro 1945.

## TÉCNICAS DO SITIANTE EM CULTURAS ESPECIALIZADAS: A FRUTICULTURA EM VALINHOS



**Fot. 9 — Luta contra a erosão e depauperamento dos solos**

O capim que cresce entre as fileiras, ao mesmo tempo que serve de proteção contra a erosão é, enterrado na estação das secas, utilizado como adubo verde.

Fot. A. R. Müller, maio 1945.



**Fot. 10 — Luta contra pragas e moléstias**

A pulverização com "calda bordaleza" (sulfato de cobre e cal) é trabalho de rotina, mas delicado e importante. Os tanques se distribuem, em espaços iguais, pela plantação.

Fot. N. L. Müller, maio 1945.

é possível usar o arado e o gradil na preparação do solo, mas, uma vez feita a plantação, todos os tratos culturais têm que ser feitos a enxada, pois os aparelhos, escorregando, pisariam as plantas.

Essas duas regiões acima citadas, contando com as mesmas dificuldades inerentes ao relêvo, são no entanto diversas no tipo de exploração do solo: em Santa Cruz domina a policultura, ao passo que em Registro temos a monocultura do chá.

Na primeira, os sítiantes conhecem perfeitamente bem todos os aparelhos agrícolas e se não os usam é exclusivamente porque o relêvo não permite. Em Registro dá-se o mesmo, com a agravante de que, como se trata de culturas permanentes, os arados, depois da formação da plantação, não encontram mais aplicação: trata-se de um tipo de exploração do solo em que o agricultor fica prêso irremediavelmente à enxada logo depois da fase preparatória.

Essas duas regiões têm, portanto, grande afinidade no que se refere às possibilidades do emprêgo de técnicas; mas, como na primeira as culturas são anuais, o arado ainda aparece, ao passo que na segunda tende a ser esquecido uma vez passado o período de preparação do solo.

*As regiões de relêvo movimentado* parecem representar para os sítiantes o mais sério problema para a agricultura. O sítiante sabe opor-se à floresta, conseguindo também adaptar-se às dificuldades do cultivo nas colinas; mas, em face da montanha, a reação positiva só se faz quando conta com possibilidades de técnica muito superiores às que temos analisado até aqui.

O sítiante caboclo opta em geral pelo abandono das vertentes, agarrando-se aos vales: é o que se verifica na zona cristalina de Campinas e na região da Mantiqueira, tanto em território de São José dos Campos como em Campos do Jordão. Cultiva então as pequenas várzeas seguindo as técnicas que conhece, mais elaboradas em Campinas, mais simples em São José dos Campos e Campos do Jordão, devido ao maior isolamento.

Já os sítiantes de origem estrangeira apresentam dois exemplos de aproveitamento de vertentes: o de Valinhos e o de Renópolis.

O sítiante italiano de Valinhos não encontrou na realidade outro problema que o de começar com solos já cansados e bastante erodidos, usados pela antiga cafeicultura. Lutou contra o esgotamento da terra pela aplicação intensiva de fertilizantes; não podendo remediar a erosão que já se processara, procura impedir que o processo continue, adotando o método de nunca desnudar o solo completamente. Na época das chuvas deixa o mato cres-

cer entre a plantação, limitando-se a podá-lo ocasionalmente; nas sêcas corta-o, utilizando-o como adubo verde (fotografia 9).

Já o japonês de Renópolis encontrou terras virgens, mas em relêvo muito mais movimentado, com declives acentuados. Sobrepôs-se ao risco da erosão fazendo valos de escoamento das águas, os mestres seguindo a direção e inclinação das vertentes e os auxiliares ligeiramente oblíquos a êsses. O transporte da produção, que deve atingir a Estrada de Ferro de Campos do Jordão, que corre bem próxima ao espigão, é feito a lombo de burro por caminhos em zig-zague, por êles abertos (fotografia 11). Graças à técnica que já possuíam, os sitiantes japoneses puderam aproveitar a montanha e hoje os caboclos, que com êles aprenderam, começam a libertar-se dos vales. Mas, se foi possível a conquista do terreno, o relêvo os obriga à cultura de enxada, desde o preparo do solo aos tratos culturais, pois é impossível usar aí qualquer aparelho. E isso entre lavradores japoneses que importam sementes da Holanda, Estados Unidos e Argentina, que conhecem e discutem os métodos mais modernos de agricultura.

Nas regiões montanhosas, o sitiante pode ou não adaptar-se, dependendo de sua potencialidade técnica.

## CRIAÇÃO

Na criação as variações de técnica se observam, como já indicâmos, segundo se trate de gado leiteiro ou de corte. Há no entanto certo número de processos comuns, como os de *formação e manutenção de pastos*.

Em certas regiões os campos naturais poupam ao sitiante o trabalho de formação, como no município de São José dos Campos. Quando isso não acontece, a formação de pastos apresenta modalidades de acôrdo com o tipo de exploração do solo até então praticada pelo sitiante.

Nas regiões novas, é em geral o algodão que prepara o solo para o pasto, sendo o capim semeado no segundo ou terceiro ano de produção (quando os solos já estão mais limpos de tocos e troncos caídos), depois da terceira limpa do algodão. Feita a colheita, arrancam-se os pés de algodão e deixa-se que o capim feche.

Quando o pasto ocupa terras já cansadas, o processo é o mesmo, tanto nas regiões novas como nas antigas, não havendo então necessidade de esperar que o terreno se limpe. Onde o capim substituiu o café, sua plantação segue ao corte dêste, pois em geral não é possível ser precedido por qualquer outra cultura, tal o cansaço das terras.

## PROBLEMAS TÉCNICOS DO SITIANTE



**Fot. 11 — A conquista da montanha**

A forte declividade do terreno levou o sitiante (japonês) a abrir valos para escoamento das águas das enxurradas. (Renópolis, região de Campos do Jordão).

Fot. I.B.G.E.



O período que vai da plantação do pasto até o momento em que está pronto para ser utilizado, representa problema mais ou menos sério para o sitiante, pois que se traduz em temporária improdutividade do solo. O sitiante terá então de se contentar com ocasionais rendas originadas da venda de excessos de seus produtos de subsistência, ou de ir trabalhar por uns meses como camarada em alguma propriedade. Segundo informações, é esta a solução mais geralmente adctada na região de Buquira.

Esse período de espera, só não é importante quando a criação tem finalidade estritamente complementar, como no caso das culturas de café, chá e frutas.

Na manutenção dos pastos, o sitiante faz capinas periódicas, para evitar que o capim seja abafado pelo mato, bem como queimadas, pelas quais pretende obter capim mais tenro e exterminar certas pragas. No entanto, há por vêzes relativo descaso, como em certas regiões infestadas pelo cupim que, por não serem destruídos, representam desperdício de área, além dos estragos que pode fazer no pasto.

Na criação de gado leiteiro o sitiante, interessado na produção contínua de leite, não se preocupa em regular o nascimento dos bezerros, pois que para êle o ideal é tê-los durante o ano todo. Assim, sendo, não há separação dos reprodutores, que ficam soltos nos pastos, só sendo recolhidas, à noite, ao mangueirão, as vacas que estão dando leite para que sejam ordenhadas logo de manhã. Os bezerros ficam isolados e, a menos que estejam destinados à reprodução por virem de boa linhagem, são logo vendidos pelo sitiante.

A alimentação do gado leiteiro torna-se um problema na época das sêcas, quando o sitiante terá que apelar para o uso de forragens. Por êsse motivo há, freqüentemente, plantações de milho, cana e mandioca.

Pode-se dar também o caso de contar o sitiante com pastos especialmente reservados para serem utilizados no período das sêcas ou alugá-los em propriedades vizinhas. Não aparecem então as culturas forrageiras, como também quando a propriedade é pequena demais para isso, preferindo o sitiante, no caso, comprar a forragem alhures.

Fora êsses cuidados, muito poucos recebe o gado leiteiro; raríssimamente o sitiante possui banheiros carrapaticidas e boas condições de silagem. Limitado é o número dos que contam com boa área de pasto em relação ao número de cabeças. Poucos são os cuidados tomados com a melhoria da raça, havendo sempre a tentação de vender as melhores reses por uma boa oferta.

A riqueza do sitiante que cria gado de corte é o bezerro,

que toma então papel de grande importância. As atenções que recebe começam antes mesmo de nascer: a vaca recebe menores quantidades de sal, para evitar descalcificação do bezerro e é posta em pastos pobres, a fim de evitar o desenvolvimento exagerado do feto, o que poderia acarretar dificuldades ao seu nascimento.

Além disso, procuram evitar que a "safra" de bezerros coincida com a estação das chuvas, separando os reprodutores de dezembro a junho. No período das águas há sempre, devido à lama, o risco de acidentes para os bezerros recém-nascidos, bem como maior incidência de doenças e parasitas. Há ainda conveniência em evitar que o bezerro fique exposto à chuva nos primeiros dias de vida, pois que a umidade torna seu couro quebradiço, com menor valor comercial.

Uma vez nascido, o bezerro só fica separado por uns quinze dias, enquanto ainda não pode andar grandes distâncias; depois, é solto no pasto com a mãe, a menos que esta tenha muito leite e haja perigo de super-alimentação.

Uma vez desmamados, ainda ficam no sítio por um ano, quando, já considerados adultos e em ponto de engorda, são vendidos aos invernistas.

Assim sendo, a venda dos animais coincide com o período em que haveria sério problema de alimentação caso continuassem no sítio. Mesmo evitando o aumento do número de cabeças e procurando manter certo número regularmente, o sitiante já precisa contar com reservas de pasto para atender aos animais que esperam ser vendidos. Assim o fazem os sitiante criadores de São Francisco Xaxier e de Presidente Epitácio. Quando essa solução não é viável, torna-se necessária a cultura de plantas forrageiras, opção adotada comumente em Nhandejara e Pedranópolis (Alta Araraquarense).

## INDÚSTRIAS RURAIS

As técnicas usadas pelo sitiante caboclo nas indústrias rurais são, de modo geral, simples.

No *beneficiamento* dos produtos de manutenção para consumo próprio, usa métodos tradicionais, que contam com aparelhamento rústico. Analisando os quatro produtos básicos de sua dieta, vejamos como ele os manipula.

Para triturar o milho e fazer a farinha, o caboclo usa o monjolo, constituído de trave de madeira apoiada a um tronco vertical. Essa trave tem numa das extremidades o "soquete" e na outra uma parte côncava, a "concha" (fotografia 12). O conjunto

## TÉCNICAS DO SITIANTE NO BENEFICIAMENTO DO MILHO



**Fot. 12 — Monjolo**

Instalação simples mas engenhosa, usada pelos caboclos na fabricação de farinha de milho. (São Francisco Xavier).

Fot. A. R. Müller, setembro 1945.



**Fot. 13 — Moinho**

Aproveitando também a força d'água, o moinho já representa instalação mais elaborada que o monjolo. Regulando-se as mós, obtém-se desde a "quirera" até o fubá. (Campinas).

Fot. A. R. Müller, maio 1945.

## INDÚSTRIAS DOMÉSTICAS DO SITIANTE



**Fot. 14 — Forno para cerâmica**

Embora incompleto, pois que a parte superior do forno está faltando, tem-se uma idéia aproximada do tipo de aparelhamento com que conta o sitiante nas suas indústrias domésticas (margens do rio Peropava, baixada do Ribeira de Iguape).

Fot. N. L. Müller, dezembro 1945.



**Fot. 15 — Forno para pão e defumador de carne**

Instalações simples, que têm por objetivo suprir às necessidades da própria família (Caiuá).

Fot. N. L. Müller, outubro 1945.

funciona por mecanismo simples, para o qual é preciso captar água ou estar junto a uma queda natural. A água cai na concha e o seu pêso vai abaixando a trave até o máximo de inclinação, quando a água então se escoa. Então o soquete, mais pesado que a concha vazia, faz inclinar a trave para seu lado, caindo pesadamente sôbre o milho; assim que a água recomeça a encher a concha, repete-se a operação. O caboclo obtem por êsse meio uma farinha grossa, que é depois torrada em tachos de cobre quer no fogão da cozinha ou construído a propósito, junto ao monjolo.

O arroz, depois de sêco ao sol, é debulhado pelo sistema da "sova", pelo qual é batido contra um banco, mourão ou grade, armados em local limpo de mato, às vêzes coberto por sacos. A palha é retirada do grão pelo sistema do pilão, recipiente de madeira onde se coloca o arroz, socando-o com a "mão", pesado pau roliço. Fazem então a "bateção", pela qual o arroz é jogado ao ar por meio de peneiras sem furos ("apá"), até que o vento tenha carregado tôda a palha. O produto está então pronto para o consumo.

Em Iguape, como já indicamos, o arroz é colhido a canivete e por êsse motivo as espigas não têm hastes, sendo impossível fazer-se a "sova". Os sitiantes organizam então mutirões, nos quais o arroz é debulhado dançando-se sobre êle o "fandango". Fora essa peculiaridade, o método de preparação do arroz para o consumo é idêntico ao das demais regiões.

O feijão, depois de bem sêcas as vagens ao sol, é também debulhado por sova, só que em lugar de ser batido contra uma trave, como o arroz, bate-se nêle com um porrete roliço e pesado até que as vagens se abram. Vem em seguida a "bateção", pelo mesmo sistema adotado para o arroz.

Quanto à mandioca, a farinha só é ainda fabricada pelo sitiante quando seu isolamento é grande; caso contrário, prefere comprá-la pronta, pois o processo de obtenção é moroso e exige muito trabalho. Embora existam vários tipos de aparelhamento para fabricação de farinha de mandioca, descreveremos apenas o que é encontrado na Baixada do Ribeira, pois os demais que conhecemos não pertencem às regiões que tomamos como exemplos.

Usam alí, para êsse fim, um conjunto de aparelhos denominado "tráfico", constituído pela roda, prensa e forno. A roda destina-se à primeira fase do trabalho, a da raspagem da mandioca. Consta de uma roda revestida por cinta de cobre prèviamente eriçada a ponta de prego e apoiada a uma armação de madeira. Esta tem uma base formada por tronco de árvore, trabalhado de modo a dar, numa das extremidades, assento para a pessoa que

trabalha (figura 2). A roda é acionada a braço por uma manivela colocada no seu centro e outra pessoa, ocupando o assento, vai raspando a mandioca no lugar em que a periferia da roda passa através da trave lateral. Em baixo da roda há um recipiente, também de madeira, que recebe a massa resultante da raspagem. Esta é em seguida colocada no "tipiti", espécie de cêsto flexível de bôca estreita, e vai para a prensa: coloca-se uma tábua sôbre o tipiti e vai-se apertando a fim de retirar o caldo da mandioca. Na região da baixada do Ribeira existem, a nosso conhecimento, duas variedades de prensa: a "de fuso", generalizada entre Iguape e Sete Barras, e a "de cunha", encontrada no baixo Ribeira, do Valo Grande à foz do rio. A de fuso, como o nome indica, consta de um fuso que desce e aperta o tipiti, sendo torcido por meio de um pau transversal, colocado perto de sua base (figura 3). A "de cunha" consta de uma tábua colocada em chanfraduras dos suportes verticais e que desce e aperta o tipiti à fôrça de cunhas ali introduzidas (figura 4). Feita a secagem da massa, ao sol, passa ela então para o forno, onde é torrada. O que chamam de forno não passa de fogão de barro que tem, na parte superior, um tacho de cobre pouco profundo. A farinha é aí torrada, em processo moroso, mexida continuamente com colher de pau.

O sitiante caboclo pode ainda fazer outros trabalhos de beneficiamento, dependendo do grau de auto-suficiência que deseje ou seja obrigado a ter. Alguns, por exemplo, socam o café em casa, com pilão, torrando-o em tachos; outros empreendem o fabrico da garapa para substituir o açúcar. Para a moagem da cana usam a "engenhoca", simples aparelho que consta de dois cilindros horizontais que funcionam como prensa, apoiados em dois troncos roliços verticais (figura 1).

Os sitiantes de origem estrangeira aceitam em geral as técnicas de beneficiamento do caboclo, às vêzes com alguns acréscimos e melhorias. Entre os japoneses muitos têm pequenas máquinas manuais para retirar a palha do arroz. Os italianos empregam o "moinho" para a trituração do milho, em lugar do monjolo; os grãos são então esmagados entre duas mós de pedra, acionadas por roda d'água. A caída do milho nas mós é regulada de maneira a obter-se trituração menor ou maior, o que dá como resultado a "quirera" para alimentação de pintos ou o fubá, precioso para a confecção da tradicional "polenta". Muito comum também entre sitiantes de origem européia é o forno para pão, parte integrante de sua dieta. Mais excepcionalmente podem ainda aparecer apiários para a obtenção de mel ou defumadores de carne.

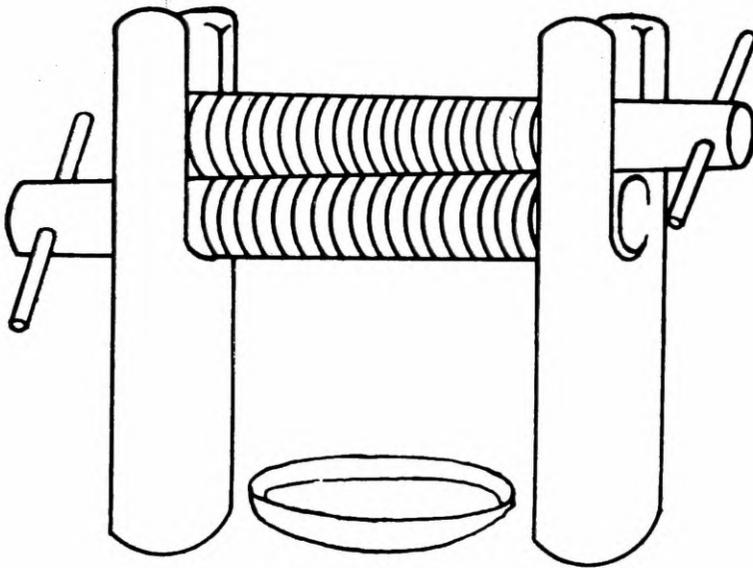


FIG. - 1

*Engenhoca da região de Iguape*

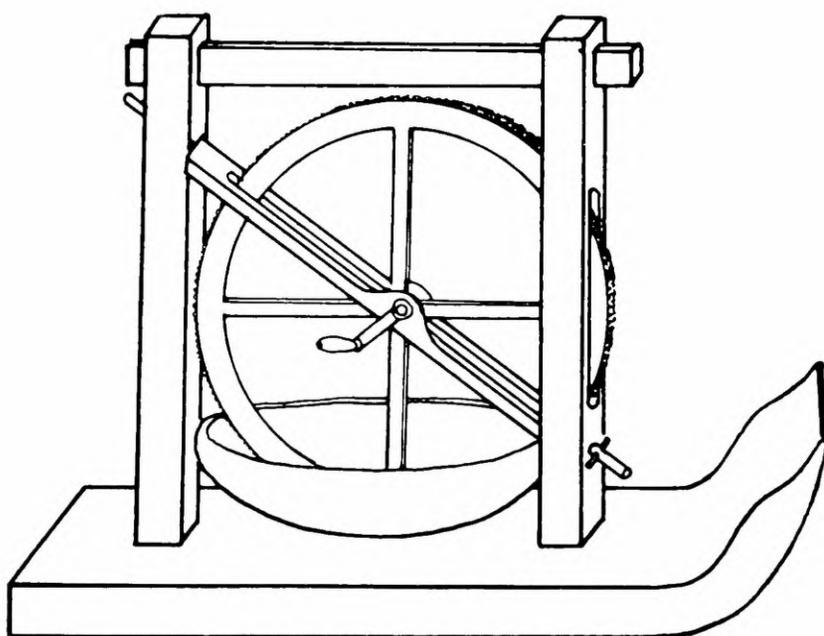


FIG - 2

*A "roda" para raspar a mandioca*

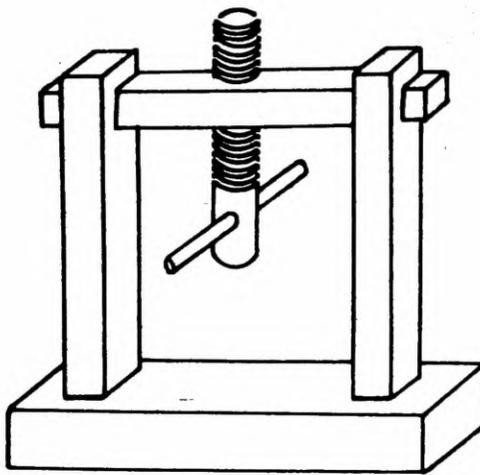


FIG. - 3

*Prensa para a mandioca já raspada da região de Iguapé a Sete Barras.*

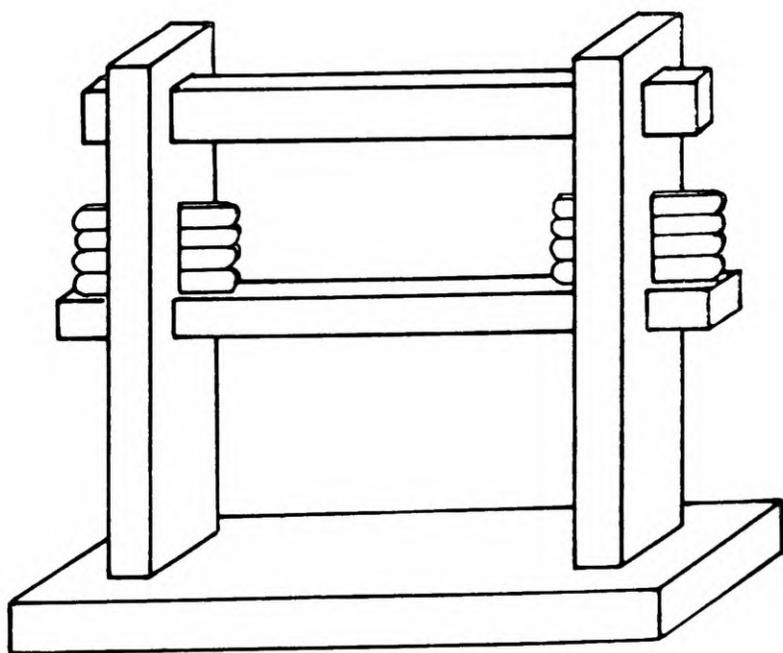


FIG-4

*Prensa para a mandioca já raspada da região do Baixo Ribeira*

Quanto às *indústrias rurais complementares*, são elas encontradas, fora a do fumo, que é generalizada, principalmente nas organizações especializadas em certa produção, como na de frutas em Valinhos, na do chá em Registro e na da menta na Alta Sorocabana.

A fabricação do fumo em corda é relativamente simples, pois não exige aparelhamento algum. O sitiante faz a "cura" do fumo sem galpões especiais, dependurando apenas as fôlhas a um canto da cozinha ou de qualquer outra dependência. Depois de curtido é só ir torcendo as fôlhas em corda, que vai sendo enrolada num pau.

Nas culturas especializadas, o sitiante procura satisfazer as exigências de acondicionamento, chegando mesmo a organizar-se para que o produto já saia acabado. Em Valinhos, os sítios maiores possuem pequenas oficinas de caixotaria para a exportação das frutas, e, em Registro, várias são as fábricas de chá pertencentes a diferentes sítiantes e que trabalham com o produto de seus acionistas.

Por ocasião da febre de produção da menta na Alta Sorocabana, muitos sítiantes instalaram destiladores que hoje representam um capital empatado praticamente inútil.

Como são organizações que já têm aspecto elaborado, embora se trate de atividades que podem ser consideradas como rurais, ficamos somente na indicação de sua existência sem entrar em minúcias, pois, em geral, se trata de trabalho que não é feito pessoalmente pelo sitiante, mas por camaradas especializados e contratados apenas para êsse fim.

Dentre as *indústrias suplementares* desenvolvidas pelo sitiante encontramos os melhores exemplos em duas regiões que se caracterizam pelo relativo isolamento geográfico: São Francisco Xavier e Ribeira de Iguape. Já indicamos quais sejam essas atividades mas queremos falar ainda sôbre o grau de eficiência técnica aí atingida.

As indústrias de cobertores, peças de monjolo e selas de São Francisco Xavier contam com processos muito primitivos. Os cobertores são tecidos à mão em teares, com fio de lã e algodão fiado e torcido com rocas e fusos movidos com o pé; as selas são praticamente feitas tôdas à mão, desde o corte do couro até a confecção dos enfeites; os monjolos são praticamente talhados nos troncos das árvores.

O mesmo se pode dizer das manufaturas da região de Iguape: a cestaria, cuja textura é feita até mesmo por crianças, é tanto manifestação de técnica quanto trabalho de paciência. A cerâmica segue também processo muito simples: com a argila, depois de

amassada com água em pilão, fazem cordões que começam por utilizar na base do objeto, montada numa tábua. Vão então dispondo os cordões segundo a forma desejada até a metade do objeto, quando se faz a primeira secagem ao sol; depois continuam até terminá-lo, secam novamente e acrescentam os arremates, com a colocação da bôca e asas. Com o alizamento, feito com pedaço de cuia quebrada (cuiveva) ou sabugo sêco, o produto está pronto para ir ao forno, onde cozinha durante umas quatro horas. O forno é muito primitivo, feito de barro, com dois buracos superpostos, o inferior para a lenha, o superior para os objetos. O conjunto é quase sempre protegido por uma cobertura de palha. E' dêsse modo primitivo que se fabricam os potes, cuscuzeiros, moringas e boiões à margem do rio Peropava, na ex-sesmaria das Areias.

---

**O RÍTMO DE TRABALHO DO SITIANTE** está básicamente prêso ao clima: é a sucessão das estações que marca no ano as diferentes fases de atividade. No entanto, o sitiante pode desenvolver diferentes tipos de exploração do solo, o que faz com que se estabeleçam variações no seu calendário de trabalho.

E' preciso ainda lembrar que, além do ritmo anual de trabalho, que abrange o período compreendido por um ano agrícola, há também o ritmo diário que, em certas épocas e em certos tipos de atividade, é tão significativo quanto o primeiro.

Para a análise do ciclo anual de trabalho o ponto de partida parece ser o calendário tradicional do caboclo. O ano agrícola começa para êle em agôsto, quando, aproveita o fato de as matas guardarem pequena reserva de umidade, para fazer as queimadas. Se há mata a derrubar, o início pode ser marcado em julho, a fim de que as árvores sequem um pouco antes de se lhes atear o fogo. Realizada a queimada, setembro é o mês do preparo do solo e do plantio, semeando-se, da segunda quinzena deste mês à primeira de outubro, o milho, o feijão das águas e o arroz. Entra-se então no período de tratos culturais que vai até março, interrompido em fins de janeiro e fevereiro para a colheita do feijão das águas e plantio do das sêcas. Segue-se o período da colheita, fazendo-se em abril a do arroz e em maio a do feijão das sêcas.

Trata-se de calendário bem equilibrado, em que as fases da lavoura — preparo do solo, plantio, tratos culturais e colheita — se sucedem, correspondendo ao ritmo das chuvas: fim da sêca, início da estação das águas, máximo das águas e início da sêca.

Evidentemente a intensidade maior de trabalho está no período de chuvas, correspondendo, à seca, a fase morta do ano agrícola, pois que a terra pouco está produzindo. Os meses de junho e julho representam mesmo um período de descanso forçado, que o sitiante aproveita para transportar seus produtos, reparar sua casa, as benfeitorias ou a estrada. E' também o período de abundância, pois que se segue à colheita. Considerando êste fato e lembrando que essa é época de menor trabalho e que representa a transição entre dois anos agrícolas, pode-se perceber, através disso, o possível significado da importância das festas joaninas.

Nas regiões que estudamos há, no entanto, modificações mais ou menos grandes nesse calendário tradicional. Às vêzes, prendem-se à irregularidade do pequeno período de chuvas de setembro, que antecede às grandes águas, e conhecido dos caboclos como "chuvas de sementeira". O sitiante prefere então esperar até outubro ou novembro para semear, quando uma estiagem já não será tão perigosa, pois logo depois virão as grandes chuvas. E' esta a orientação seguida por alguns sítiantes da Alta Araraquarense, pois, como as "chuvas das sementeiras" são problemáticas, têm assim prazo mais longo para as derrubadas e queimadas, que começam então, respectivamente, em julho e setembro. E' também a tendência geral em Campinas, onde o período da seca se prolonga freqüentemente até outubro.

Quanto aos produtos de venda que aparecem junto à policultura de subsistência, seguem, com exceção da banana, o calendário geral.

O algodão é plantado em geral nos meses de setembro e outubro, quando as demais plantas são semeadas. Fica, assim, na dependência das primeiras chuvas da estação, o que os agrônomos procuram evitar aconselhando seja o plantio feito em fins de outubro ou em novembro. O algodão plantado nesses meses tem o mesmo desenvolvimento do que é plantado em setembro, que fica mais ou menos estabilizado em seu crescimento até as chuvas fortes; além disso, não havendo o risco de umidade insuficiente, a necessidade de replante é praticamente nula. Plantando mais tarde, o sitiante poupa despesas com semente e também poupa trabalho, evitando o replante e pelo menos uma capina, que êle seria obrigado a fazer entre setembro e novembro. Alguns sítiantes de Campinas começam a seguir as instruções do Instituto Agrônomo, plantando mais tarde; outros, como na Alta Araraquarense, o fazem empiricamente, pelo simples receio de faltarem as "chuvas das sementeiras". Mas parece-nos lícito dizer que a maioria está ainda presa ao calendário tradicional.

Quanto à banana, se no plantio e nos tratamentos culturais sua la-

voura segue mais ou menos a orientação geral no que se refere às estações, na colheita ela sai da regra. O plantio de novas mudas e a formação de bananais são feitos em agosto e setembro e os tratos culturais estendem-se até junho. Mas a colheita, que é feita quase que o ano todo, com um mínimo nas secas, atinge seu máximo em outubro e novembro.

Enquanto o algodão se encaixa no ritmo da produção geral, sendo semeado ao mesmo tempo que as outras plantas e colhido em abril, o mesmo não se dá com a banana. É verdade que a catação do algodão às vezes se prolonga até agosto, preenchendo o período morto que vai de junho a julho; mas no caso da banana, mesmo que não haja grande alteração na plantação e cultivo, a colheita, além de preocupar durante o ano todo, ainda vai atingir o máximo de intensidade na época em que o sítiante está ocupado com as roçadas e com a pesca do "peixe graúdo", importante fonte de renda da região.

Na região do Ribeira ha, aliás, um calendário mais complexo, intimamente ligado às técnicas empregadas, bem como aos vários tipos de atividade dominantes.

Sendo o preparo do terreno feito na época usual, o período de tratos culturais é no entanto uma fase praticamente sem nenhum trabalho agrícola, pois as plantações não recebem capinas, ficando ao léu até a época das colheitas, em março. Assim sendo, além do período de junho a julho, o sítiante tem aí outro período livre de preocupações com a lavoura, de outubro a abril. Esses meses éle os emprega na pesca: em junho-julho faz a pesca do "peixe miúdo" e de outubro a abril dedica-se ao "peixe graúdo" e à manjuba. Embora não saibamos ao certo qual a relação de causa e efeito, não ha dúvida que a pesca é aí atividade muito antiga, sendo que a ausência de tratos culturais na lavoura de subsistência e do arroz pode ser consequência dela e não a causa. A banana consegue afastar o sítiante da pesca nos meses de outubro e novembro mas, assim que termina o período da colheita, volta éle à rêde e à canoa, tendo ainda a possibilidade de pescar a manjuba, que aparece até dezembro.

O calendário básico da policultura sofre também modificação na intensidade de trabalho quando ao lado dela existe a criação de gado de corte. Vindo a "safra" de bezerros nos meses de março a agosto, ela abrange justamente o período da colheita, além de incluir também os meses mortos de junho e julho e mesmo o início da época de preparo do solo. Assim sendo, se nos meses das secas não representa a criação acúmulo de trabalho (exceto nas regiões novas, quando em julho se fazem as derrubadas), a sua atividade mais intensa coincide com o período em

que a lavoura exige o máximo de atenção. A criação é então verdadeiro pêso para o sitiante, que tem de se desdobrar para atender a tudo.

Quanto ao gado leiteiro, embora o máximo de produção de leite venha no período das chuvas, que é também o de cultivo, o trabalho é mais bem distribuído durante o ano: não há acúmulo grande em certas épocas mas, antes, em certos períodos do dia. Assim, de manhã cedo, quando é preciso fazer a ordenha e transportar o leite, e à noite, quando se deve recolher as vacas ao curral, o dia de trabalho do sitiante é antecipado e prolongado de algumas horas. A menos que conte com mão de obra reservada para êsse serviço, na família ou assalariada, não poderá êle ter lavoura muito extensa.

Em relação às monoculturas, o calendário se aproxima ou se afasta do tradicional, segundo sejam anuais ou permanentes. Nas primeiras, as fases de preparação do solo, plantio e colheita se sucedem dentro dos mesmos períodos e com o mesmo ritmo de trabalho. No entanto, quando ao lado da cultura principal aparece uma outra, de entre-safra ou de inverno, desaparecem os períodos de rarefação de atividade e o ano aparece com todos os meses preenchidos por determinada tarefa. É o que se verifica na várzea do Paraíba e em Renópolis. Tanto na cultura do arroz quanto na da cenoura, aí praticadas respectivamente, é a batata das sêcas que aparece como cultura de entre-safra. Na várzea o arroz é cultivado nos meses de outubro a abril e a batata de maio a setembro. Em Renópolis a cenoura é cultivada de outubro a março e a batata de abril a novembro. As culturas principais caem assim dentro do período que vai do plantio à colheita das demais lavouras, isto é, o período das chuvas. As culturas suplementares abrangem o período que vai do fim das colheitas (maio) até a época do preparo do solo, isto é, o período das sêcas. Assim, em lugar de fases de agricultura que se sucedem no período de um ano, temos dois calendários de seis meses: trata-se de ritmo de trabalho mais apressado, com maior intensidade de atividade.

Quanto às monoculturas permanentes, uma vez que já estejam formadas, o ano agrícola se divide em dois períodos: aquele em que são desenvolvidos os tratos culturais e o da colheita. Nos casos do café e do chá ocorre um fenômeno interessante, que é a inversão do calendário no que se refere a êsses períodos de cultura. Ao passo que no café a colheita se restringe a três meses, de junho a agosto, ficando os outros nove para tratos culturais, no chá a colheita vai de setembro a março, só restando para o cultivo os meses de seca. Por êsse motivo, enquanto nos café-

zais o período febril da colheita e secagem se condensa em três meses, nas culturas de chá a atividade mais intensa toma nove meses. Esse fato repercute na mão de obra, que no primeiro caso precisa de suplementação por três meses e no segundo deve ser sempre numerosa, pois não é possível dispensá-la por apenas três meses, quando as plantas estão em repouso. Em consequência, há na realidade melhor divisão de trabalho no que se refere às diferentes fases da lavoura nos cafèzais que nas culturas de chá: nestas as capinas não podem esperar pelas sêcas, ao passo que naquela é possível aproveitar a mesma mão de obra nas duas coisas — cultivo e colheita, uma vez que ocorrem em épocas distintas.

Já na fruticultura de Valinhos, a divisão de trabalho no ano é feita de maneira equitativa: seis meses de cultivo contra seis de colheita. Indo a produção de uvas de novembro a fevereiro e a de figos de dezembro a abril, estabelecem-se dois períodos nitidamente marcados: um que corresponde aproximadamente ao período das sêcas, que é de cultivo, e outro que abrange os seis meses mais úmidos, que é de colheita. Essas fases são bem delimitadas no tempo, cada uma delas com ritmo de trabalho próprio.

Quanto à criação suplementar (que aparece junto ao café) e à complementar (existente nas culturas de frutas de Valinhos e de chá em Registro), elas podem representar ou não acúmulo de trabalho. No primeiro caso torna-se em geral verdadeira atividade à parte, exigindo mão de obra especial, pois os colonos não podem ser desviados do café. Exigindo poucos cuidados, um campeiro ou um membro da família dedicado somente à criação resolve o caso, com a grande vantagem de se obter melhor aproveitamento do terreno sem grande sobrecarga de salários. O calendário da criação corre então paralelamente ao do café sem, no entanto, engrenar-se nêle.

A criação complementar, no entanto, que faz parte integrante da produção agrícola, se não pesa no ritmo anual de trabalho, influi muito no diário. Como em geral não há pastos suficientes e a estabulação é forçada, o sitiante vê-se obrigado a fazer tarefas extras, como a de alimentação do gado. Mesmo no decorrer do ano há certa influência da presença do gado pois, se nas chuvas o capim é farto e com pequenos pastos o sitiante pode atender à alimentação do gado, nas sêcas êle é obrigado a contar com plantas forrageiras próprias, se não quiser comprá-las. Em Registro, os sitiantes preferem a segunda alternativa mas, em Valinhos, alguns fazem plantações da cana para êsse fim. Ao ciclo de trabalho da fruticultura acrescenta-se então o calendário

do caboclo. Em conseqüência, os tratos culturais da cana, que se estendem por todo o período de colheita das frutas, representam considerável acúmulo de trabalho. Em compensação, a colheita cai em maio, já no início dos tratos culturais dos figos e uvas, quando é menos intensa a atividade nessas culturas.

Quanto à criação para consumo doméstico, à sericicultura e indústrias suplementares, são atividades que correspondem mais a certa divisão de trabalho pelos membros da família e à existência de períodos de pouco trabalho no ano ou no dia. A criação para consumo doméstico é fácil de encaixar no ritmo de trabalho diário, pois qualquer folga é suficiente para os cuidados necessários e não é preciso fazer culturas especiais para a alimentação. A sericicultura não sobrecarrega muito o lavrador porque a amoreira pode ser cultivada durante as sêcas, quando é menor o trabalho com as outras culturas. A criação do bicho-da-sêda fica em geral a cargo de mão de obra que não é empregada na lavoura. No que diz respeito às indústrias suplementares, em São Francisco Xavier ela corresponde a uma atividade de inverno, quando a agricultura não exige atenções, e na região do Ribeira a indústria é também desenvolvida nos períodos de interrupção dos tratos agrícolas. Como a pesca não é feita durante o dia todo, mas somente de manhã e à noite, o "ribeirinho" emprega o dia, nessas épocas, na cestaria e cerâmica. Por outro lado, como o "capuava" segue o mesmo ritmo de trabalho daquele, emprega êle a sêca para a exploração da mata e os meses de outubro a fevereiro para a construção de canoas, fabricação de cestaria, etc. Em abril seus produtos estarão prontos para ser levados à cidade, inclusive o excesso das colheitas.

---

Da análise das técnicas adotadas pelo sitiante chegamos à conclusão de que êle não apresenta sempre o mesmo grau de possibilidades para o aproveitamento dos recursos naturais. Se às vezes se vê limitado nas suas técnicas por imposição do meio (59), outras vezes não sabe utilizar as facilidades que êste lhe oferece (60).

Além disso, a posição do sitiante diante de certos meios naturais é às vezes de adaptação (61), outras de fuga (62), outras ainda de luta por meios primitivos (63).

(59) Como os sitiantes de Santa Cruz e de Registro.

(60) Sitiantes da região da várzea do Ribeira e, até certo ponto, da própria várzea do Paraíba.

(61) Referimo-nos aos sitiantes de Renópolis.

(62) Como os sitiantes da região montanhosa de Campos de Jordão.

(63) Veja-se o exemplo da derrubada e da queimada em zonas pioneiras.

O ritmo de trabalho que está basicamente prêso ao das estações compreende, no sistema tradicional, nove meses de atividade intensa contra três de menor trabalho. Este ritmo pode no entanto ser invertido, como no café, ou alterado pelo desaparecimento da estação morta, que é preenchida por atividades suplementares ou pela criação de gado de corte. Quanto às monoculturas, há grandes variações no calendário de trabalho. Ao passo que o chá cabe dentro do ritmo normal, a fruticultura já divide o ano em dois períodos de seis meses, um de atividade, outro de trabalho menos intenso. As culturas de arroz e cenoura, com a batata como entre-safra, apresentam o calendário mais sobrecarregado, em que nenhum mês fica isento de atividade.

Quanto ao ritmo de trabalho diário, vimos que êle pode sofrer alterações pela presença de gado leiteiro ou da sericultura.

Não queremos terminar sem ainda indicar certas influências que a origem étnica do sitiante exerce sobre seu ritmo de trabalho. Ao passo que os italianos, espanhóis e alemães respeitam em geral o descanso do domingo, os japoneses, quando em época de maior intensidade de trabalho, não abandonam o campo enquanto a tarefa não está concluída. Quanto aos caboclos, além de não trabalharem nos domingos, dias santos e feriados, não o fazem também aos sábados, dia de ir ao "comércio" a fim de "fazer a despesa" para a semana. Guardam ainda, por conta própria, vários dias santos, bem como dias de velório ou de chuva forte. Um fazendeiro de Nhandejara afirmou-nos que no ano de 1944 os parceiros de sua fazenda trabalharam apenas num total de 140 dias... Sem falar nas implicações econômicas, êsses detalhes são interessantes por constituírem o terreno em que as forças da natureza cedem lugar às tradições e a fatores que emanam da organização social.

## CAPÍTULO V

### A VIDA ECONÔMICA DO SITIANTE

E' fato muito conhecido ter nosso Estado passado por vários "ciclos" econômicos que se sucederam. Dentro desses ciclos o agregado, e, depois, o sitiante, têm encontrado dificuldades em se encaixar. As estruturas econômicas não tinham lugar para o pequeno produtor: com a exceção de alguns casos, como o da cana-de-açúcar, êle fica quase sempre à margem, dedicando-se unicamente à produção de gêneros alimentícios. Será o tipo clássico do sitiante com agricultura de subsistência, vendendo apenas os excessos. Poderá quando muito, no caso de grandes facilidades de comunicação, desenvolver um ou outro produto comercial, para venda aos viajantes ou no centro urbano mais próximo.

Esse tipo clássico de sitiante é ainda, em nossos dias, bastante comum. Nas regiões que estudamos é encontrado, por exemplo, em Campos do Jordão. Praticando a policultura de subsistência, da qual vende os excessos, o sitiante tem aí uma economia simples: seu comércio, praticado na venda mais próxima, constitui-se quase de troca em espécie, pela qual o milho, o arroz ou o feijão que a família não consome é dado em pagamento do sal, do querosene ou do "pano" (tecidos). Às despesas menores e ocasionais o sitiante irá atendendo com as pequenas rendas que consegue da venda de alguns ovos ou de um providencial leitão. Toda sua vida econômica está presa a um mercado estritamente local que êle visita, quando não é muito longe, uma vez por semana, a fim de "fazer a despesa". Com exportação e importação reduzidas, êsse sitiante, que é praticamente o resultado da ausência das vias de comunicação, não sente, paradoxalmente, o problema do transporte: o saco às costas ou preso à sela do cavalo resolve o caso. Seu nível de vida não pode ser alto, uma vez que troca produtos simples por manufaturados; mas não conhece muitas necessidades, fora as fundamentais, e o sistema o satisfaz. Seu horizonte é como que limitado pela linha das montanhas, das quais muitas vezes nunca saiu.

À medida que os meios de comunicação se vão tornando mais fartos ou que aparecem mercados consumidores próximos, surgem, ao lado das culturas de manutenção, produtos de venda:

a simples possibilidade de comércio, que nem sempre coincide com uma facilidade, faz com que o sitiante tome outro rumo. É assim que vamos encontrar estreita relação entre a vida econômica do sitiante e dois fatores geográficos: distância e meios de comunicação. Podemos distinguir aqui, como já indicamos no capítulo sobre os tipos de exploração do solo, três tipos básicos de sitiante: o do Ribeira de Iguape, com a banana e o arroz como produtos de venda, o que produz algodão e o que desenvolveu a criação ao lado da policultura de manutenção. Passaremos a analisar sucessivamente êsses tipos básicos porque há problemas específicos a cada um, os quais não nos permitem tratá-los em conjunto.

A região do Ribeira, como um todo, tem certo grau de comunicações com o exterior, concretizado pela ligação com Santos, pelo mar (64) e pela estrada de ferro de Juquiá, e com São Paulo, por estrada de rodagem. Entre a estrada de rodagem e a navegação fluvial, esta tem a primazia em relação a Iguape, por ser um meio de comunicação mais barato. A navegação fluvial é feita por barcas a vapor com roda d'água, as quais, além de percorrerem o Ribeira de Iguape e Juquiá, navegam ainda no curso inferior e em alguns afluentes. No Peropava a navegação vai até o ponto em que a vegetação aquática de "aguapés" o permite, pouco além do ponto em que se faz sentir a influência da maré; no ponto em que a navegação se interrompe existe uma venda, verdadeiro "armazém geral" e pôrto em miniatura. Nos afluentes não navegáveis pela barca a vapor, o sitiante é obrigado a levar sua produção até Iguape ou até uma dessas vendas à margem dos rios visitados regularmente pelas embarcações. A verdadeira estrada da região é o rio, sendo os sítiantes peritos remadores; usam geralmente embarcações escavadas em tronco de árvore (*pirogas*), navegando em pé, com remo de braço comprido.

Às margens dos rios o sitiante desenvolveu a policultura de substância com o arroz e a banana como produtos de venda. Para a banana o transporte não constitui problema, pois o comprador de Santos manda buscá-la com lanchas próprias; em relação ao arroz, o sitiante está prêso à barca ou à piroga.

O sitiante que está à margem do Ribeira ou de afluente navegado por barcas, caso possua recursos, pode fazer sua importação e exportação diretamente. Quando não, depende de uma ven-

(64) Ligação essa feita por barcas e lanchas pequenas desde o entulhamento do pôrto de Iguape como consequência da abertura do Valo Grande. A estrada que vai de Sete Barras a São Miguel Arcanjo não aparece em nossa análise porque, não representando ligação direta com São Paulo, só tem significação para a Baixada do Ribeira no que diz respeito ao criador de Sete Barras que a utiliza esporadicamente para mandar algum gado para a região de "serra acima".

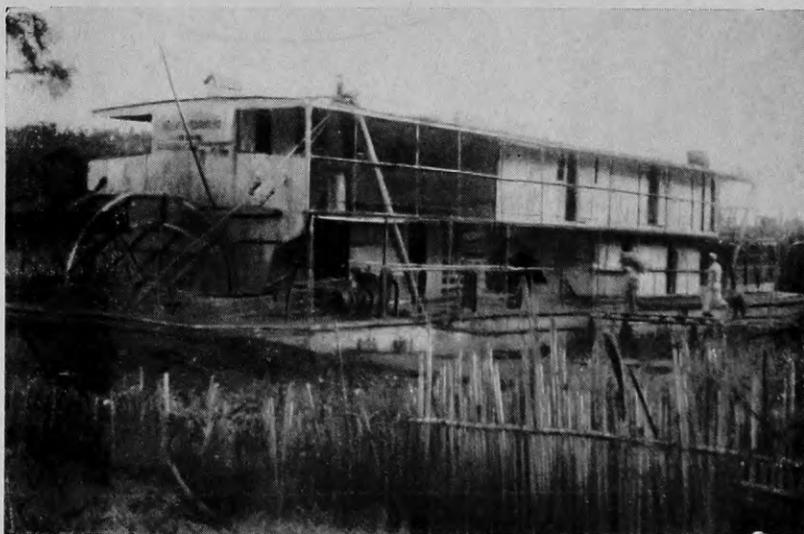
## MEIOS DE TRANSPORTE NO RIBEIRA DE IGUAPE



**Fot. 16 — Balsa, canoa, piroga**

Concentrados nesta fotografia vemos três dos meios de transporte mais usados na região.

Fot. N. L. Müller, dezembro 1945.



**Fot. 17 — Barca com roda d'água**

A "Vicente de Carvalho", uma das três barcas que navegavam pelo Ribeira e Peropava na época de nossa pesquisa.

Fot. N. L. Müller, dezembro 1945.

## MEIOS DE TRANSPORTE DO CHÁ EM REGISTRO



**Fot. 18 — Do sítio à fábrica**

Os próprios colhedores de chá levam diariamente o produto de seu trabalho da plantação à fábrica de beneficiamento.

Fot. A. R. Müller, dezembro 1945.



**Fot. 19 — Da fábrica à cidade**

Muito comum é o emprêgo de carros do tipo acima. Esses carros surpreendem à primeira vista por serem semelhantes ao tipo encontrado entre colonos alemães nos Estados do Sul do país. O fato se explica por terem vindo os primeiros, efetivamente, de Santa Catarina, servindo depois de modelo à fabricação local.

Fot. N. L. Müller, dezembro 1945.

da de beira de rio, à qual vende seu produto, e compra o de que necessita. O dono da venda, a quem chama de "patrão", forma assim uma clientela garantida pois que o balanço é quase sempre desfavorável ao sitiante (65).

Quando o sitiante está longe de rios a situação muda: aparece então o "capuava", que pratica uma economia principalmente auto-suficiente e que só conta como produto de venda com um pouco de arroz e com o que êle extrai da floresta. Sendo auto-suficiente e contando com produtos de exportação que não interessam às vendas de beira de rio mas encontram colocação em Iguape (66), é com êste centro que mantém relações comerciais. O seu "patrão" é então um vendeiro de Iguape, que o capuava visitará pelo menos uma vez por ano, logo depois da colheita. A estrada de rodagem, que corre pelo interior, não conseguiu ainda modificar sua economia, pois seus produtos não poderiam, mesmo que tivessem maior vulto quantitativo, suportar o preço do transporte rodoviário.

O único sitiante que não depende na região de meios de transporte é o criador de Sete Barras: o gado, que é criado somente aí, encontra fácil colocação na própria região, circulando pelas pequenas trilhas existentes por tôda a Baixada do Ribeira.

Assim, no interior de uma única região geográfica, a do Ribeira paulista, encontramos o sitiante em três diferentes posições: o *capuava*, prêso exclusivamente ao mercado local, o *criador* de Sete Barras ligado ao regional e o *ribeirinho* que, direta ou indiretamente, tem relações com o mercado exterior. Cada uma dessas posições é em grande parte o resultado da situação geográfica do sitiante em relação às vias de comunicação. Algumas vêzes, no entanto, é o próprio tipo de produção que fixa a posição do sitiante na vida econômica coletiva, passando as vias de comunicação para segundo plano: tal é o caso do algodão.

Um dos característicos comuns aos sítiantes produtores de algodão é a necessidade de financiamento, pois raramente podem contar com o capital necessário para "tocar a lavoura": trata-se de exploração nova, para a qual não estão ainda bem aparelhados. O financiamento pode ser obtido de diferentes fontes: bancos, máquinas de beneficiamento, fazendeiros ou donos de venda,

(65) O sitiante queixa-se de que o "patrão" é quem fixa o preço do arroz, sempre em base baixa, cobrando por outro lado preços muito altos pelos produtos que vende. Parece-nos que o desequilíbrio financeiro do sitiante pode também ser explicado pelo fato de a troca ser feita à base de produtos simples contra manufaturados. Além disso, como o arroz e o feijão não se conservam por muito tempo devido ao clima úmido, o sitiante é obrigado a vender a maior parte de sua produção logo depois da colheita, tendo depois que comprar novamente para sua própria manutenção, evidentemente por preço mais alto que aquêle pelo qual vendeu.

(66) Principalmente casca de jacatirão, com a qual faz-se uma infusão que prolonga a duração das redes de pescar, o palmito para as fábricas de conservas alimentícias e canôas.

fontes essas que tomam maior ou menor importância conforme a região. Nas zonas de povoamento antigo, onde já existem velhas vias de comunicação, o crédito é fornecido principalmente pelos vendedores estabelecidos à beira de estradas e pelos fazendeiros locais. Os primeiros têm no financiamento uma maneira de garantir a freguesia e os fazendeiros raramente se negam a auxiliar um sitiante que conheça, muitas vezes mesmo seu antigo camarada ou colono. Nas zonas novas, fazendeiros e sítiantes se desconhecem, pois são todos recém-chegados, não existindo o clima de confiança necessário às relações dessa natureza. Por outro lado, o povoamento rural, que gira ao redor de núcleos urbanos, já prescindir da venda de beira de estrada como elemento de ligação com o meio exterior. O sitiante procura então seu financiamento em bancos, no caso de poder oferecer alguma garantia, ou nas empresas de beneficiamento de produtos agrícolas, que têm interesse em atrair a clientela. O fazendeiro poderá também fornecer certo financiamento, feito em geral à base de contratos que lhe garantem o direito a uma parte da colheita do sitiante. Conforme o grau de auxílio fornecido, o contrato será "a meia" ou "a terça" (67).

O sitiante que produz algodão, embora quase sempre não possua meios para isso, conseguiu entrar no mercado como produtor. Essa sua posição é devido às próprias condições comerciais do algodão, que exigem mão de obra barata. Sendo raros os sítiantes que não dependem do financiamento, trata-se de acomodação a uma nova situação, pela qual o pequeno lavrador se vê intricado num mecanismo econômico muito mais complexo do que aquele que geralmente lhe corresponde e do qual faz parte, pelo crédito, antes mesmo de começar a produzir.

A produção do algodão tem ainda outros problemas econômicos, como os que derivam da produtividade e da distância. As terras mais férteis estão nas zonas pioneiras, distantes do mercado consumidor; por outro lado, as regiões produtoras mais próximas já têm solos cansados que exigem a aplicação de fertilizantes, donde um preço de produção mais elevado. Como reagem os sítiantes diante dessas duas alternativas?

Nas regiões de povoamento antigo, o algodão, em geral, substituiu o café e a pequena propriedade desenvolveu-se pelo fracionamento de grandes propriedades. Os sítiantes proprietários, que contam com a terra, vêm-se na contingência de cultivá-la com o auxílio de fertilizantes; os que não são proprietários, não se ariscam ao arrendamento, diante do capital exigido pela cultura.

---

(67) No sistema de "meia", o sitiante entrega ao fazendeiro financiador metade de sua produção e, no contrato "à terça", fica estipulado entregar a terça parte da mesma.

## TRANSPORTE DO SÍTIO À VILA



Fot. 20 — Carro de boi.

Nas regiões novas seu emprêgo é ainda bastante generalizado (Fernandópolis).  
Fot. Pierre Monbeig.



Fot. 21 — Lombo de burro.

Em distâncias curtas ou em estradas ruins o burro é animal de transporte muito comum. Acima vemos o transporte de leite do sítio produtor até a estrada principal, onde será apanhado pelos caminhões da usina (Buquira).

Fot. N. L. Müller, setembro 1945.

## O SITIANTE E A VENDA



**Fot. 22 — Venda de beira de estrada.**

Centro da vida comercial do sitiante, que aí vende seus produtos e compra o de que necessita. (Friburgo).

Fot. N. L. Müller, abril 1945.



**Fot. 23 — Venda de beira de rio.**

No caso específico da venda que vemos acima, a região sob seu controle econômico é enorme, por estar situada no ponto em que a navegação do Peropava se torna impossível devido à grande concentração de plantas aquáticas (Baixada do Ribeira).

Fot. N. L. Müller, dezembro 1945.

Daí o grande desenvolvimento do sistema de parceria, que, aliás, também satisfaz ao fazendeiro, pois resolve o problema da mão de obra barata.

O sitiante que não possui terras mas conta com capital para comprá-las ou arrendá-las, prefere quase sempre as zonas novas: a fertilidade das terras é um considerável atrativo. Poder-se-ia pensar, ainda, que as regiões novas seriam também preferidas pelo fato de ser mais baixo o preço da terra, devido à distância. Isso de fato acontece em relação ao arrendamento, que não é muito elevado, oscilando entre Cr\$ 200,00 e Cr\$ 800,00; o mesmo não se verifica, no entanto, em relação ao preço de compra de terras.

Na Alta Araraquarense os preços médios para a venda de terras vão de Cr\$ 5.000,00 (Rio Preto, Mirassol) a Cr\$ 3.500,00 em Votuporanga, Cr.\$ 3.000,00 em Jacelândia, Cr. 2.000,00 em Fernandópolis e Cr.\$ 1.500,00 em Jalles. Na Alta Sorocabana o preço vai de Cr. 8.000,00 à margem da estrada ou nas redondezas dos núcleos urbanos a Cr.\$ 1.800,00 em direção ao Peixe e ao Paranapanema. Se os preços diminuem com a distância, é preciso no entanto considerar que o sitiante tem de pagar, por outro lado, preços cada vez mais altos pelo transporte: Cr.\$ 60,00 por dia para o transporte entre o sítio e a vila e Cr.\$ 4,00 por arrôba da vila à estação, até 30 km de distância, pagando depois disso mais Cr.\$ 9,00 por arrôba (68).

Considerando que a produtividade do algodão em Campinas, com seus solos cansados, é de 200 arrôbas por alqueire, graças ao uso de fertilizantes, e que essa é também a produtividade das zonas novas, o problema não se enuncia nesses termos. Trata-se de saber se o capital empatado em fertilizantes é maior ou menor que o acréscimo do transporte nas zonas mais distantes. A solução do problema não cabe ao geógrafo, pois exigiria pesquisas minuciosas sobre o preço de custo, tarefa para economistas. Para nós basta indicar que nas zonas novas, assim que o solo se cansa e a produtividade baixa, o sitiante abandona a cultura do algodão, alegando que não é mais lucrativa, ao passo que nas regiões antigas sua cultura é relativamente estável e duradoura.

No momento, apesar de todas as restrições, o algodão é ainda o mais comum dos produtos de venda do sitiante. Essa aceitação generalizada do algodão prende-se a diversos fatores. Trata-se de cultura que não exige benfeitorias onerosas, que encontra fácil colocação, que dá boa margem de lucro e que conta com facilidade de financiamento.

---

(68) Lembro mais uma vez que esses dados se referem à época de nossa pesquisa, em 1945-46.

Outra forma de o sitiante libertar-se do mercado estritamente local é adotando a criação como fonte de renda. Sua independência é contudo muito relativa: no caso de o sitiante criar gado de corte, suas relações comerciais são feitas com os invernistas, os grandes criadores vizinhos, aos quais entrega seu gado e dos quais pode receber auxílio financeiro em caso de necessidade. O sitiante que cria para a produção de leite está também ligado ao mercado local, uma vez que seu leite tem que passar pela usina de pasteurização, à qual freqüentemente o vende. Só fazem parte do mercado mais amplo no sentido de serem atingidos pelas flutuações dos preços.

O problema da distância e dos meios de transporte não se enuncia para o sitiante criador da mesma maneira que para o agricultor. Para o que cria gado de corte, a questão nem mesmo existe, pois sua produção, de gado magro, é semovente até chegar ao comprador, o grande criador ou invernista vizinho. Mas o mesmo não pode ser dito em relação aos que se dedicam aos laticínios, onde a proximidade do consumidor e a rapidez com que o produto é entregue têm importância primordial. O ideal é ficar pegado ao centro consumidor ou então próximo à usina e à estrada de ferro: pode-se então explorar diretamente, pagando a pasteurização à usina, sem no entanto vender-lhe o leite. Quando a distância é grande, o sitiante prefere vender o leite à usina, que se encarrega do transporte do produto.

De todos os sitiantes, o que está mais prêso à situação do mercado é o monocultor, uma vez que sua economia se baseia exclusivamente no comércio, quer como vendedor quer como comprador. Seria engano pensar que a monocultura comercial só é encontrada entre sitiantes proprietários: arrendatários que se interessam por culturas muito lucrativas também a praticam. A diferença está no fato de êstes últimos fazerem culturas anuais, ao passo que o pequeno proprietário, senhor da terra que cultiva, tende a desenvolver monoculturas permanentes.

Nas regiões novas os arrendatários preferem as monoculturas do algodão, ou de qualquer produto momentaneamente interessante, como a menta; os proprietários desenvolvem culturas de café ou de frutas. Nas zonas velhas, encontramos arrendatários nas lavouras de arroz e batata da várzea do Paraíba, de batata e cenoura da região de Renópolis; os pequenos proprietários são os responsáveis pelas culturas de chá de Registro e de frutas de Valinhos.

As monoculturas, com produção exclusivamente comercial, aparecem sempre muito correlacionadas com a presença de vias de comunicação: é à margem de estradas de ferro e de rodovias,

é perto das cidades — que funcionam como centros exportadores ou consumidores, que elas aparecem.

De tôdas, a única que se desenvolveu apesar das dificuldades de comunicação foi a do chá em Ribeira onde, antes da rodovia, o produto tinha que ir pelo rio até Juquiá, e, daí, a Santos, pela ferrovia, de onde seguia então para São Paulo. Mas como o produto já saía de Registro manufaturado, podia suportar o preço do transporte, o que, aliás, explica o fato de usar hoje a rodovia, ao contrário de todos os demais produtos da região. Além disso, o transporte do chá em Registro não representa grande pêso para o preço, pois que do sítio à fábrica é êle feito pelos próprios colhedores ou por carros de propriedade dos próprios sitiantes.

As demais monoculturas, no entanto, estão em íntima dependência das vias de comunicação. Nas zonas novas, por exemplo, o café é mais ou menos generalizado às margens da ferrovia, só sofrendo limitações quanto à qualidade dos solos: corresponde a condições de transporte homogêneas, de Presidente Prudente a Pôrto Epitácio. Já na Alta Araraquarense, o café só aparece bem formado até Tanabi, sendo que daí em diante os cafézais vão marcando, pela idade sempre menor, a progressão dos trilhos.

Se na várzea do Paraíba os terrenos aluvionais explicam em grande parte a nova ocupação do solo, não resta dúvida que Renópolis é consequência da estrada de ferro de Campos do Jordão; Valinhos está estreitamente ligado em sua produção à existência da Companhia Paulista de Estrada de Ferro.

As monoculturas não são, pois, apenas o resultado de possibilidades físicas favoráveis: talvez a várzea do Paraíba não tivesse culturas de arroz e batata se não existissem facilidades de transporte.

De modo geral, o sitiante prefere a policultura de subsistência, com um ou mais produtos de venda, à monocultura e mesmo à policultura com venda de excessos. Esta liga-se a certo isolamento geográfico que não oferece ao sitiante possibilidade de escolha por uma das duas outras alternativas. Quanto à monocultura, é preciso lembrar que só pode ser feita com produtos de alto valor comercial e com condições favoráveis. A forma mais segura de alcançar certa estabilidade foi encontrada pelo sitiante na fórmula da agricultura de subsistência com um ou mais produtos de venda. Bastando-se a si mesmo e contando com vários produtos comerciais, fica ao abrigo de desequilíbrios financeiros mais ou menos sérios.



**D — A OCUPAÇÃO DO SOLO PELO SITIANTE**



## CAPÍTULO VI

### TIPOS DE OCUPAÇÃO DO SOLO

Pelo tipo de exploração do solo, pela técnica que emprega e até certo ponto pela sua posição econômica, o sitiante toma posse da terra. Suas diferentes atividades se dividem pelo solo, cuja conquista integral só não é realizada por limitações de ordem técnica.

A ocupação do solo sofre muito a influência da forma da propriedade: quando esta é regular, aquela tem a tendência de se apresentar em campos sucessivos, cada um representando certa atividade ou produção; quando é irregular, as culturas se encaixam umas nas outras, com limites nem sempre geométricos, havendo mesmo incrustações. O primeiro caso é mais comum onde a subdivisão da terra foi planejada, nas zonas novas principalmente, e a segunda onde ela se fez espontaneamente, por herança ou por vendas sucessivas, sem plano pré-determinado, casos mais comuns nas zonas velhas.

Além dessas diferenças ligadas à subdivisão da terra, as zonas *novas* e *antigas* se distinguem, ainda, por menor ou maior diversificação do meio físico. Desta forma, criam-se situações muito diversas em uma e em outra. Ao passo que nas zonas novas a ocupação do solo varia mais de acordo com os diferentes tipos de exploração, nas antigas deve-se ainda considerar a influência da topografia e dos solos.

*Nas zonas de povoamento recente* os tipos mais simples de ocupação do solo são os que aparecem entre arrendatários, parceiros e sítiantes proprietários da "frente pioneira".

Os arrendatários, que têm interesse em obter o máximo de sua cultura de exportação, plantam, em geral, toda a área disponível com um só produto. As culturas de subsistência aparecem consorciadas com a produção comercial, o que faz com que a ocupação do solo apresente aspecto variado em espécies, mas uniforme na distribuição geral. Do conjunto destaca-se somente a casa, localizada à margem do rio ou da estrada, caso típico do sitiante japonês, por exemplo.

O parceiro já faz distinção entre a cultura de venda e as de *subsistência*, distinção essa que é consequência de exigências impostas pelo fazendeiro. Este não permite culturas consorciadas, suscetíveis de afetarem o rendimento do produto básico; para compensar, cede ao parceiro alguns poucos alqueires destinados aos produtos de subsistência. O proprietário indica as terras que deverão ser ocupadas pela "plantação" e pela "roça" e é sempre perto desta que o sitiante prefere construir sua casa: só nas horas vagas lhe é possível dispensar cuidados às culturas de subsistência.

O pequeno proprietário pioneiro, que acaba de fazer a primeira derrubada, apresenta uma ocupação do solo evidentemente provisória, que irá modificando com o tempo. As primeiras culturas são sempre as de manutenção e se espalham consorciadas por toda a área já limpa. E' só no segundo ano que a ocupação começará a se definir: no início ela é sempre a mesma e reflete mais a fase de conquista que propriamente de ocupação do solo.

E' nas zonas de colonização que ficam atrás da frente pioneira que o pequeno proprietário apresenta ocupação do solo mais nitidamente marcada: o desbravamento já está praticamente completo e as tendências para certo tipo de exploração do solo mais definidas.

Sendo as propriedades, via de regra, do formato de longas faixas, estreitas e compridas, partindo do vale até o espigão, a ocupação do solo se faz por parcelas sucessivas, mais numerosas e variadas na policultura que nas monoculturas.

A monocultura do sitiante proprietário das zonas novas é essencialmente a do café, quase sempre com criação complementar, que ocupa o solo dentro do padrão tradicional nessa combinação: as culturas de café nas partes altas e os pastos nas baixadas. Para melhor exemplificarmos, podemos citar o caso de Borboleta, no município de São José do Rio Preto, ilustração que serve bem à nossa finalidade por ficar dentro da tendência geral. O pasto vai aí do rio à estrada, que corre aproximadamente a meia vertente; vêm, em seguida, as culturas de subsistência (69) e, no tôpo, estendem-se os cafèzais. As casas, que ficam no meio do pasto, ora estão mais próximas da estrada, ora do rio; é só perto da vila que se decidem abertamente pela proximidade da estrada.

Onde a cultura de café já está sendo abandonada, a ocupação do solo passa logo por modificações, como tivemos ocasião de verificar em Nhandejara (Alta Araraquarense). Nesta região os

---

(69) A cultura de subsistência corresponde mais à produção de forragens (cana e milho), consequência da maior ênfase dada à criação, freqüentemente em prejuízo do café.

## A OCUPAÇÃO DO SOLO NAS ZONAS PIONEIRAS



**Fot. 24 — A posse da terra.**

Na fase inicial a ocupação se faz em moldes provisórios. O essencial é completar a derrubada a tempo de se fazer uma primeira cultura de produtos de subsistência (Nhandejara).

Fot. N. L. Müller, junho 1945.



**Fot. 25 — Formação de plantação.**

Enquanto o café cresce nas covas, o solo é ocupado por culturas consorciadas (Cosmorama).

Fot. N. L. Müller, junho 1945.



sitiantes que tinham áreas maiores, conservaram a ocupação do solo inicial, com os pastos e a casa nas partes mais baixas e o café nas mais altas; no entanto, no espigão, onde tinham pequenas reservas de mata, fizeram derrubadas para plantar algodão consorciado com culturas de subsistência. Os que contavam com menor área cortaram os cafèzais, formando pastos em seu lugar; nas partes mais baixas desenvolveram culturas de subsistência. Neste caso está bem clara a recente preferência pela criação como produção comercial.

Acreditamos poder dizer que, a grosso modo, a ocupação do solo acima indicada é válida para todos os sítios de monocultura de café nas zonas novas. No entanto, quando chegamos à policultura, não é mais possível generalizar e a esquematização torna-se mesmo bem difícil. A ocupação do solo se apresenta aí mais diversificada e complexa: corresponde a uma adaptação mais antiga, embora não represente ainda forma definitiva (70). A título de esclarecimento, apresentamos aqui apenas um ou outro caso como ilustração das principais variedades.

Examinando um sítio localizado entre Presidente Venceslau e Caiuá, à margem da estrada de rodagem que corre paralela à ferrovia, encontramos, num estreito lote de 170 m de frente por 4 km de fundo, uma sucessão de culturas e de diferentes formas de ocupação (mapa 9). O primeiro andar é ocupado pela casa, benfeitorias e dois pequenos pastos para animais de custeio, dispostos lateralmente e unidos por um corredor à frente da propriedade. Vêm depois a plantação de algodão, isolado e consorciado com mamona, as culturas de subsistência e, finalmente, antes da mata, que, no caso, ocupava uma extensão de 3100 m, um terreno com queimada recente, que iria ser cultivado com café. Neste caso sente-se nitidamente a história da evolução da exploração e ocupação do solo: a cultura de subsistência como pioneira do desbravamento, sendo substituída pelos produtos de venda — algodão e mamona, e cedendo a vanguarda ao café, novo produto comercial que o sitiante decidiu acrescentar aos demais. Se neste caso específico o café fica à frente é porque ele ia ser cultivado por um empreiteiro até estar bem formado; em geral, são sempre os produtos de manutenção que estão na vanguarda, preparando o terreno para as culturas que virão depois.

Quando o sitiante tem, ao lado da policultura, criação suplementar, os pastos ocupam geralmente as partes mais baixas. Quan-

---

(70) Se escolhemos exemplos da Alta Sorocabana é porque aí esses casos são mais freqüentes. Na parte mais antiga de colonização da Alta Araraquarense é o café que impera (Rio Prêto, Mirassol). Na Alta Sorocabana o café só predomina na região de Presidente Prudente, pois mais adiante as terras francas levaram o sitiante a preferir a policultura.

do existem aguadas, os pastos podem tomar tôda a frente do *lote* e, no meio deles, dispõe-se a casa, isolada por cêrcas. Mas há casos em que os pastos estão atrás da casa e benfeitorias, quando então uma espécie de corredor os liga à água. Quando o sítio não conta com aguada, a situação se complica, cabendo então ao engenho humano suprir a deficiência natural. Na colônia Arpad, perto de Caiuá, os sítios estão nesta situação, tendo a grande maioria optado pela mesma solução ao problema. Esta está exemplificada pelo sítio que representamos no mapa 10: um sistema de corredores liga o pasto a um bebedouro, localizado próximo ao poço. O método é trabalhoso e acarreta desperdício de espaço, mas não deixa de ser engenhoso.

Como a regra geral é o desbravamento partir do rio ou da estrada, mantendo no espigão reservas de matas, estas formam verdadeiras ilhas cercadas por campos cultivados, às vêzes cortadas por pequenas clareiras de devastações recentes.

A ocupação do solo nas *zonas de povoamento antigo* está, como já indicamos, em maior dependência dos fatores fisiográficos que as de povoamento recente.

Aos maiores contrastes de topografia, à maior variedade pedológica, corresponde uma ocupação do solo também mais diversificada.

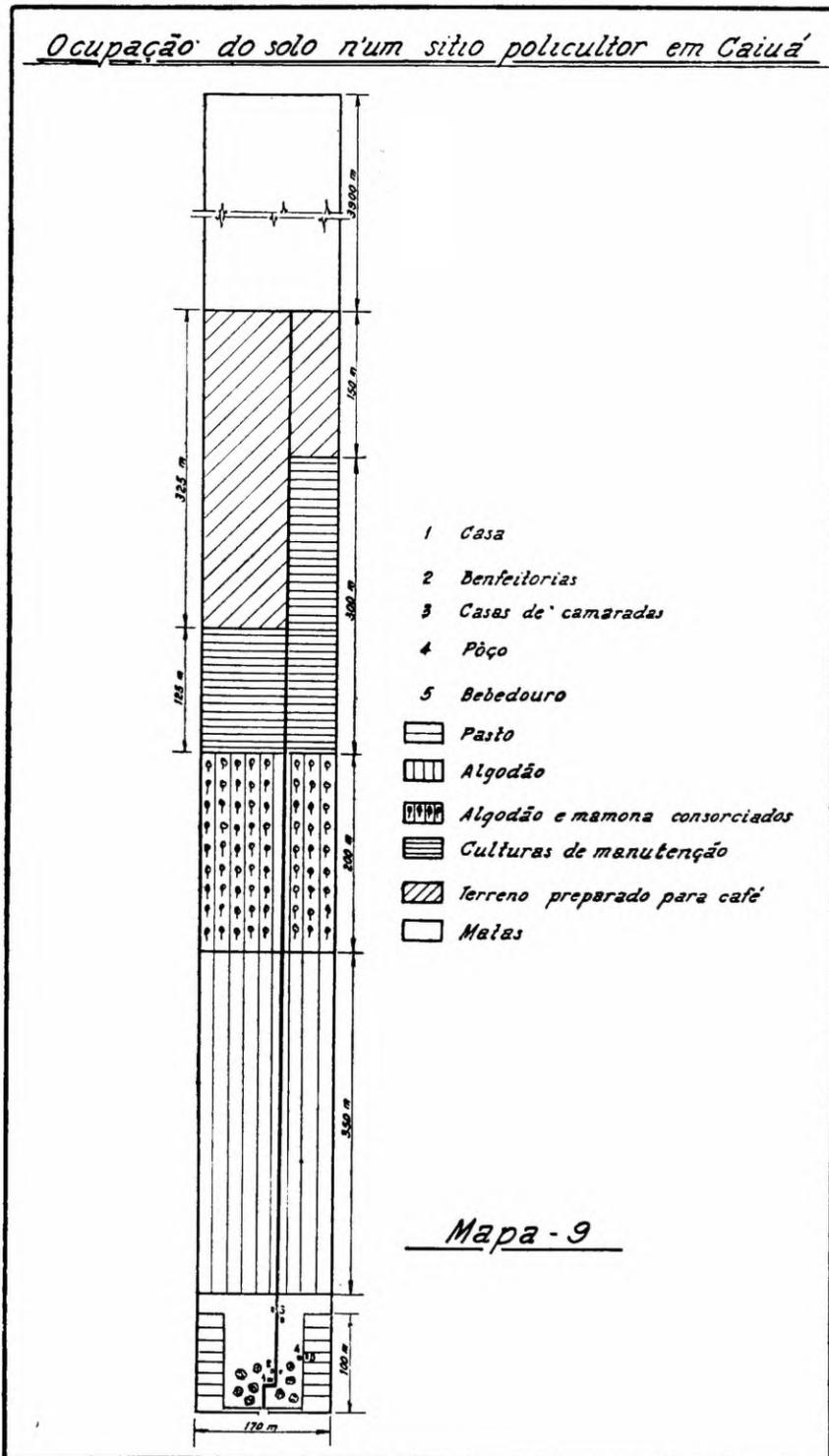
A presença de arrendatários e parceiros não corresponde aqui a formas especiais de ocupação, como nas zonas novas, porque eles só aparecem onde existem possibilidades para o desenvolvimento de culturas lucrativas: confunde-se então com o pequeno proprietário, que também não deixa escapar essas oportunidades. É principalmente nas formas de relêvo e variedades de solos que encontramos a explicação para os vários tipos de ocupação do solo.

Quando o terreno se apresenta com topografia plana ou levemente ondulada, a ocupação se faz seguindo a qualidade do solo, a presença de rios e qualquer ocasional contraste de topografia.

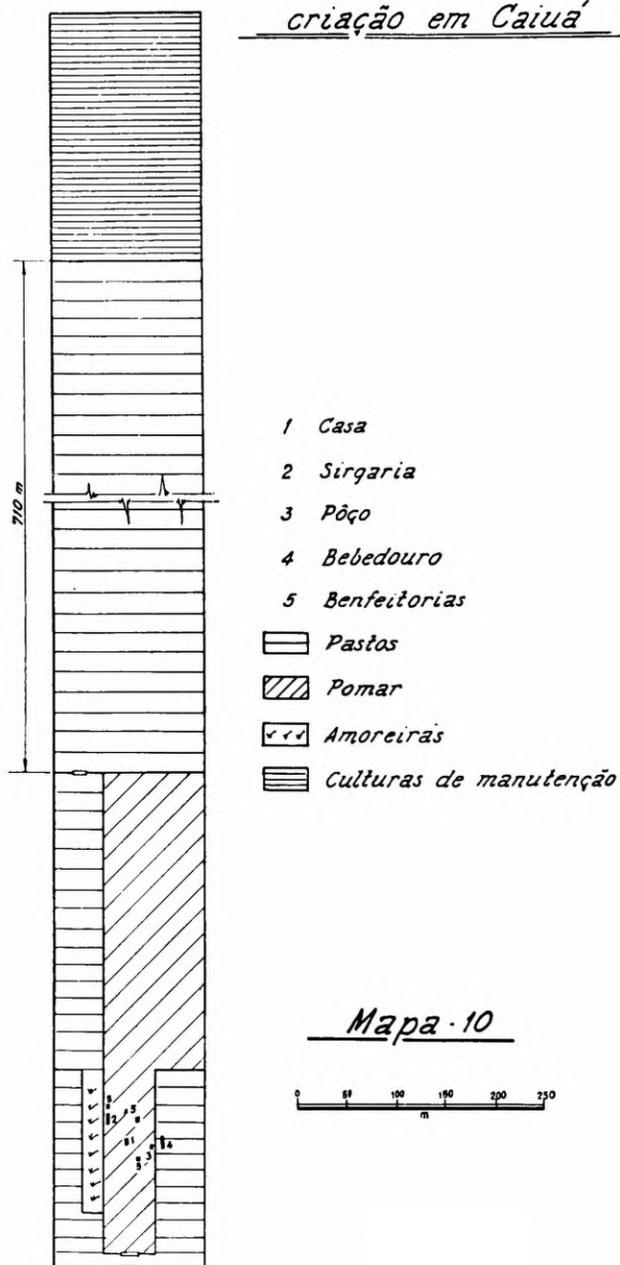
Podemos citar como exemplos três regiões, o da *depressão periférica* em Campinas, o da baixada do Ribeira e o da várzea do Paraíba, em São José dos Campos.

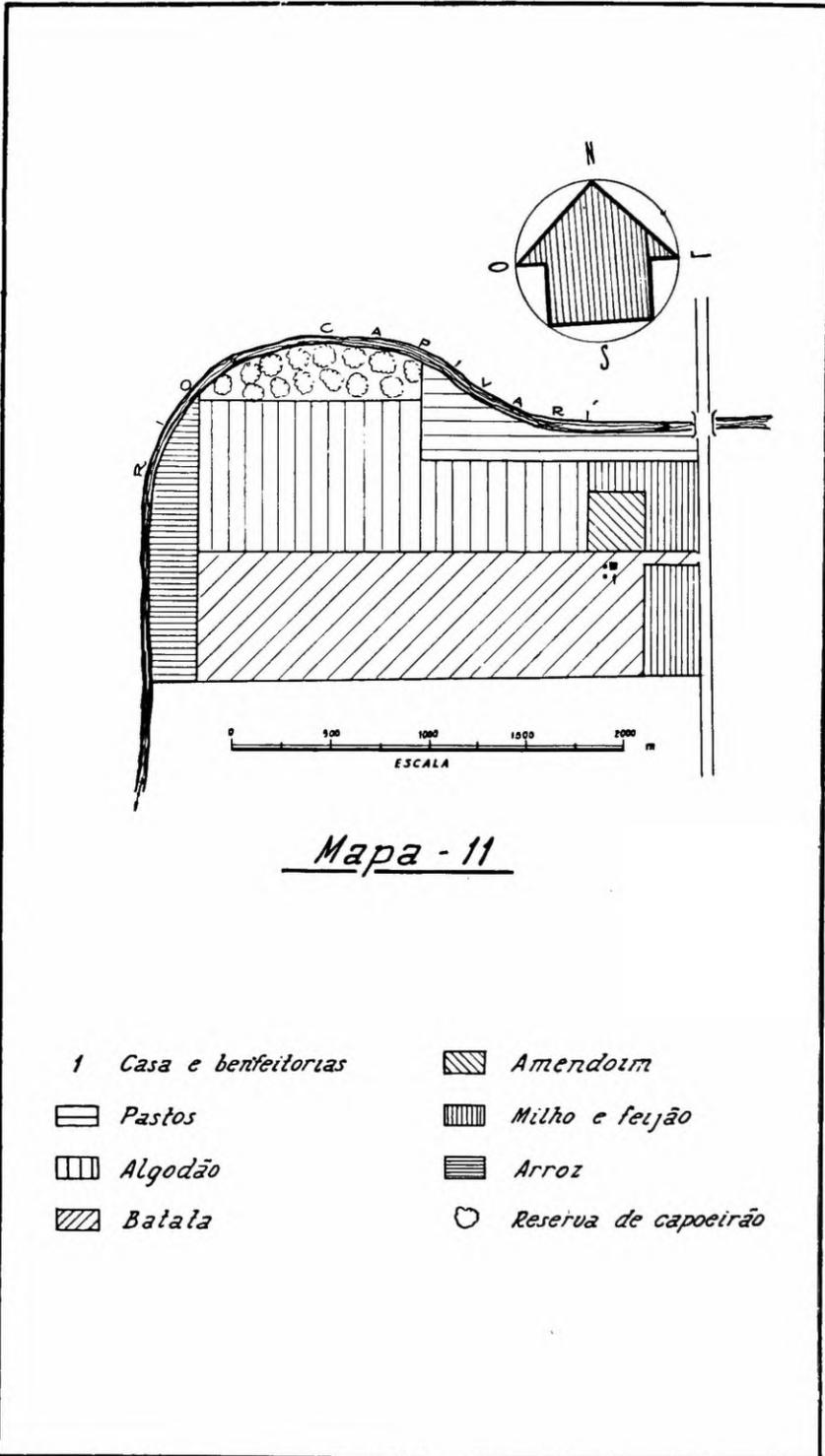
A região da *depressão periférica* em Campinas apresenta-se com relêvo muito levemente ondulado, com movimentação ampla e suave: o relêvo perde aqui sua importância como elemento diferenciador da ocupação do solo, cedendo lugar na ordem de importância aos fatores pedológicos e à forma da propriedade.

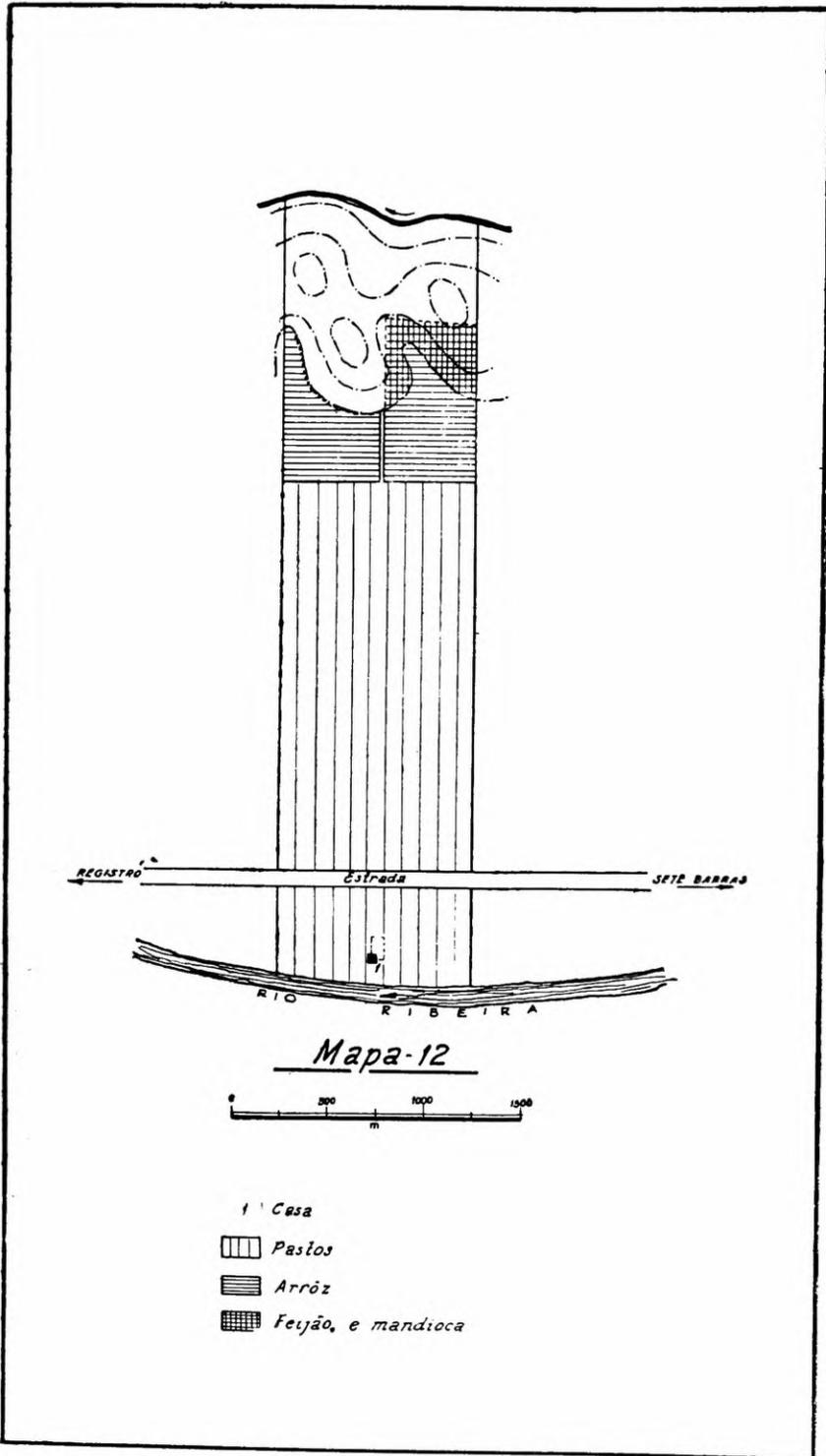
Quando a propriedade tem farta aguada, é costume dividir-se os terrenos que lhe são vizinhos, parte para as culturas de arroz e parte para pastagens de animais de custeio. Desta ocupa-



Ocupação do solo num sítio policultor com  
criação em Caiuá







ção temos um exemplo típico no sítio representado no mapa 11, localizado à margem esquerda do rio Capivarí. A casa, próxima à estrada, fica ao lado de pequenas culturas de milho e feijão; todo o resto da área é ocupada pelo algodão. O pequeno campo de amendoim, que foi roubada à área usualmente dedicada ao milho e feijão, representa uma experiência do sitiante; se desse bons resultados, tinha planos de desenvolvê-la no ano seguinte, às expensas do algodão que, nos anos de 1944 e 1945, tivera seu rendimento muito diminuído devido a chuvas de granizo.

Quando a propriedade conta com pequena frente para o curso d'água, os terrenos imediatamente vizinhos a êste são ocupados pelo pasto. O arroz vai então ser cultivado em campos afastados da água, em terreno o mais plano possível, a fim de que o uso de aparelhamentos, permitindo maior extensão da cultura, compense o menor rendimento.

Observa-se, assim, um aproveitamento do solo que gira ao redor da maior umidade e da possibilidade de melhores rendimentos: é interessante notar que o sitiante prefere dedicar, quando não há várzea, as terras mais fáceis de trabalhar ao arroz, (produto de manutenção) em lugar do algodão (produto de venda), fato êste que parece demonstrar ainda haver certo apêgo à auto-suficiência.

Nos casos de ausência de água, que são raros, o sitiante tende a aumentar a área em milho, para alimentar os animais de custeio, e a anular o pasto. Comparando-se êsses casos com os das zonas novas na mesma situação, nota-se que nestas o sitiante não titubeia no desperdício de área (sistema de corredores), ao passo que nas zonas velhas a tendência é para aumentar a área cultivada em prejuízo do pasto. Nem sempre essas soluções diferentes correspondem a áreas maiores nas zonas pioneiras, que levariam ao descaso na poupança de terreno: parece-nos que são as técnicas mais avançadas do sitiante de Campinas que faz com que prefira enfrentar o acúmulo de trabalho pela cultura de plantas forrageiras.

Na Baixada do Ribeira é preciso distinguir a região de Iguape da de Sete Barras e Registro. Em Iguape o terreno é plano, sendo o rio o fator condicionante na ocupação do solo; em Sete Barras há certo contraste morfológico, representado pelas terras de várzea e colinas do interior e em Registro a topografia é toda caracterizada pelas colinas.

Na ocupação do solo da região de Iguape precisamos distinguir, mais uma vez, o "ribeirinho" do "capuava". Êste tem uma agricultura nômade, que resulta em ocupação do solo instável e

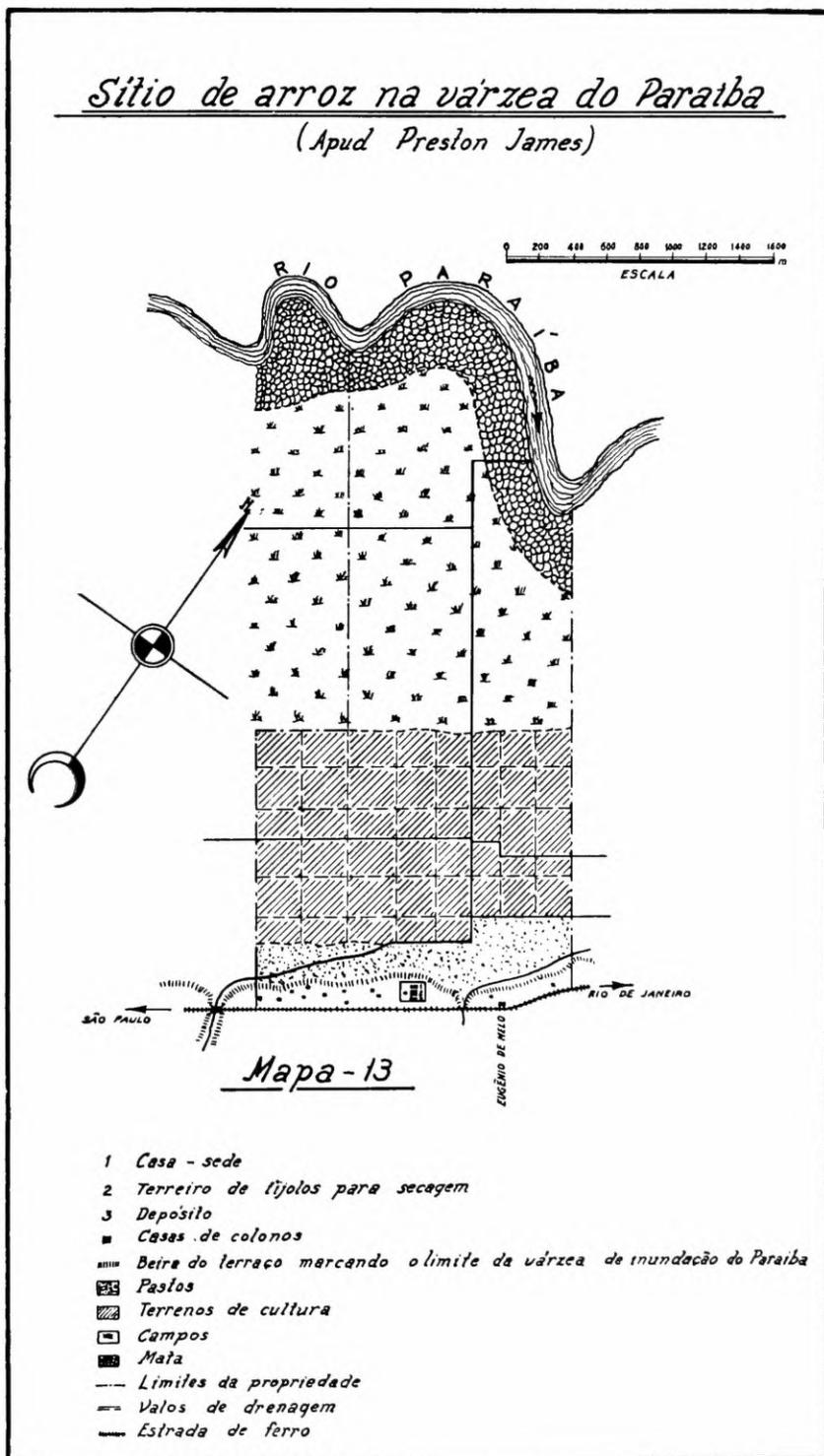
temporária. Só sua casa é fixa, deslocando-se a cultura ao redor dela, às vezes a distâncias bastante grandes.

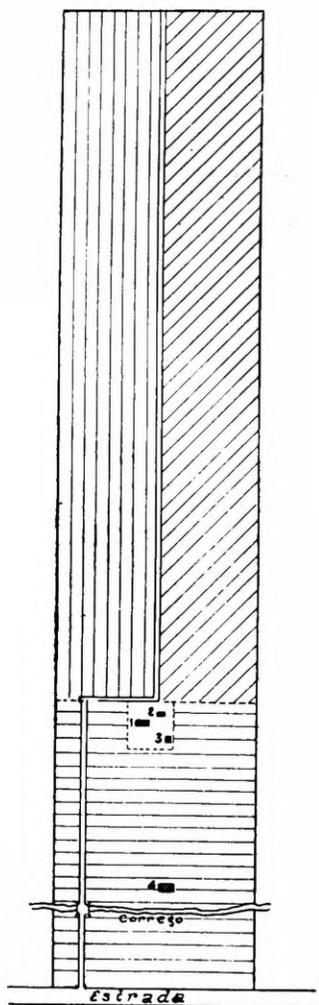
A ocupação do solo pelo ribeirinho é regulada pelo rio, inclusive pelas possibilidades de inundação. Onde não há risco de enchentes catastróficas (pequenos afluentes e margens côncavas de meandros), a casa fica bem próxima do rio e logo depois ficam os bananais; depois destes pode aparecer cultura de arroz e finalmente vem a mata, dentro da qual se deslocam periodicamente as culturas de subsistência. Onde há risco de inundação, nas margens convexas dos rios de maior débito, os ribeirinhos guardam uma distância prudente: não ocupam os primeiros vinte ou trinta metros próximos do rio, a não ser com o barracão onde guardam os apetrechos de pesca e com o varal para secar a rêde. E' só depois que vem a casa e, além, as culturas de arroz; mais para o interior reaparece a mata, onde se pratica a cultura *itinerante* de produtos de manutenção. O risco de inundação anula, assim, a cultura da banana; são principalmente êsses sítiantes que desenvolvem a pesca, pois que os bananais são por demais absorventes para permitirem grande dedicação à pesca.

Na região de Sete Barras, os meandros apresentam margens de desbarrancamento mais altas e margens de aluvionamento mais extensas que daí para a foz. Nas margens côncavas, altas e livres de inundação, a ocupação principal do solo é ainda feita pela bananeira. Nas margens convexas, sempre sujeitas ao avanço das águas na época das chuvas, o terreno é ocupado por pastos que se prolongam do rio até quase o pé das colinas, onde cedem lugar a pequenas culturas de arroz; já nas colinas, reaparecem os pastos, que constituem aí reservas para o período das sêcas ou no caso de inundações extraordinariamente grandes (mapa 12). A casa, construída sôbre os terraços do rio, procura defender-se das águas por meio de altas estacas, sobre as quais é construída.

Quanto a Registro, a ocupação do solo se faz sêguindo domínios bem nítidos: no tôpo das colinas, freqüentemente, reservas de mata e, nas vertentes, o chá. Os terrenos mais baixos ficam reservados aos pastos dos animais de custeio. As casas, que representam o ponto de concentração e despacho da colheita diária para as fábricas, ficam entre a plantação e a estrada, a meio caminho de ambas.

O vale do Paraíba, em São José dos Campos, constitui o nosso terceiro exemplo para as regiões de relêvo pouco movimentado, sendo aquêle que melhor ilustra a ocupação do solo pelo sítiante em região dotada de contrastes topográficos. Distinguem-se aí duas partes bem caracterizadas: uma plana, de solo escuro aluvional, e outra elevada uns vinte metros acima da primeira,





Mapa-14



- |                               |   |
|-------------------------------|---|
| 1 Casa                        |  Figos |
| 2 Oficina de acondicionamento |  Uvas  |
| 3 Depósito                    |  Pasto |
| 4 Estábulo                    |   |

caindo sôbre ela mais ou menos abruptamente e com solo diverso, de côr avermelhada. A primeira é a várzea e a segunda é constituída por antigo terraço, recortado pela ação dos afluentes do Paraíba, que apresentam também pequenas várzeas. Estas duas partes são ocupadas de formas distintas, embora complementares: na várzea fica a produtiva e no terraço a "improdutiva" onde, além das casas e benfeitorias que pertencem às propriedades, estão ainda as vias de comunicação — ferrovia e rodovia.

Para melhor ilustração, usamos uma planta de sítio apresentada por Preston James em um de seus trabalhos (mapa 13), (71), pelo qual se observa que nem tôda a várzea tem ocupação produtiva. Ao longo do rio estendem-se reservas de mata (os sítiantes precisam de madeira para construir e reparar as pontes sôbre os valos), com uns duzentos metros de profundidade. Vem em seguida mais de um quilômetro de terreno não cultivado, recoberto por vegetação de campo, que Preston James chama de "bush savanna", mas que não nos parece natural, e sim resultante da ação humana. Finalmente, é nos dois últimos quilômetros que a posse da terra pelo homem aparece de maneira mais marcante: fora o pequeno pasto ao pé do terraço, tôda a área é ocupada pelas culturas, divididas em lotes pelos valos de drenagem. As casas e benfeitorias ficam em cima do terraço, bem à beira, de onde é possível descortinar tôda a plantação e fiscalizar a propagação da queimada da soca do arroz (72). Às vêzes, as propriedades se estendem até a estrada de rodagem, que corre a uns duzentos metros da orla do terraço: nestes casos o pasto baixo é reduzido e utilizado sômente para os animais destacados para o trabalho do dia, sendo que os demais, à espera de seu turno, ficam em pastos altos, que vão da casa à estrada de rodagem.

Diante do relêvo movimentado, o sitiante, nas regiões que estudamos, opta por diferentes soluções. Em alguns casos, decide-se pela ocupação parcial, explorando só os vales ou só as vertentes. Em outros, ambos são ocupados, aparecendo então diferentes possibilidades de aproveitamento.

A ocupação limitada aos vales é a do sitiante caboclo de Campos do Jordão que, como já dissemos no capítulo sôbre a técnica, aí desenvolveu a agricultura de subsistência, abandonando por completo as vertentes; a casa se localiza ao pé das elevações ou próxima à estrada, quando esta existe. É uma forma simples de ocupação, onde as culturas variam muito de localização

(71) *A rice district of Brazil*, p. 355. Essa planta foi feita no decorrer de um estudo realizado pelo autor em outubro de 1930 e, se a usamos, é porque, de acôrdo com nossas observações, é ainda perfeitamente válida, correspondendo à realidade presente.

(72) Embora os valos de drenagem funcionem como aceros, ha casos de fagulhas terem passado para lotes onde ainda não se colhera o arroz.

dentro da área aproveitada pelo sitiante que, empiricamente, pratica assim um sistema de rodízio para o descanso de terras tão limitadas em área e tão intensivamente cultivadas.

A ocupação das vertentes com abandono dos vales é encontrada entre os sítiantes de Renópolis, que se orientaram para tal forma por terem interesse em ficar perto da ferrovia, condição básica ao desenvolvimento da cultura de exportação que desenvolveram. As culturas ocupam sempre as vertentes, e entre elas se dispõe a casa. Toda a área é cuidadosamente aproveitada pela cultura da cenoura e batatinha, que se insinua até mesmo por entre os matacões. Talvez, no futuro, vales e vertentes sejam ocupados nessa região: caboclos do vale do Ribeirão dos Melos, que ocupavam somente a várzea, começam a cultivar os terrenos elevados, copiando a agricultura dos japoneses.

Chegamos finalmente ao terceiro tipo de ocupação do solo em regiões montanhosas, aquêle em que todo o terreno é aproveitado pelo sitiante. A posse do terreno nem sempre é feita da mesma forma e, comparando Valinhos com São Francisco Xavier, temos situações opostas.

Em Valinhos os sítios apresentam suas culturas na vertente (mapa 14) (73), com figos de um lado e uvas do outro de uma estradazinha que corre pelo meio da propriedade; a casa, benfeitorias e pastos ocupam os terrenos mais baixos. Trata-se de distribuição que corresponde à necessidade de insolação das frutas, mas também à contingência de aproveitarem a maior área cultivável que tinham à disposição — as vertentes. A casa, ficando em baixo, concentra a produção e ficando próxima à estrada e ao pasto simplifica o trabalho de transporte do produto e de coleta do adubo animal.

Já na parte montanhosa de São Francisco Xavier e de Buquira, o vale é cultivado e os pastos estão nas vertentes. Em Buquira, onde predomina a criação, isso é consequência de estarem os solos das vertentes cansados pela antiga cultura de café; em São Francisco Xavier corresponde a forma antiga, pelo menos tão remota quanto alcançam as memórias dos mais velhos moradores do lugar. Com exceção da posição das casas, as duas regiões têm ocupação de solo idêntica. Em São Francisco as casas ficam próximas do vale e da água ao passo que em Buquira ela procura a estrada, que na produção de leite é fator de primeira importância.

---

(73) Segundo informações, as primeiras plantações foram feitas exclusivamente nas vertentes ensolaradas, evitando-se as de face sul; mas hoje, com os bons resultados financeiros, mesmo estas, embora em menor escala, apresentam culturas de uvas e de figos.

OCUPAÇÃO DO SOLO NA DEPRESSÃO PERIFÉRICA EM  
CAMPINAS



**Fot. 26 — Algodão.**

O algodão ocupa a maior área dos sítios na região da "depressão periférica" de Campinas.

Fot. N. L. Müller, abril 1945.



**Fot. 27 — "Arroz de espigão".**

Na ausência de várzeas estensas o sitiante planta o arroz em terras altas e planas, onde é fácil o emprêgo de aparelhamento agrícola.

Fot. A. R. Müller, maio 1945.

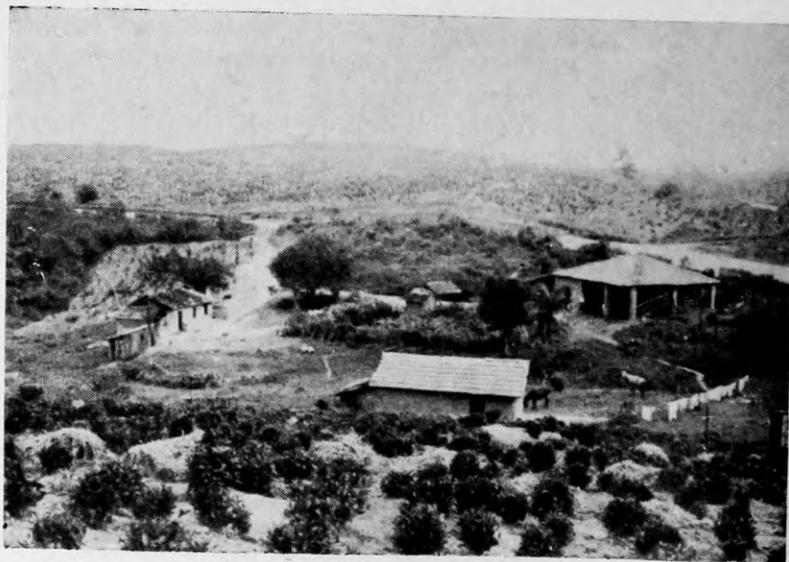
## OCUPAÇÃO DO SOLO EM REGISTRO



**Fot. 28 — Ocupação das colinas.**

As colinas, comumente ocupadas inteiramente pelo chá, apresentam, às vèzes, no seu tópo, pequenas reservas de mata secundária.

Fot. N. L. Müller, dezembro 1945.

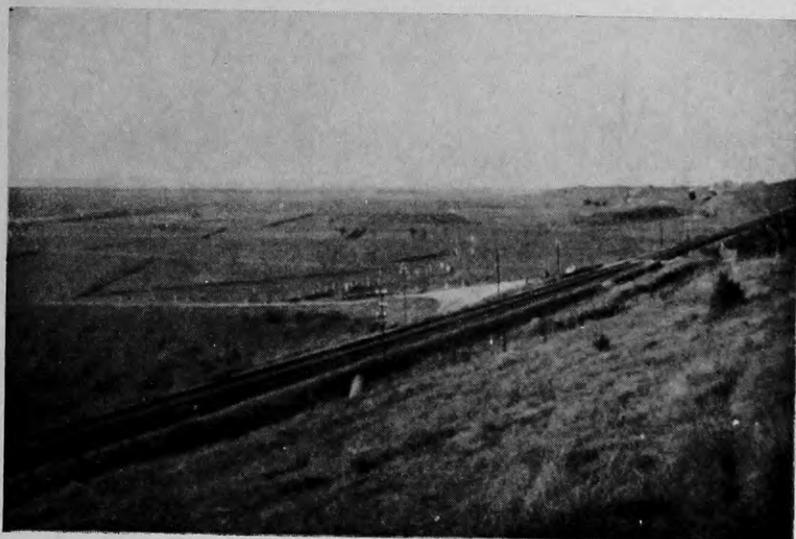


**Fot. 29 — Ocupação dos vales.**

Nos pequeninos vales entre as colinas dispõem-se a casa, benfeitorias e pasto para os animais de custeio.

Fot. N. L. Müller, dezembro 1945.

OCUPAÇÃO DO SOLO NA VÁRZEA DO PARAÍBA, EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS



**Fot. 30 — Margem direita do Paraíba.**

Culturas de arroz na várzea, povoamento e vias de comunicação na vertente e tópo do terraço.

Fot. N. L. Müller, setembro 1945.



**Fot. 31 — Margem esquerda do Paraíba.**

Ainda o arroz na várzea, vendo-se valos de irrigação. Nas colinas ficam as casas e pastos.

Fot. N. L. Müller, março 1951.

### A OCUPAÇÃO DO SOLO EM REGIÃO DE RELÊVO MOVIMENTADO



**Fot. 32 — Agricultura e criação.**

Ocupação integral do terreno, ficando as culturas nos vales e os pastos na montanha. (São Francisco Xavier).

Fot. N. L. Müller, setembro 1945.



**Fot. 33 — Predominância da criação.**

Na região de Buquira, os pastos ocupam a maior parte da área, pois pequena importância é dada à agricultura. A casa está sempre à beira do caminho, bem como o mangueirão onde são escolhidas à noite as vacas que estão produzindo.

Fot. N. L. Müller, setembro 1945.

---

A ocupação do solo, tal como é feita pelo sitiante, reflete ainda *ausência de conquista integral da terra*: nas zonas novas ela se traduz pelo avanço gradual das culturas e nas zonas velhas pela falta de técnicas apropriadas, que faz com que a montanha seja ainda um obstáculo e as várzeas só estejam parcialmente ocupadas.

No entanto, é inegável já haver boa adaptação às condições geográficas: os sítios de café, os pastos em corredores, a distribuição das culturas na zona da depressão periférica em Campinas, demonstram certo conhecimento do meio e esforço para aproveitar as vantagens naturais cu sobrepujar as dificuldades.

É preciso frisar, no entanto, que essas formas que acabamos de analisar não podem ser consideradas como definitivas: as técnicas podem evoluir, a exploração do solo pode mudar, as condições do meio podem modificar-se. Nada é definitivo em geografia, principalmente quando se trata de um tipo de trabalhador rural que ainda não atingiu seguro estabelecimento. Mas essa ocupação do solo, tal como aparece hoje, representa a marca de suas atividades e não poderia ser ignorada, embora sabendo-se tratar de trabalho ingrato e sujeito a futuras revisões.



## CAPÍTULO VII

### A CASA DO SITIANTE

A casa (74) do sitiante é parte de seu trabalho e das paisagens por êle criadas; reflete seu nível de vida e é um dos traços de sua personalidade geográfica. Não poderia, porisso, ser ignorada em nosso estudo.

Em relação ao *material de construção*, sua escolha depende, a um tempo, das possibilidades naturais e dos recursos técnicos do sitiante. Embora se verifique ocorrência generalizada de alguns materiais de construção, há, no entanto, certos aspectos regionais ou peculiares a determinados tipos de sitiante, que merecem ser analisados.

A madeira é, essencialmente, o material de construção das zonas novas, o que é lógico, considerando que aí as matas são mais abundantes que em outras regiões. A madeira pode ser utilizada na casa de duas formas: simples, como troncos e ramos, ou manufaturada, como tábuas.

A primeira casa do sitiante pioneiro não passa, às vêzes, de simples barracão, com telhado apoiado sôbre estacas. Quando há maior esforço em prol de relativo conforto, o barracão não é aberto, recebendo paredes de pau-a-pique. Uma vez "aberto" o sítio e "formada" a plantação, o sitiante trata então de construir nova moradia, com caráter definitivo. Esta segunda casa do sitiante pequeno proprietário das zonas novas, nos permite diferenciar a Alta Araraquarense da Alta Sorocabana.

Na Alta Araraquarense, embora existam matas, são elas pobres em essências preciosas, de onde a quase ausência de serrarias; em conseqüência, predomina a casa de pau-a-pique. Na estrutura o sitiante emprega troncos semilavrados de angico ou aroeira, espécies resistentes, sendo o teto suportado por galhos presos em forquilhas. As paredes são construídas com troncos retos — preferivelmente de palmeira guariroba, muito abundante na região — e ripado de taboca, espécie de taquara. As paredes

---

(74) Usamos a palavra "casa" no sentido mais amplo, abrangendo não só a habitação como também as benfeitorias.

podem ser em seguida barreadas, mas o comum é não o serem, pois na região, onde predominam os solos arenosos, a argila só é encontrada nos vales. O telhado é freqüentemente de telhas, que o sitiante importa, pois o sapé é muito raro na região e o "capim-de-cavalo", usado nas casas provisórias, é de curta duração.

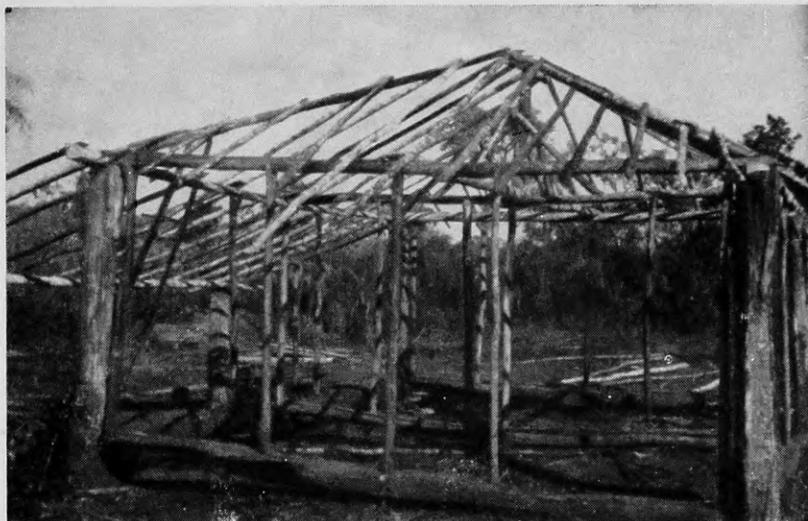
No conjunto da Alta Araraquarense encontram-se, no entanto, algumas variações nos tipos de casa. O arrendatário e o parceiro, sabendo-se provisoriamente na terra, constroem casas rústicas, mesmo quando não mais se trata do barracão da derrubada. O ripado de taboca não aparece nas paredes e o telhado é coberto com "capim-de-cavalo" ou fôlhas de guariroba. Outra variação é a da casa na retaguarda da frente pioneira, em Rio Prêto ou Mirassol, onde a grande destruição das matas impede o uso intensivo da madeira como material de construção: o sitiante não tem outra alternativa senão utilizar o tijolo que, como as telhas, vem, freqüentemente, de outras zonas.

Na Alta Sorocabana, sendo as matas ricas em madeira de lei, há elevado número de serrarias: aparece a casa de tábuas, tão característica da região. A casa do sitiante proprietário da Alta Sorocabana é, via de regra, mais sólida que na Alta Araraquarense. A estrutura é feita com esteios serrados e encaixados; o telhado é prêso com pregos e não apenas amarrado com cipó. É também mais bem acabada, raramente aparecendo telhados de sapé ou de outro capim qualquer; usualmente, empregam telhas ou tabuinhas.

Como na Alta Araraquarense, também na Alta Sorocabana as casas dos arrendatários e parceiros se distinguem por serem mais rústicas que as do pequeno proprietário: são quase sempre de pau-a-pique sem barreamento, com cobertura de palha ou tabuinhas. Outras variações podem ainda ser encontradas por influência da presença de sítiantes de origem estrangeira, que parecem ter marcante preferência pela casa de tijolos, usando a madeira apenas como enfeite ou em cômodos posteriormente adicionados.

Além das zonas novas, a madeira é também importante material de construção na Baixada do Ribeira, onde existem, igualmente, muitas matas. Como na Alta Araraquarense, há aqui ausência de serrarias, de onde adveio o costume de utilizar-se da madeira em estado bruto. A estrutura é feita com troncos de espécies resistentes, como o jacarandá e o gapirovi. As paredes são constituídas por troncos de palmeira jiçara com ripado de taquara, podendo ou não serem barreadas. Ao contrário da região de Itanhaén, onde as casas na praia não recebem barreamento, sendo frescas porque "a ventilação natural ameniza o ambien-

## HABITAÇÃO PIONEIRA NA ALTA ARARAQUARENSE



Fot. 34 — A estrutura.

Nos alicerces e quatro cantos são empregados troncos de espécies resistentes. O resto da estrutura é composta de galhos mais finos, amarrados com cipó. Notar, à esquerda da fotografia, o habitual puxado para a cozinha (Nhandejara).

Fot. N. L. Müller, junho 1945.

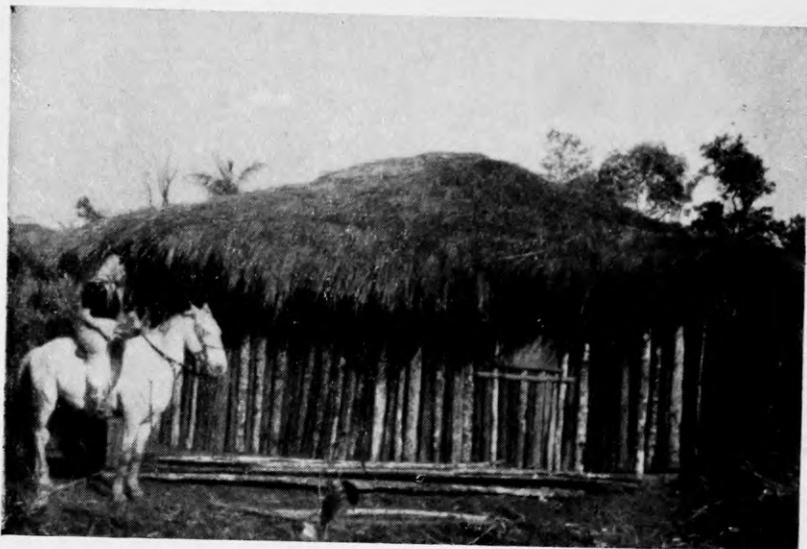


Fot. 35 — A habitação.

Tipo comum de habitação, com paredes de pau-a-pique e ripado de taboca, teto recoberto de telhas. Ao fundo, o puxado da cozinha (Nhandejara).

Fot. N. L. Müller, junho 1945.

## TIPOS DE HABITAÇÃO NA ALTA ARARAQUARENSE



**Fot. 36 — Habitação da frente pioneira.**

Construção que será habitada provisoriamente, durante o período de "abertura" do sítio. Paredes de pau-a-pique sem ripado de taboca. Cobertura de capim-de-cavalo (Nhandejara).

Fot. A. R. Müller, junho 1945.



**Fot. 37 — Habitação na retaguarda da colonização.**

Construção de tijolos com cobertura de telhas. (Engenheiro Schmidt).

Fot. A. R. Müller, junho 1945.

## A ESTRUTURA DA CASA NA ALTA SOROCABANA



Fot. 38 — Vista de conjunto.

Numerosas e sólidas estacas de sustentação, sólidamente fincadas no solo (Caiuá).  
Comparar com a fotografia 34.

Fot. A. R. Müller, outubro 1945.



Fot. 39 — Detalhe.

Vigas e esteios se encaixam, a estrutura é tôda prêsá com pregos (Caiuá).

Fot. A. R. Müller, outubro 1945.

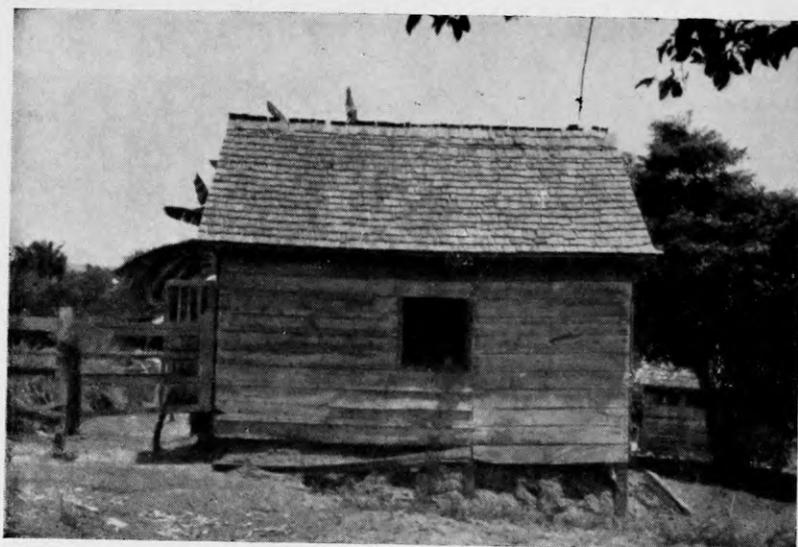
## TIPOS DE HABITAÇÃO NA ALTA SOROCABANA



Fot. 40 — Habitação antiga.

Os primeiros sitiantes que aí se instalaram viram-se na contingência de construir casas com o mínimo de madeiramento, pois havia ainda pouquíssimas serrarias na região. A que vemos na fotografia acima tem paredes de tijolos rústicos, feitos pelo próprio sitiante, alemão de origem. O teto de tabuinhas e o puxado, à direita, são posteriores à construção da habitação. A cobertura original era de palha. (Colônia Aimoré, Presidente Venceslau).

Fot. A. R. Müller, outubro 1945.



Fot. 41 — Habitação recente.

Paredes de fábuas e teto de tabuinhas. (Caiuá).

Fot. N. L. Müller, outubro 1945.

## TIPOS DE HABITAÇÃO NA BAIXADA DO RIBEIRA



**Fot. 42 — Casa à beira-mar.**

Construída ao nível do chão, com paredes de pau-a-pique e teto de fôlhas de palmeira. O pau-a-pique sem barreamento não é obrigatório nas casas de beira-mar, havendo muitas com barreamento e até mesmo rebôco fino (Icapara).  
Fot. N. L. Müller, dezembro 1945.



**Fot. 43 — Casa de ribeirinho.**

A precaução contra inundações leva a casa a erguer-se sobre pilares. Paredes de pau-a-pique barreado com rebôco fino, teto de telhas (margens do rio Peropava).

Fot. N. L. Müller, dezembro 1945.

## OS "SOBRADOS" DA BAIXADA DO RIBEIRA



**Fot. 44 — "Sobrado" em Sete Barras.**

A parte inferior, fechada com pau-a-pique e ripado, é utilizada como depósito e galinheiro. A parte ao rés-do-chão, atrás da casa, corresponde à sala do tráfico". Fot. A. R. Müller, dezembro 1945.



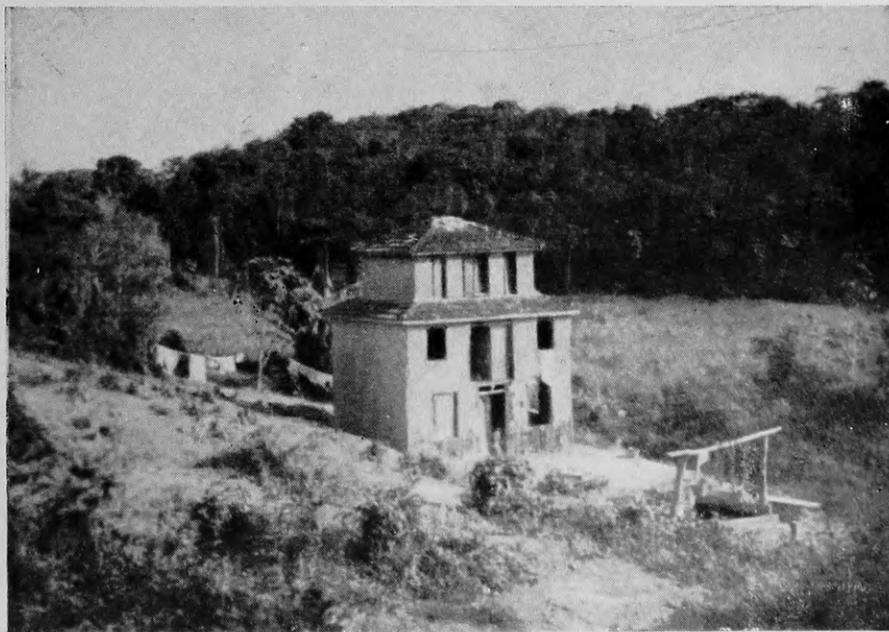
**Fot. 45 — "Sobrado" em Registro.**

Casa já mais bem acabada que a anterior, com o rés-de-chão fechado com pau-a-pique barreado. — Fot. Herbert Baldus.

HABITAÇÕES DE SITIANTES JAPONESES NA BAIXADA  
DO RIBEIRA



**Fot. 46 — Casa térrea.**  
exótico (Jipovura). — Fot. Herbert Baldus.  
A estrutura de madeira à mostra e o formato do telhado dão à casa aspecto



**Fot. 47 — Casa assobradada.**  
Imitando os "sobrados" de pau-a-pique dos caboclos da região, os japoneses acrescentam ainda um segundo pavimento, dando ao conjunto um aspecto de pagode. (Registro). — Fot. Herbert Baldus.

## TIPOS DE SITIANTES E TIPOS DE HABITAÇÃO NO VALE DO PARAÍBA

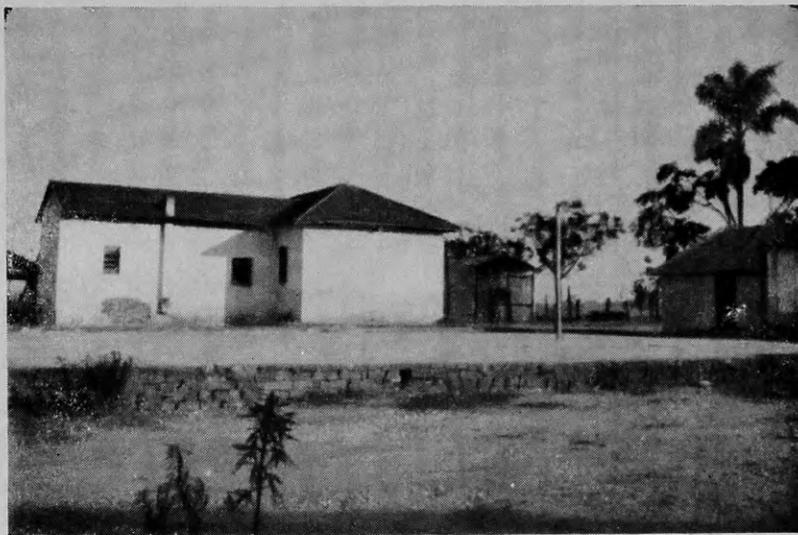


**Fot. 48 — Habitação de sitiante proprietário.**  
Construção de tijolos, com cobertura de telhas. (São José dos Campos).  
Fot. A. R. Müller, setembro 1945.



**Fot. 49 — Habitação de parceiro.**  
Sabendo-se em caráter provisório na terra que cultivam, os parceiros constroem casas menos sólidas e menos bem acabadas que o proprietário (São José dos Campos).  
Fot. N. L. Müller, setembro 1945.

## TIPOS DE EXPLORAÇÃO DO SOLO E TIPOS DE HABITAÇÃO NO VALE DO PARAÍBA



**Fot. 50 — A habitação em propriedade de arroz.**

Junto à casa aparece sempre o terreiro para o beneficiamento do arroz (São José dos Campos).

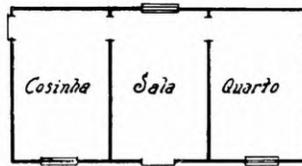
Fot. N. L. Müller, setembro 1945.



**Fot. 51 — A habitação em propriedade de criação.**

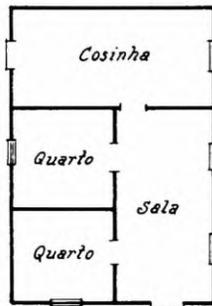
Nos sítios de criação as casas apresentam, freqüentemente, telhados de feito diverso dos encontrados na várzea. Dizem os habitantes locais que se trata de influência mineira (São José dos Campos).

Fot. N. L. Müller, setembro 1945.

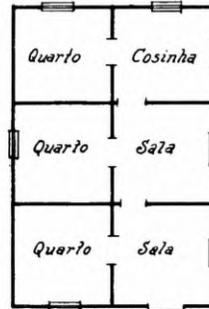


PLANTA-1

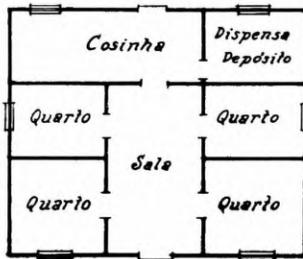
Tipo de planta de casa generalizado



PLANTA-2



PLANTA-3



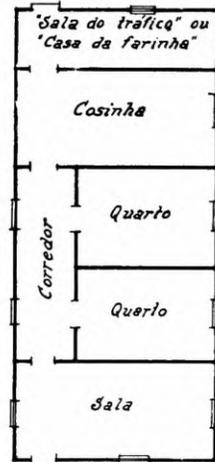
PLANTA-4



PLANTA-5



PLANTA-6



PLANTA-7

te escaldante de beira-mar" (75), na Baixada do Ribeira não há distinção entre praia e interior, aparecendo a casa com e sem barreamento indiscriminadamente em uma e em outra região. O mais comum é combinarem as duas coisas: a sala e os quartos têm paredes barreadas ao passo que os cômodos de serviço (cozinha, sala do "tráfico") são de simples pau-a-pique. Na cobertura usam telhas ou fôlhas de palmeira; o sapé, aí, está em vias de desaparecimento, segundo Borges Schmidt (76), devido a ter sido vencido em competição ecológica pelo capim-gordura, recentemente introduzido na região.

O sitiante japonês dessa região usa o mesmo sistema do caboclo, acrescentando, às vêzes, apenas um rebôco fino nas paredes externas e internas, caíndo-as em seguida. Em alguns casos sua casa pode apresentar detalhes "sui generis" de construção que resultam em aspecto exótico: estrutura de madeira à vista, telhados de quatro águas (quando o comum na região é de duas) e beirais terminando em cantos ligeiramente revirados.

A última região a apresentar casa de madeira é entre as que estudamos, Campos do Jordão. Embora algumas serrarias trabalhem o pinho, a casa de pau-a-pique é a regra, pois o pinho não constitui bom material de construção. Em relação aos caboclos a casa nada oferece de especial e somente na casa dos japoneses encontramos algumas inovações, dentre as quais destacamos o rebôco, mais resistente que o usual por misturarem à argila palha e pedacinhos de pau, e as janelas, fechadas por tábuas prêsas ao alto.

Em tôdas as demais regiões, embora a casa de pau-a-pique não seja totalmente absentista, predomina a casa de tijolos. Em Campinas e São José dos Campos constituem a grande maioria, reaparecendo aqui a distinção entre pequenos proprietários e parceiros e arrendatários. Estes últimos, mesmo quando usam o tijolo, constroem casas mal edificadas; freqüentemente empregam o pau-a-pique. O telhado, em qualquer tipo de casa, é quase sempre de telhas, devido à raridade de capins adequados à cobertura e à facilidade de aquisição de telhas, pois são aí muito numerosas as olarias.

Em relação ao *planejamento*, a casa do sitiante é constituída da habitação e de benfeitorias, cada qual com função especial, mais ou menos explícita.

O plano da habitação varia com as regiões e com os grupos étnicos; o número e tipo das benfeitorias dependem do tipo de exploração do solo praticado.

(75) Carlos Borges Schmidt, op. cit., p. 56.

(76) Op. cit., p. 57.

A habitação mais simples conta sempre com três cômodos básicos: sala, quarto e cozinha, que podem ficar sob o mesmo teto (planta 1), o que é mais comum. Há casos, entretanto, em que a cozinha fica desligada do corpo principal, ocupando uma espécie de puxado, nos fundos ou em um dos lados da habitação, como é bastante comum na zona da Alta Araraquarense. As variações da planta básica prendem-se ao tamanho da família ou a preferências individuais. Pode, assim, haver maior número de quartos (planta 2) ou desdobramento da sala (planta 3). Podem também aparecer novos cômodos para servirem de depósito, o que se dá quando a produção já é demasiadamente grande para poder ser acomodada na sala e na cozinha. A solução adotada pode variar: um único cômodo para servir de depósito a um tempo para os produtos de manutenção e de venda (planta 4) ou vários cômodos, cada qual reservado a determinado tipo de produto (planta 5).

A disposição dos cômodos é muito variável, como podemos verificar pelas plantas anexas, mas há certa uniformidade nas funções que desempenham, quer estejam acumuladas em pequeno número de peças ou distribuídas por maior número delas.

A planta básica a que nos referimos acima pode, no entanto, sofrer amputações ou acréscimos. Algumas vezes um dos cômodos se destaca do conjunto para aparecer em construção à parte: aparece então o paiol, o depósito ou mesmo a cozinha, isolados. Outras vezes a habitação se completa com novas peças: pode ser, por exemplo, um terraço de entrada (planta 6), como encontramos na baixada do Ribeira e entre os colonos alemães de Friburgo, correspondendo, talvez, à procura de menor insolação para a sala e, conseqüentemente, maior frescor dentro da habitação. Outros acréscimos podem ainda ser representados pela cobertura para abrigar o forno de pão — muito comum entre sitiantes italianos, ou o puxado da “casa da farinha”, onde os sitiantes da Baixada do Ribeira instalam o “tráfico” para trabalhar a mandioca (planta 7).

A casa é, em geral, construída ao nível do solo, com exceção da Baixada do Ribeira. Nesta região, embora existam habitações ao rés-do-chão, são correntes as casas construídas sobre estacas. Estas têm por fim proteger a construção das inundações e sua altura varia de acôrdo com o provável volume das águas. Às vezes as estacas são tão altas, que o sitiante acaba por fechar a área por elas compreendida, lucrando uma espécie de porão, onde guarda instrumentos de trabalho ou, mesmo, ocasionalmente, acomoda sua criação de aves ou porcos. A tendência para construir sobre pilares é tão pronunciada que mesmo bastante pa-

PLANEJAMENTO DA HABITAÇÃO NA ALTA  
ARARAQUARENSE



**Fot. 52 — Cozinha ao lado da casa.**

Neste caso específico a cozinha foi acrescentada posteriormente à casa, como se denota pela sua parede de ripado e teto de telhas, em contraste com o corpo principal, de pau-a-pique simples e cobertura de capim (Tanabi).

Fot. N. L. Müller, junho 1945.

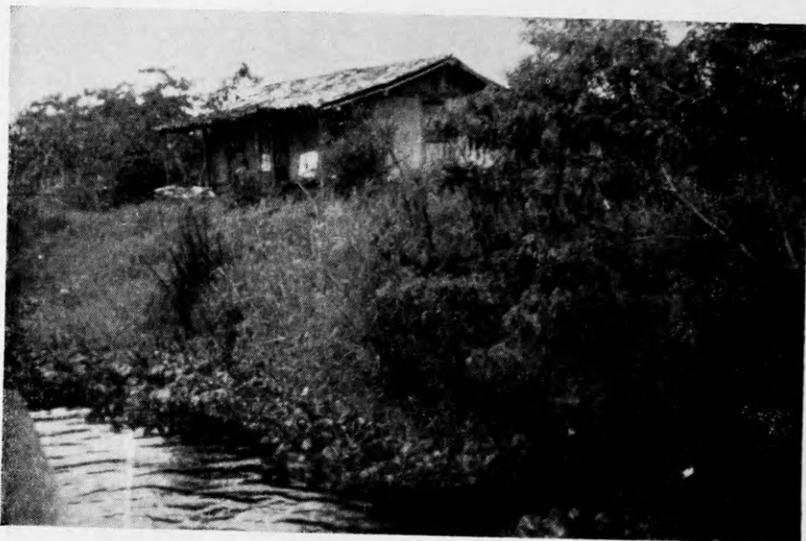


**Fot. 53 — Cozinha nos fundos da casa.**

Plano tradicional, que não corresponde a acréscimo posterior, como podemos comprovar pela fotografia 34. (Nhandejara).

Fot. N. L. Müller, junho 1945.

## PLANEJAMENTO DA HABITAÇÃO NA BAIXADA DO RIBEIRA



**Fot. 54 — Casa com varanda.**

São bastante comuns as casas como essa, com varanda de entrada em tôda a largura da construção, permitindo maior sombreamento e frescura (margens do rio Peropava).

Fot. N. L. Müller, dezembro 1945.



**Fot. 55 — Casa com depósito.**

Como neste caso, a casa pode ir recebendo acréscimos à medida das necessidades. O depósito se distingue da casa pela cobertura de fôlhas de palmeira (margens do rio Peropava).

Fot. N. L. Müller, dezembro 1945.

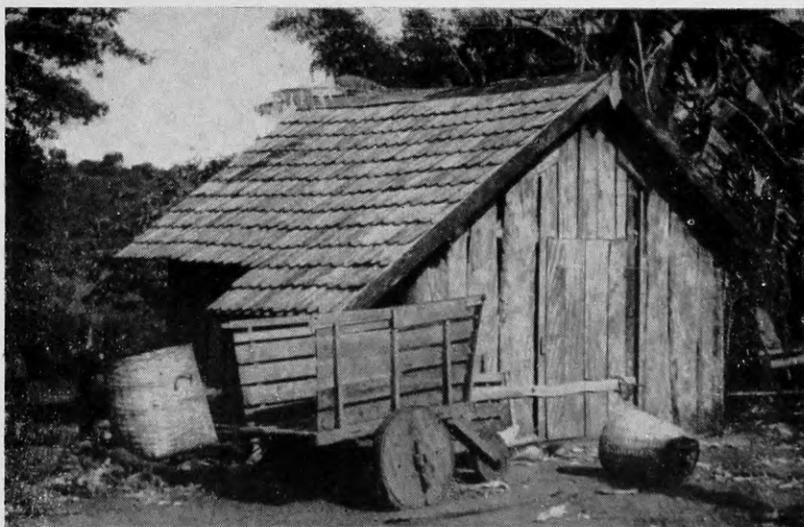
## TIPOS DE DEPÓSITO



**Fot. 56 — Depósito para batata.**

Construção de sitiante japonês, de pau-a-pique barreado e teto de telhas. As janelas são características das casas desse grupo étnico (Renópolis).

Fot. A. R. Müller, novembro 1945.



**Fot. 57 — Paiol.**

Nas pequenas propriedades da Alta Sorocabana até mesmo as benfeitorias, embora mais rústicas, são construídas de madeira (Caiuá).

Fot. N. L. Müller, outubro 1945.

## CONSTRUÇÕES PARA ATIVIDADES SUPLEMENTARES



**Fot. 58 — Barracão de pesca e varal para rêde.**

A casa, afastada do rio por receio das inundações, é precedida pelo abrigo para as tinas e material de pesca bem como pelo varal para secar a rêde (Baixada do Ribeira).

Fot. N. L. Müller, dezembro 1945.



**Fot. 59 — Sirraria.**

Atividade suplementar muito importante entre sitiantes de origem estrangeira, especialmente japoneses, a criação do bicho-de-sêda contribui, pelas grandes instalações que exige, para a modificação da paisagem (Presidente Venceslau).

Fot. N. L. Müller, outubro 1945.

INSTALAÇÕES PARA A CRIAÇÃO DE SUBSISTÊNCIA



Fot. 60 — Chiqueiro.

Entre pequenos proprietários, relativamente arraigados à terra, é raro não se encontrar um chiqueiro, por pequeno que seja (Presidente Venceslau).  
Fot. N. L. Müller, outubro 1945.



Fot. 61 — Ninho para galinhas.

A título de curiosidade, acrescentamos esta fotografia de ninhos, de tipo pouco comum, para chôco das galinhas (São José dos Campos).  
Fot. N. L. Müller, setembro 1945.



ra o interior, onde não há risco de inundação, são encontrados dêesses "sobrados" de pau-a-pique. O colono japonês de Registro adota muitas vêzes tal sistema, chegando mesmo a acrescentar um terceiro andar, dando ao conjunto aspecto de pagode.

Além da habitação, o sitiante contra também com benfeitorias (77) que podem ser ou uma extensão daquela, no que se refere a desempenharem funções ligadas ao conforto da família, ou estarem ligadas à atividade produtiva do lavrador. Dentre as primeiras podemos citar o poço, a coberta para a tina de lavar roupa, ocasionais defumadores de carne e instalações higiênicas. As segundas são, no entanto, mais importantes, pois que refletem o tipo de ocupação do solo praticado pelo sitiante. É verdade que, algumas vêzes, aparecem benfeitorias que nada têm a ver com a atual ocupação do sitiante: trata-se de testemunhas da exploração anterior, como tulhas e terreiros de café encontrados nas regiões antigas e hoje abandonados e sem significação para o pequeno produtor. A regra, no entanto, é denunciarem tôdas as atividades do sitiante, desde as básicas até as suplementares. Entre as benfeitorias que cabem dentro das produções básicas estão a tulha e o terreiro de café nas regiões novas, os vários depósitos, o paiol, o terreiro de arroz da várzea do Paraíba, os mangueirões dos sítiantes criadores, os estábulos para gado leiteiro, etc. Correspondendo às atividades complementares e suplementares, encontramos as sirgarias, apiários, as instalações de pesca, chiqueiros, galinheiros, etc.

À medida que as atividades se diversificam, maior complexidade toma a casa do sitiante. Às novas necessidades vão correspondendo novos cômodos na habitação ou construções cada vez mais numerosas. Tem-se a impressão de existir ainda falta de acomodação à nova situação: a habitação é construída segundo praxes pré-estabelecidas e as novas funções vão sendo atendidas por construções que se acrescentam à medida das necessidades. A casa do caboclo, com suas três peças básicas, resiste à transformação exigida por atividades multiplicadas, só mudando até certo ponto: daí em diante dissocia-se das demais atividades e fica quase que exclusivamente com sua função inicial, de abrigo e depósito de produtos de subsistência. É só na Baixada do Ribeira que a habitação reúne em seu corpo as funções de abrigo, depósito e beneficiamento de produtos: fora dessa região, a regra parece ser tendência pela desintegração das funções por várias construções diferentes.

---

(77) De modo geral, pode-se dizer que o melhor dos esforços de construção do sitiante é empregado na construção da habitação. As benfeitorias são sempre feitas de material inferior ou de forma mais grosseira.

A influência de grupos étnicos estrangeiros é sentida principalmente pelo grande número de benfeitorias que rodeiam a habitação, cada qual com função explícita e limitada. Só entre sítiantes de origem alemã encontramos preferência por guardar as colheitas na própria habitação.

A casa, com suas várias dependências, habitação e benfeitorias, forma no entanto um conjunto, nitidamente marcado pelo pequeno pomar que o rodeia, pela cêrca que o separa dos pastos ou, nos casos mais simples, pelo pequeno terreiro limpo e varrido que o circunda.

Apareça ela em bloco ou em dissociação de dependências, é sempre um fato geográfico: pelo material liga-se às possibilidades do meio, pela construção às possibilidades técnicas do sítiante e pelo planejamento ao tipo de produção e de ocupação do solo.

## CAPÍTULO VIII

### O SITIANTE E O "HABITAT" RURAL

A morfologia do "habitat" rural não depende apenas dos fatores que derivam do meio físico: há também influência dos fatores humanos, como o tipo de exploração do solo e a forma de regime agrário (78). O sitiante, abrangendo várias formas de regime agrário (pequena propriedade, arrendamento, parceria) e desenvolvendo diferentes tipos de exploração do solo (vide Capítulo VI), não poderia deixar de agir sobre as formas de nosso "habitat" rural.

Em suas grandes linhas, o assunto já tem sido estudado (79), sendo relativamente conhecido. Apesar disso, não nos consideramos dispensados de sua análise pois, com nossa experiência de campo e apresentação de novos exemplos, estaremos contribuindo ao conhecimento desse aspecto do mundo rural do Estado de São Paulo.

Trata-se de estudo ingrato, pois não poderemos chegar a alguma coisa de realmente definitivo. Para isso contribuem as regiões que escolhemos como amostra e o tipo de homem rural que focalizamos.

As regiões de povoamento antigo estão longe de já ter atingido a cristalização. Sucessivas fases econômicas deixaram seus traços, criando certo tipos de povoamento, mas o processo histórico continua, inexoravelmente, e nada nos garante que as formas atuais estejam sedimentadas.

As regiões novas, onde o pioneirismo estabelece os primeiros marcos na ocupação do solo, passarão ainda por muitas fases de inter-relações geográficas antes que o "habitat" atinja formas relativamente estáveis. Quanto ao sitiante, tomamos a liberdade de lembrar mais uma vez sua curta idade histórica. E' provável que leve muito tempo para fixar seus característicos.

Conscientes do caráter provisório dos fatos que passaremos a estudar, fazemo-lo com o intuito de, pelo menos, estabelecer um elo no processo histórico de nosso "habitat" rural.

---

(78) Ver Demangeon, "Problèmes de géographie humaine", p. 153-229.

(79) T. Lynn Smith, "Brazil — people and institutions".

As formas de "habitat" ligadas ao sitiante são predominantemente dispersas (80). Dentro da dispersão poderemos, no entanto, reconhecer vários tipos: dispersão absoluta, dispersão coagular e dispersão linear (81).

A *dispersão absoluta*, com casas muito afastadas umas das outras, corresponde a determinados tipos de sitiante. Nas regiões de povoamento antigo é encontrada entre arrendatários, parceiros, sítiantes geograficamente isolados e os que praticam agricultura itinerante. Nas regiões de povoamento recente a dispersão absoluta coincide com a presença do sitiante formador de pastos, desbravador de sertão e o "morador".

Sendo o arrendamento e a parceria sistemas que se desenvolveram depois do abandono do café e da introdução do algodão, estão basicamente ligados à existência de grandes propriedades. O povoamento disperso e amorfo do sitiante aparece então lado a lado do núcleo das fazendas: trata-se de superposição de nova forma de "habitat" a outra, pré-existente. Os dois tipos de povoamento completam-se na paisagem, como os arrendatários, parceiros e fazendeiros se completam economicamente. Essa forma é muito comum no município de Campinas, onde quer que a terra não tenha passado por grande subdivisão depois do abandono da cafeicultura.

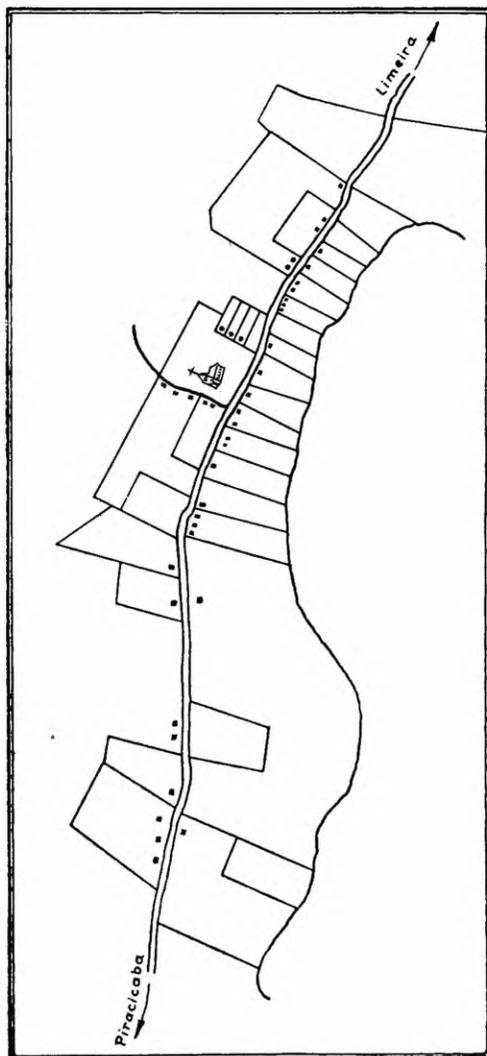
Onde a dispersão atinge grau mais agudo, dentro das regiões de povoamento antigo, é nas regiões em que o sitiante está isolado ou pratica agricultura itinerante. No primeiro caso temos o exemplo de Campos do Jordão, onde o sitiante está incrustado entre grandes propriedades, isolado pelo próprio relevo. No segundo, citamos a parte não ribeirinha da Baixada do Ribeira, onde o "capuava", freqüentemente posseiro em terras devolutas, usa extensões consideráveis para sua cultura itinerante. Do próprio tipo de exploração do solo deriva a dispersão do povoamento, com casas que só se aproximam, em pequeno número, por razões de parentesco (mapa 17).

Nas regiões novas o "formador de pastos" instala-se dentro do território de uma grande fazenda, tendo o usufruto da terra em troca do trabalho de plantar a pastagem. Recebe do proprietário o máximo de área que pode "tocar", resultando daí a dispersão do povoamento. Freqüentemente, é o mesmo sitiante que,

---

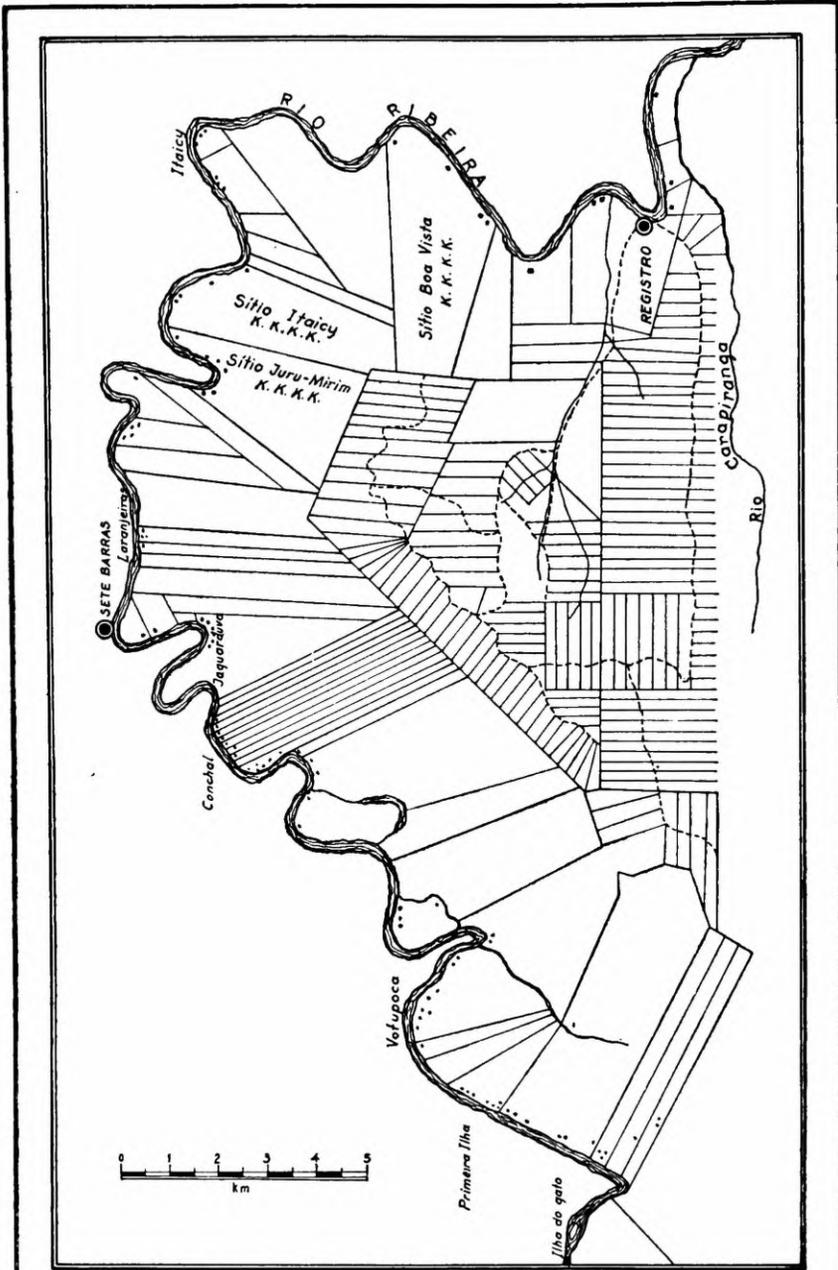
(80) Adotamos o critério de nos basearmos na forma do "habitat" por nos parecer o mais adequado. Adotamos, assim, a orientação que Demangeon seguiu no seu trabalho "Types de peuplement rural en France", em cuja página 1 declara: "ha várias maneiras de classificar os tipos de povoamento. Poder-se-ia apoiar em sua situação, o que seria uma base geográfica. Poder-se-ia apoiar em sua origem, o que seria uma base histórica. Experimentemos fundamentar-nos em sua forma: critério talvez mais compreensivo que nos conduz à interpretação simultânea dos fatos históricos e dos fatos geográficos".

(81) Classificação de Demangeon, op. cit., p. 21.



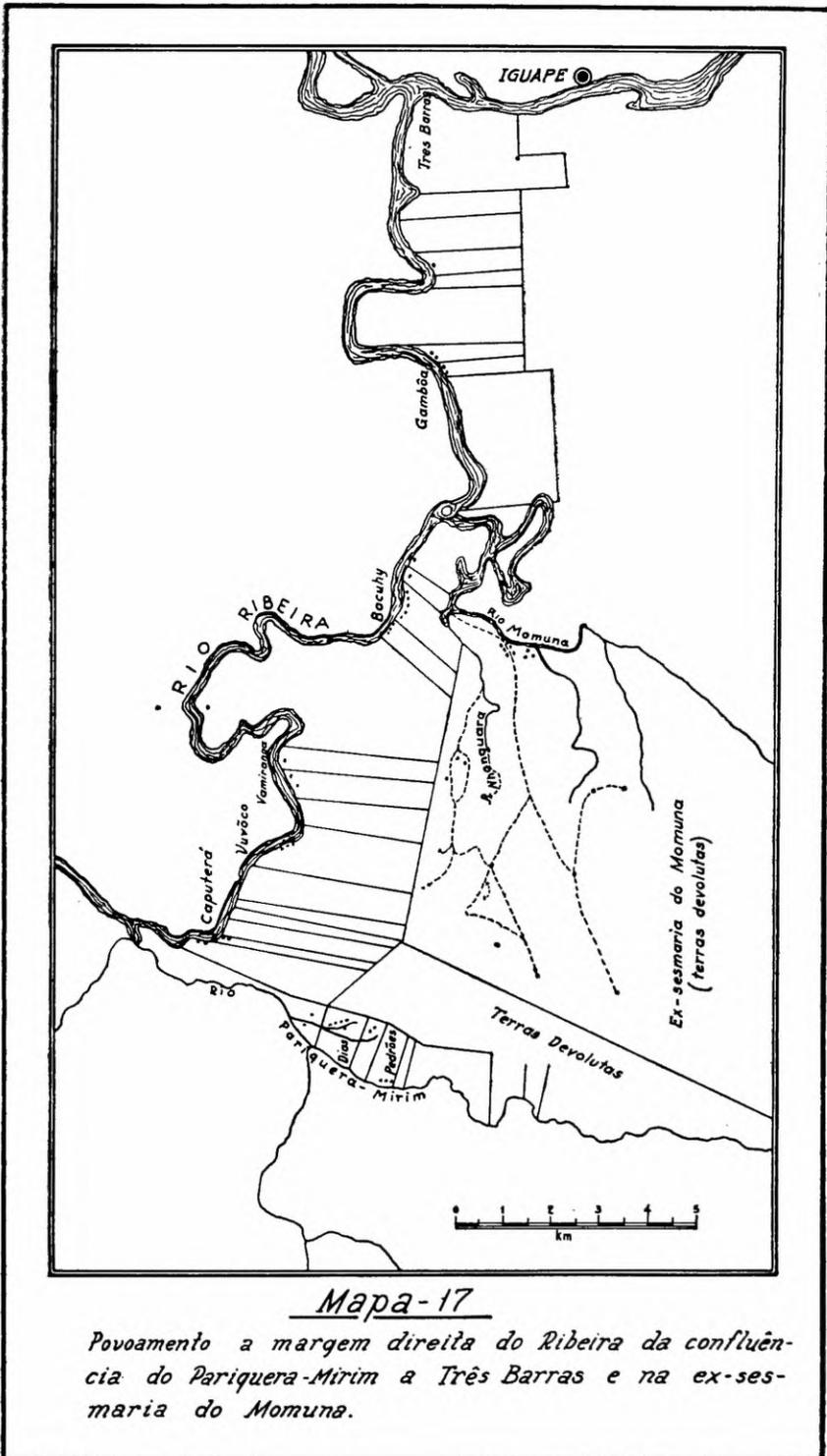
Mapa-15

Povoamento disperso linear com fragmentação espontânea da terra  
(Apud. A. P. Canabrava "A região de Piracicaba," p. 323)



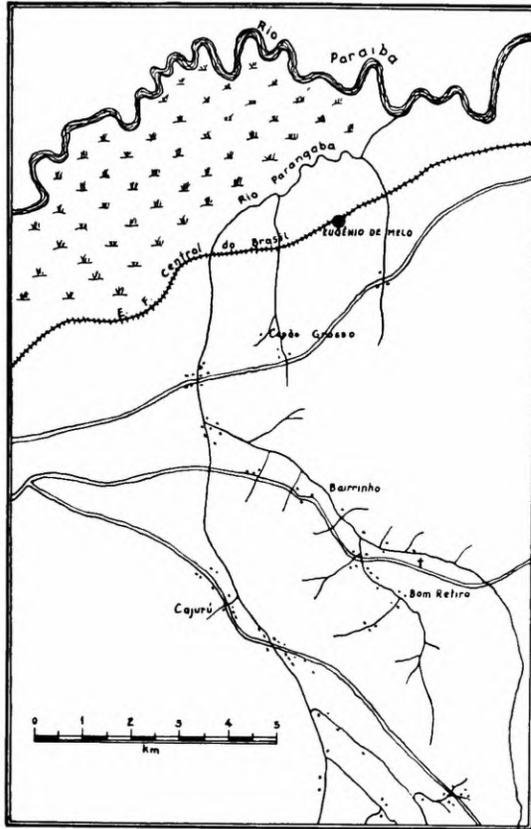
Mapa-16

*Povoamento disperso linear à margem direita do Ribeira entre a Ilha do Gato e a confluência do rio Carapiranga. Na parte central, o loteamento das terras em parte da colônia japonesa de Registro.*



Mapa-17

Povoamento a margem direita do Ribeira da confluência do Pariquera-Mirim a Três Barras e na ex-sesmaria do Momuna.



Mapa-18

*Concentração do povoamento disperso nos cruzamentos  
de rios e estradas  
(São José dos Campos)*

de ano para ano, se irá deslocando dentro da grande propriedade até que se complete a área reservada pelo fazendeiro para pastos. Essa situação foi por nós encontrada na região de Pôrto Epitácio e Nhandejara.

O “desbravador de sertão” é o sitiante posseiro que avança sempre, à frente dos patrimônios, acuado pela progressão da colonização e do loteamento de terras. De sua própria situação jurídica resulta a dispersão do “habitat” que lhe corresponde.

Finalmente, há ainda os “moradores”. Trata-se de sítiantes que recebem o usufruto da terra mediante o trabalho de impedir a entrada de intrusos dentro das grandes propriedades não exploradas. É o caso de certa fazenda próxima ao patrimônio Jalles, cujos 43.400 alqueires são guardados por 40 famílias de sítiantes distribuídas por seus limites. As casas isoladas, acompanhando o contôrno da propriedade, constituem verdadeiro “povoamento de fronteira”.

Na *dispersão coagular* as casas, embora isoladas, estão bastante próximas para criarem uma mancha de maior densidade dentro da dispersão predominante. É antes gradação de dispersão que pròpriamente forma.

Nosso problema é descobrir as causas que levaram a êsse relativo agrupamento. Segundo observamos, essas causas podem ser tanto fisiográficas quanto humanas.

Nas regiões de povoamento antigo os fatores mais importantes são os ligados à grande subdivisão da terra. Quanto mais antiga e intensa, tanto maior a ocorrência de coágulos no povoamento do sitiante. Foi o que ocorreu à margem do rio Capivari, no município de Campinas. Por volta de 1870 certo fazendeiro doou a um escravo, quando aforrado, uma gleba de 120 alqueires. Êste, ao morrer, deixou-a a um amigo a quem devia favores. O beneficiado vendeu 100 alqueires e os 20 restantes, por ocasião de sua morte, foram divididos entre oito herdeiros. O resultante dessa fragmentação é o povoado dos Gonçalves, em que as casas, embora dispersas, formam um todo de densidade relativamente grande.

No entanto, êsse tipo de dispersão pode aparecer também nas zonas de povoamento antigo, onde a subdivisão é mais recente, posterior ao abandono da cafeicultura. A atração que certos pontos exercem sôbre o sitiante leva os grandes proprietários a lotearem suas terras, certos do sucesso da iniciativa. Êsses pontos preferidos são, principalmente, a confluência ou a cabeceira de rios, bem como o cruzamento de estradas e rios. Se rios e estradas, isoladamente, são capazes de atrair considerável

número de sitiantes, com mais razão o farão confluências, cabeceiras e cruzamentos de rios com estradas: multiplicando a possibilidade de estabelecimento de sitiantes, êsses fatores aumentam consideravelmente a área passível de instalação do pequeno lavrador.

Nesses casos, uma vez que as casas se dividem pelos dois rios que confluem, pelos vários braços das cabeceiras ou pela estrada e rio que se cortam, o resultado geral é um povoamento relativamente denso, embora amorfo (mapa 18).

Nas regiões novas, os fatores que condicionam o aparecimento da dispersão coagular são predominantemente de ordem humana. Trata-se da atração que os núcleos urbanos — cidades, vilas e “patrimônios”, exercem sobre o sitiante. Em tôrno de cada núcleo há sempre uma mancha de maior densidade de sitiantes, que aí se estabelecem graças às maiores facilidades de comunicação e mesmo, até certo ponto, pela existência de pequeno mercado local. À medida que nos afastamos do núcleo urbano a densidade vai diminuindo, até entrarmos no domínio da dispersão absoluta.

Finalmente, chegamos à última forma de dispersão, a *linear*, que é bastante contraditória. As casas, embora afastadas entre si, conservam relativo alinhamento, acompanhando o traçado de estradas ou de rios. Essa forma pode ter origem espontânea como também pode ser consequência de loteamentos planejados.

Dentro do estabelecimento espontâneo podemos citar Tanquinho (mapa 15) (82) bem como, nas regiões que estudamos, o povoamento às margens do Ribeira de Iguape (mapa 16). Em ambos os casos, como o fracionamento de terras se fez sem planos preconcebidos, há grande irregularidade nos tamanhos dos lotes, o que faz com que as casas, embora alinhadas, não mantenham sempre a mesma distância entre si.

Quando há loteamentos planejados as casas se distribuem em distâncias aproximadamente constantes. Êsses loteamentos foram observados tanto nas zonas antigas quanto nas recentes. Nas primeiras, correspondem a fracionamento de terras que se seguiu ao abandono da cafeicultura; a valorização das terras, devido à presença da estrada, levou os fazendeiros a fazerem o loteamento, em unidades longas e estreitas, perpendiculares à via de comunicação. Como exemplo, citamos a região entre Sousas e Joaquim Egídio (município de Campinas), onde as casas ficam tão próximas que poderiam até mesmo dar a impressão de “aglomeração longa”, não fôsse o número insuficiente de moradias para justificar tal denominação.

(82) Estudado por Alice Piffer Canabrava em “A região de Piracicaba”; p. 323.

Nas regiões novas o loteamento planejado que leva à dispersão linear é muito mais comum que nas zonas de povoamento antigo, sendo que na Alta Sorocabana mais ainda que na Alta Araraquarense.

Na Alta Araraquarense o método mais usual de loteamento é o que parte do patrimônio, com lotes a êle concêntricos e que vão aumentando de tamanho à medida que se caminha para a periferia. O "habitat" resultante é, obviamente, o disperso coagular nas proximidades do núcleo urbano e absoluto na orla da colonização. Só visitamos uma região em que o loteamento se fez em unidades longas e estreitas, partindo da estrada, dando a conseqüente dispersão linear: trata-se de Borboleta, no município de São José do Rio Preto. Trata-se de antiga fazenda, com frente de 4 km sôbre o rio Borboleta a partir das cabeceiras, comprada e loteada por um grupo de colonos portugueses da ilha da Madeira. Estabelecidos os lotes, a partir do rio, o povoamento sofreu aí dupla atração: a do rio e a da estrada que corre paralelamente, próxima ao espigão. As casas se estabeleceram a meio caminho entre uma e outra e sômente nas proximidades da vila estão mais vizinhas da estrada. Embora tenha havido atração dupla, o "habitat" se dispersa entre a faixa compreendida entre rio e estrada, em ordem aproximadamente linear.

Na Alta Sorocabana, como já indicamos, o loteamento que leva à dispersão linear é mais comum que na Alta Araraquarense. Isso se deve, principalmente, à colonização Mendes Campos. Senhor de grande propriedade, tomou êle, logo depois de a estrada de ferro ter atingido Presidente Epitácio, a resolução de loteá-la. Para êste fim várias glebas, com lotes já demarcados, foram entregues a "agentes de colonização" de diferentes nacionalidades, encarregados de colocar as terras entre seus patrícios. Nasceram, assim, várias "colônias", como Arpad (húngaros), Aimoré, Besarábia, Santa Cruz, Aliança (alemães) e a Japonêsa. São, atualmente, grupos independentes de pequenas propriedades, apresentando todos o quadro típico de lotes estreitos e compridos com frente para o rio ou estrada (mapa 20).

A grande maioria das colônias tem seus lotes partindo do rio e, seguindo o curso dêste, há estradas que as ligam entre si e com os núcleos urbanos. Repetem-se, assim, as circunstâncias que agiram em Borboleta, com o mesmo resultado em relação ao "habitat". As casas se dispersam alinhando-se a meio caminho entre o rio e a estrada.

Essa forma de colonização não é, no entanto, apanágio da colonização Mendes Campos. E' encontrada também ao longo da estrada de ferro e de várias estradas a ela perpendiculares. Entre

estas podemos citar a que liga Presidente Prudente à vila de Pirapozinho, onde existe um núcleo de sitiantes italianos, "Noite Negra", cujas habitações se alinham à beira do caminho.

Antes de terminarmos nossa análise das formas de dispersão, é preciso que indiquemos que as formas coagular e linear, muito mais comuns que a absoluta, constituem unidade de povoamento tácitamente reconhecidas pelo homem do campo pela denominação de "bairro" (83). Não se trata de critério de forma, uma vez que abrange tanto a dispersão linear quanto a coagular, mas de um meio de distinguir o estabelecimento de densidades relativamente grandes de casas.

Para o homem do campo "bairro" designa todo e qualquer conjunto de casas suficientemente próximas para que se estabeleçam contatos sociais entre seus moradores. Trata-se de uma célula de comunidade social, onde existem certos tipos de parentesco ou de vizinhança, reforçados freqüentemente pela existência de uma venda, capela ou escola, e cujo raio de ação marca os próprios limites do bairro (84).

Os laços de parentesco, que aparecem onde o bairro nasceu da subdivisão da terra por herança, não são mais fortes que os de vizinhança. Em ambos notam-se os mesmo traços de solidariedade, traduzidos pelo "mutirão" (85) e pelos auxílios mútuos em ocasião de doença, morte, cumprimento de promessa (86) ou casamento (87).

Essa unidade social interessa ao geógrafo pois parece representar verdadeiro embrião de uma sociedade rural de pequenos proprietários sitiantes. Como diz Alice Piffer Canabrava, "é bem possível que entre os sitiantes dos bairros se esteja formando a geração dos nossos homens da terra, apegados à gleba, onde são ao mesmo tempo fixadores de tradições e da paisagem rura." (88).

(83) Sobre o assunto, ver o trabalho de Alice Piffer Canabrava, anteriormente citado.

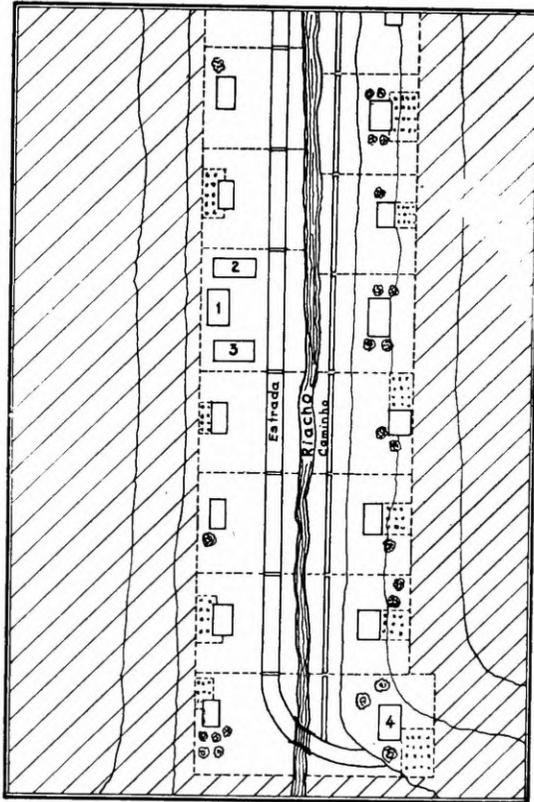
(84) Os próprios nomes dos bairros indicam, até certo ponto, sua origem ou o fator mais importante de coesão social entre seus habitantes, como a capela. Embora muitos ostentem nomes derivados de acidentes geográficos, como "bairro do Guaxindiva" (rio), "bairro da Matinada" (serra), "bairro do rio do Braço", outros indicam claramente sua origem familiar, ligada à subdivisão da terra por herança. Temos, assim, o "bairro dos Amarais", o "bairro dos Gonçalves", o "bairro dos Neves", o "bairro dos Melos", o "bairros dos França" e muitos outros. Não menos numerosos são os que emprestam seu nome do Santo sob cuja invocação foi construída a capela, tais como "Bairro do Cruzeiro de Santa Bárbara", "bairro de Santa Rita", "bairro de Santa Cruz", "bairro de Santa Lúcia", "bairro da Aparecida", etc.

(85) Troca de dias de trabalho para a execução de qualquer tarefa mais penosa ou que deve ser feita dentro de curto prazo. Fazem-se mutirões tanto para trabalhos agrícolas como também para a preparação de festas, construção de casas, etc.

(86) Como nas realizações de festas de São João, Santo Antônio, São Pedro ou nas festas de São Gonçalo. Além do auxílio em dinheiro e espécie, o festeiro conta ainda com o "mutirão" para preparo do terreno, enfeites das salas e preparo da comida.

(87) Para os aspectos sociais do bairro devemos citar o trabalho de Antônio Rubbo Müller, que consultamos no original: "Rituais caboclos no Estado de São Paulo: sua natureza e função social".

(88) Op. cit. p. 651.

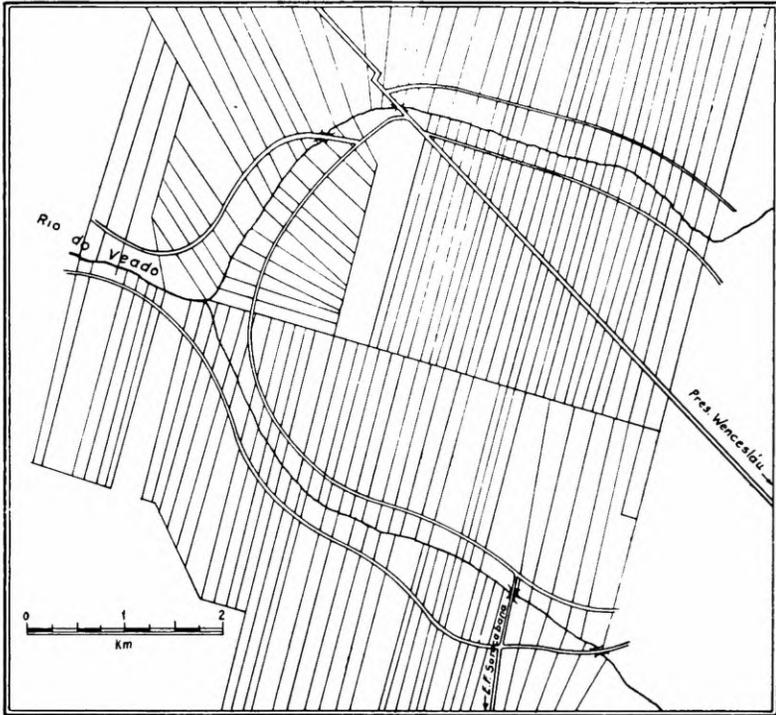


Mapa-19

*Povoamento aglomerado linear de Taquara Branca (parcial)*

LEGENDA

- |                               |   |
|-------------------------------|---|
| 1 Capela                      |  Ponte             |
| 2 Escola                      |  Porteiras         |
| 3 Venda                       |  Hortas            |
| 4 Casa do chefe da comunidade |  Terras de cultura |
|                               |  Cercas            |



*Mapa 20 - Colônia Aymoré'*

*Loteamento partindo do rio com lotes servidos por estradas*

Assim sendo, o pequeno proprietário-sitante, embora crie um povoamento disperso, está prêso a certa unidade — o bairro, que corresponde a certo fator geográfico que o torna distinto: a proximidade e relativa concentração de casas. Este fato é importante porque não se trata da dispersão em que o sitiante está isolado, em que suas relações com o meio só contam com recursos individuais. No “bairro” existe certa noção de grupo, que faz com que todos procurem unir suas fôrças e possibilidades para o contrôle das fôrças naturais.

O arrendatário e o parceiro não criam “bairros”: parece-nos que esse fato se liga essencialmente ao fato de constituírem êles uma população móvel, instável, que não se fixa ao solo. Não há tempo de se travarem sólidas relações de vizinhança; no caso dos parceiros, nem mesmo há interêsse. Sendo dependentes do proprietário das terras, as relações viram-se em direção dêste, relaxando-se as que poderiam existir entre todos os parceiros.

Os núcleos de colonos de origem estrangeira, quer se tenham originado de iniciativa oficial quer não, apresentam do ponto de vista da forma os mesmos tipos englobados pelo bairro: linear ou agrupado. Sua organização social permite serem reunidos aos mesmos tipos abrangidos pelo “bairro”, tanto assim que acabam por receber tal denominação, tanto dada por êles mesmos, como por parte dos caboclos. Renópolis, núcleo de japoneses em Santo Antônio do Pinhal, abrange hoje dois bairros, o do Barreiro e o do Lajeado, denominações atualmente muito mais correntes; Friburgo, em Campinas, é conhecido pela designação popular de “bairro dos alemães”; um grupo de italianos batizou seu agrupamento de “bairro do Cruzeiro de Santa Bárbara”.

Se o povoamento disperso, com suas modalidades, caracteriza o “habitat” rural ligado à presença do sitiante, há casos em que se notam certas *formas de aglomeração*. Trata-se, sem dúvida, de casos raros e quase excepcionais mas, porisso mesmo, de grande interêsse. Em que circunstâncias optará o sitiante pela forma aglomerada?

Trata-se, às vêzes, de fator quase ocasional, como é o caso de Taquara Branca, no município de Campinas. Sua origem data aproximadamente de 1860, quando quatro irmãos compraram, em sociedade, 130 alqueires nas cabeceiras de um afluente do rio Quilombo. Essa gleba passou aos seus descendentes sem se subdividir. Os herdeiros consideram a propriedade como um todo que cada um dêles usa à medida de suas possibilidades e necessidades. Para isso formaram um sistema empírico, pelo qual tôda a parentela usufrui da terra. Todos os membros masculinos têm direito a cultivar a terra, tantos alqueires quantos puderam “to-

car". Os membros femininos só tem direito, caso o desejem, a um pequeno lote no vale, onde poderão construir sua casa e ter pequeno pasto ou horta no caso de serem casadas. Seus maridos, no entanto, deverão trabalhar fora, como arrendatário, parceiro ou camarada. A necessidade de separar a terra comum de cultivo da terra particular para moradia, fez que o povoamento se concentrasse no vale, cercado pelas culturas. As casas, localizadas a uns 20 m do rio (mapa 19), estão no meio do lote, no sentido da largura (aproximadamente de 20 m) e quase encostadas à cêrca dos fundos. Embora não sejam ligadas, são bastante próximas e disso tem prova o viajante que percorre a estrada que corta os lotes: constitui verdadeiro treino de paciência abrir tôdas as porteiças correspondentes às várias casas. Há, sem dúvida, certa aglomeração, de tipo linear, a qual, ligada ao fato de estar cercada pelas culturas, permitiria classificar êsse povoamento como "village à champs associés" (89).

Há casos em que o "habitat" aglomerado deriva do próprio meio físico e da forma de ocupação do solo, como na várzea do Paraíba, no trecho que corresponde à cultura do arroz, de Jacareí até pouco além de Pindamonhangaba. A ocupação é aí recente, pois que constitui zona deixada à margem do café e do povoamento correspondente. A várzea era um deserto de casas e é interessante notar como mesmo os centros urbanos fugiam dela, desenvolvendo-se nos pontos onde ela se estreita, tornando mais fácil a passagem de uma margem para a outra (90). E' com a introdução do arroz no período de 1894-1907 (91) e principalmente depois de 1918-1920 (92), quando a produção atinge volume comercial, que a várzea começa a atrair o povoamento. Êste segue, como já indicamos no capítulo sôbre a ocupação do solo, uma disposição homogênea em sua distribuição, localizando-se à beira do terraço. Formam-se, assim, pequenos aglomerados amorfos, constituídos pelas casas de moradia dos sitiantes proprietários e de seus auxiliares remunerados, bem como as benfeitorias. E' um povoamento nucleado que repete, em pequena escala, o das fazendas. Apesar das distâncias relativamente curtas, é preciso deslocar-se da casa para as plantações.

Em conclusão, não há dúvida que o sitiante cria, principalmente, formas de dispersão, só aparecendo a aglomeração em casos excepcionais. Notam-se certas coincidências entre as formas de "habitat" disperso e os tipos de sitiantes. O sitiante proprie-

---

(89) Demangeon, op. cit., p. 190.

(90) Preston James, "A specialized rice district in the middle Parahyba Valley of Brazil", p. 532.

(91) Secretaria da Agricultura de São Paulo, "O Valle do Parahyba", p. 10.

(92) Preston James, op. cit., p. 353.

tário tem tendência para preferir a aproximação das casas, em forma linear ou coagular, formando, muito freqüentemente, "bairros". O sitiante arrendatário e parceiro, por outro lado, desenvolve, mais marcadamente, as formas de dispersão absoluta.

Ao mesmo tempo que o "habitat" reflete condições fisiográficas, reflete também os fatores humanos, de ordem econômica ou fundiária.



**E — O SITIANTE E A PAISAGEM**



## CAPÍTULO IX

### O SITIANTE E A PAISAGEM

Se, como já vimos, encontramos no sitiante vários tipos de exploração e de ocupação do solo, casas diversas e diferentes graus de técnica, seria impossível falar-se numa paisagem única que a êle correspondesse.

Partindo exclusivamente da exploração do solo, aparece logo uma primeira distinção a fazer: a paisagem da policultura, com ou sem criação, e a da monocultura.

A paisagem da policultura conta com um característico que lhe dá certa unidade: a diversificação. No entanto, esta é determinada por elementos que se dispõem ou combinam diferentemente, de acôrdo com o modo pelo qual se faz a ocupação do solo, de onde poderemos reconhecer, dentro do conjunto formado pela paisagem das policulturas, muitas variações que se prendem ao estágio de conquista do terreno, à existência de determinado produto de venda, sendo o conjunto afetado ainda pelas formas de relêvo e de vegetação.

Nas zonas novas, o elemento mais impressionante da paisagem do sitiante é o que deriva da própria conquista do solo. Têm-se aí verdadeira gama de humanização da paisagem, indo desde o aspecto selvagem e rústico das derrubadas e roças recentemente formadas, até a natureza já quase domesticada da retaguarda do pioneirismo. Na frente de colonização a paisagem se apresenta como uma combinação de matas, derrubadas, queimadas recentes, tornando-se, a ação humana, mais sensível à medida que as clareiras se vão alargando e se vão levantando as primeiras moradias. À medida que se regride para a retaguarda, a paisagem é menos natural e mais cultural: as características cercas de madeira marcam a posse da terra e da vegetação original só restam algumas poucas palmeiras. A ocupação do solo se ressentem ainda de certa hesitação na delimitação das culturas, mantendo-se o sistema de consorciação que é típico da frente pioneira. Finalmente, na retaguarda, chega-se a paisagens bem humanizadas, com ocupação do solo perfeitamente demarcada. Êsses diferentes estágios de humanização da paisagem são bem marcados pela casa que, do abrigo provisório da derrubada à moradia definitiva das

zonas de colonização mais antiga, indica a idade e o grau de conquista do solo. Há, entretanto, elementos que contribuem para a homogeneidade da paisagem, independentemente de se tratar da vanguarda ou da retaguarda da colonização. Entre êstes, destaca-se a criação que com os pastos, mangueirões e cêrcas, forma sempre o mesmo quadro, onde quer que se localize.

Nas zonas de povoamento antigo há muito maior variedade de paisagem que nas zonas pioneiras. Isso se deve, de um lado, à maior heterogeneidade dos quadros naturais e, de outro, ao grande número de tipos de ocupação do solo. Nas regiões de montanha, como na Mantiqueira, o contraste se faz entre as vertentes e o vale, as primeiras com seu tapête de pastos, o segundo com suas culturas. Sòmente em Renópolis já começam os dois elementos a constituirem uma paisagem mais unificada, graças às culturas dos japoneses. Nas regiões de relêvo suave a diversificação está muito mais prêsa à ação do homem que aos fatores naturais. Policulturas e monoculturas criam paisagens mais variadas ou mais monótonas, indo desde o mosaico dos mais variados tons de verde até as superfícies unas, ocupadas por uma mesma plantação. No entanto, se a monocultura pode levar à monotonia, é preciso lembrar que, dentro das paisagens que cria, há muitas variedades. A paisagem do arroz na várzea do Paraíba, a do café da Alta Araraquarense, a da fruticultura de Valinhos ou a do chá em Registro constituem quadros completamente distintos entre si, cada um com individualidade própria.

Rústica ou humanizada, monótona ou variada, a paisagem criada pelo sitiante está longe de ter atingido a cristalização: assim como ainda conta com elementos que testemunham o passado, ela só representa um elo no dinamismo do meio geográfico. Especialmente nas zonas novas, as paisagens do sitiante estão ainda em plena elaboração, às vêzes não passam de mera transição para um quadro mais estável que se instalará logo depois: lembremos os sítiantes que só cultivam o terreno para prepará-lo para os pastos.

Mesmo quando relativamente estabelecida, a paisagem rural é sempre sujeita a modificar-se durante o decorrer do ano. No período das sêcas o solo em preparo e as queimadas dão uma impressão muito diversa da que se tem na época das chuvas, com os campos recobertos pelas culturas viçosas e cerradas. O ritmo de variação anual da paisagem muda, evidentemente, com o tipo de cultura que se pratica: pouco sensível nas monoculturas permanentes, alcança o máximo de variabilidade nas monoculturas anuais com produtos de entre-safra. Ao passo que nas primeiras a distinção principal se prende aos períodos de cultivo e colheita,

PAISAGENS DAS REGIÕES DE POVOAMENTO  
RECENTE



**Fot. 62 — Elementos típicos da paisagem.**

As cercas de madeira e as palmeiras, que resistem à passagem do fogo, constituem parte integrante das paisagens das zonas pioneiras (Cosmorama).

Fot. Pierre Monbeig.



**Fot. 63 — Paisagem típica.**

Tocos de árvores espalhados pelo solo, covas da café recém-plantado, a floresta próxima, formam um conjunto característico das regiões de povoamento recente (Tanabi).

Fot. Pierre Monbeig.

## MONOCULTURAS E POLICULTURAS



**Fot. 64 — Paisagem homogênea.**

Colinas se sucedem, como a que vemos acima, ocupados pelos pequenos arbustos do chá (Registro).

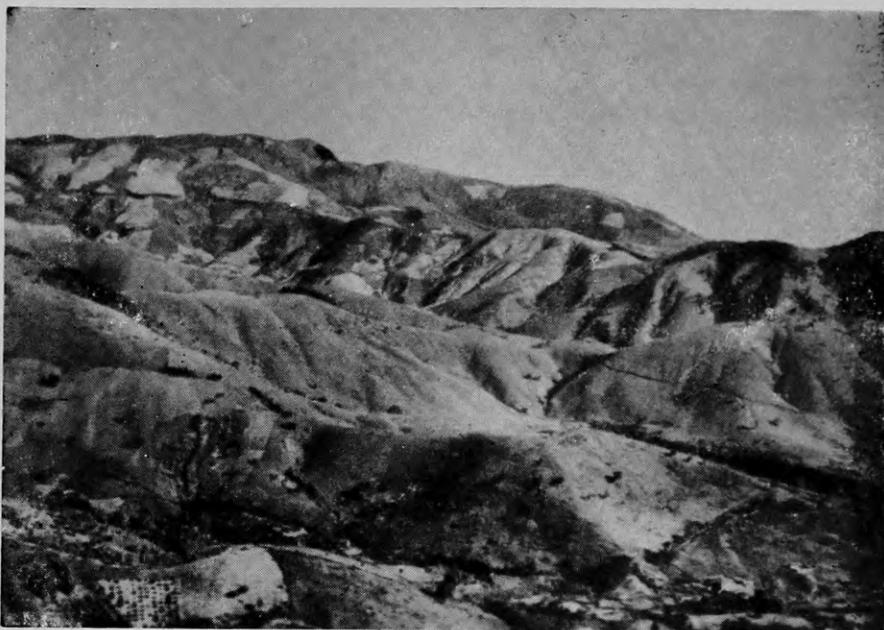
Fot. N. L. Müller, dezembro 1945.



**Fot. 65 — Paisagem diversificada.**

A policultura dá sempre à paisagem caráter variado, principalmente entre sitiantes, onde os pequenos campos de diferentes culturas se sucedem como peças de uma colcha de retalhos (Cosmorama).

Fot. Pierre Monbeig.



**Fot. 66 — A Mantiqueira em Campos do Jordão.**

A ação dos japoneses humaniza a montanha, como se vê ao fundo. Em primeiro plano, as montanhas recobertas de pasto — ocupação tradicional do caboclo — começam a ser invadidas pelas culturas que sobem dos vales.

Fot. Carlos Borges Schmidt.



**Fot. 67 — Chá substitui café.**

Solos antigamente ocupados pelo café são agora aproveitados para a cultura do chá. À esquerda, notam-se ainda cafeeiros mortos entre os arbustos do chá. À direita, onde havia um cafèzal mais antigo, a ação da erosão nas antigas ruas deu um traçado "sui generis" à plantação de chá.

Fot. N. L. Müller, dezembro 1945.



nas segundas êsses períodos aparecem duplicados no decorrer do ano agrícola. Em certos casos aparecem mesmo paisagens completamente diferentes, como na várzea do Paraíba, onde o arroz e a batata criam conjuntos perfeitamente distintos.

A ação do sitiante, tomada individualmente, não passa da criação de micro-paisagens. Estas só tomam significação quando colocadas no conjunto da região. Dêsse ponto de vista, realmente o mais importante geogràficamente, podem tomar três posições distintas: intensificarem os característicos gerais, modificarem o conjunto ou constituírem a própria individualidade da região. Estão no primeiro caso, quando se harmonizam com o conjunto, o que se observa, por exemplo, entre os sítiantes que cultivam café ou criam gado, formas de ocupação do solo gerais, encontradas na mesma região também entre os fazendeiros. Estas paisagens do sitiante são, pois, harmoniosas com a geral sem que, no entanto, sejam absolutamente idênticas. Representam como que uma intensificação dos traços característicos do conjunto, devido à maior subdivisão da terra, com alguns elementos próprios. Entre êstes citamos o povoamento disperso, em oposição ao nucleado da fazenda, a presença de culturas de subsistência, as moradias e benfeitorias mais simples que nas grandes propriedades. As paisagens do sitiante que modificam o conjunto regional são, principalmente, as da monocultura — com exceção do café e do arroz. Estabelecem-se então verdadeiros contrastes: Valinhos, Registro, Renópolis, constituem quadros bem individualizados, perfeitamente distintos dentro das regiões em que se encontram. A influência do sitiante é mais importante quando chega a constituir a paisagem predominante de uma região. Temos dois exemplos para este último caso: o da Baixada do Ribeira e o da região de Rebouças, no município de Campinas. Na primeira região, embora haja possibilidade de distinguirmos Registro de Iguaçu, o capuava do ribeirinho, embora haja um conjunto de pequenas paisagens diversas criadas pelo sitiante, tôda a Baixada se ressentê da ação do sitiante. Em Rebouças, centro antigo de subdivisão da terra, o sitiante criou uma paisagem que distingue perfeitamente aquela região do resto da depressão periférica em território de Campinas.

De forma geral, podemos dizer que o principal característico da ação do sitiante sôbre a paisagem é a ênfase na diversificação, quer pela maior incidência da policultura, quer pela sua posição dentro dos conjuntos regionais onde, mesmo quando harmonizantes, introduzem sempre elementos novos, que contribuem para a uma expressiva variedade de quadros.



## **F — CONCLUSÕES**



## CONCLUSÕES

As paisagens do sitiante nos dão uma síntese de todos os aspectos que nêle nos interessam: da ocupação e exploração do solo, dos elementos geográficos de sua vida econômica, de sua distribuição, de seu "habitat", de sua técnica de trabalho. Mas não é só isso, porque delas podemos tirar ensinamentos de caráter mais amplo: a compreensão clara da posição da pequena exploração rural e do homem que a desenvolve no conjunto da economia paulista.

O sitiante, sem ser novidade em nosso meio rural, multiplicou-se, no entanto, nas últimas décadas, como resultado de dupla ação, a do meio físico e a da evolução econômica e social. A subdivisão da terra, quando a monocultura não resistiu ao seu empobrecimento, a queda dos preços do café, o êxodo do fazendeiro para os núcleos urbanos, constituem fatos essenciais à explicação do novo vulto numérico do sitiante nas zonas de povoamento antigo. Nas zonas novas o sítio foi considerado pelo grande proprietário como meio econômico e prático de limpar o terreno na luta contra a floresta ou como hábil especulação pela venda de terras. No entanto, tendo atualmente importância já considerável, pelo menos em relação ao passado, o sitiante, em uma e outra região, está prêso a um processo ainda muito recente para que possa ser totalmente independente ou original. Independente êle não é sempre, uma vez que apela em geral para o financiamento. Original êle não é, sempre que se incorpora à paisagem herdada da fazenda, quando mantém as tradições do caboclo ou quando pratica as mesmas culturas do fazendeiro, com técnicas que, na maioria das vêzes, são inferiores às dêste.

Sem dúvida, vemos o sitiante estrangeiro trazer consigo novidades que se inscrevem na paisagem: êle está também associado a culturas mais delicadas, como a de frutas em Valinhos, cu a uma forma mais artesanal da criação, como a do bicho-da-sêda. Sublinhamos igualmente as novidades que aparecem com o sitiante nas formas de povoamento. São contribuições que o sitiante acrescenta à geografia do meio rural como coisas que lhe são próprias.

No entanto, é preciso reconhecer que em tudo isso há muito de instável e provisório, pois, na maioria das regiões estudadas e

deixando de lado o caboclo auto-suficiente que está à margem da economia moderna, não nos parece que o *sitiante* represente, verdadeiramente, elemento de estabilidade. Como parceiro ou arrendatário, tudo que faz tem caráter provisório; como pequeno proprietário, suas finanças são precárias e, mesmo quando habita nas zonas de povoamento antigo, nem sempre resiste aos apelos conjugados da publicidade e dos altos rendimentos, que o colocam na posição de quem espera constantemente encontrar, mais adiante, o El-Dorado. Ele passa de uma cultura a outra segundo os preços e a moda; vemo-lo mesmo orientar-se para a criação, à imitação do fazendeiro. Em tudo isso o *sitiante* se enquadra na orientação geral, característica da economia e da psicologia de um país jovem.

O que é verdadeiramente próprio ao *sitiante*, sobretudo quando estudado do ponto de vista da geografia humana, é o elemento de variedade que introduz na paisagem paulista. Nas regiões de povoamento antigo como nas de recente, os sítios aparecem como ilhas semeadas num oceano de grandes domínios.

Pelos fatos que derivam indiretamente de sua situação jurídica, pelos ensaios em tôdas as culturas modernas no seu desejo de ganhar muito e depressa, pelos hábitos de arquitetura ou pelas tradições no método de trabalho, próprio a cada etnia, o *sitiante* imprime marca especial em cada pedaço de terra que habita e explora. Todo êsse conjunto anima e transforma paisagens que foram mais monótonas: as vastas superfícies cobertas de café ou as extensas matas que até há pouco se erguiam onde hoje só restam vestígios dela. E' também possível discernir-se, às vêzes, uma tentativa de utilização mais racional e adequada das condições locais de topografia e solo: êsse conhecimento das possibilidades naturais é indispensável ao pequeno lavrador e de mais fácil aquisição para êle que para o grande industrial que é o fazendeiro de café, protótipo do "plantation man".

Se na variedade e na utilização mais avançada das possibilidades naturais estão as verdadeiras originalidades do *sitiante* no meio rural, é preciso admitir que essas características são também válidas, até certo ponto, para o conjunto da sociedade e da economia rural paulista, desde a primeira guerra mundial e o "crack" de 1929. Mais uma vez o *sitiante*, embora tenha mais crédito nisso que o grande fazendeiro, encontra seu lugar no âmago do quadro geral.

O sítio, com as paisagens que lhe são ligadas, concretiza um dos aspectos da fase atual de ocupação do solo no Estado de São Paulo, fase que registra ao mesmo tempo o declínio de uma monocultura e a procura confusa de produção equilibrada, apoiada

em diversificação maior. Não nos parece possível afirmar que o estado de coisas no futuro seja caracterizado pela consolidação do sítio, pela estabilização das paisagens das pequenas explorações rurais, pelo desenvolvimento desta ou daquela forma de ocupação do solo desenvolvidas segundo condições geográficas locais. A instituição do sítio nos aparece ainda como um legado do passado e com "handicaps" que emanam de certa fragilidade econômica e técnica. Em todo caso, terá marcado um momento na história da ocupação do solo e no processo de elaboração de nossas paisagens rurais.



**G — ANEXOS**



## "SITIOS" ET "SITIANTES" DANS L'ÉTAT DE SÃO PAULO, BRÉSIL.

---

### *Resumé*

Cette publication essaye d'étudier un des récents problèmes de la géographie rurale de l'Etat de São Paulo: le développement de la petite propriété rurale et de la polyculture. Traditionnellement, depuis l'introduction du café, l'Etat de São Paulo possédait un régime agricole caractérisé par la grande propriété rurale et par la monoculture. Le cadre rural se modifie par l'apparition d'un nouveau type humain: le "sitiante". Aidé par le fractionnement des terres, par le problème de la main d'oeuvre, par la nécessité de la production "diversifiée", son nombre croît sans cesser. Devant le problème de l'existence de ce dernier type de travailleur rural, petit producteur mais de grand intérêt pour ce qu'il représente de nouveau, l'auteur s'efforce de l'étudier dans ses aspects géographiques. Il commence par établir la définition de "sitiante" (chapitre I) comme étant un tout petit producteur rural qui, responsable pour son champs travaille lui-même la terre avec l'aide de sa famille et occasionnellement de quelques campagnards, naturellement rénumérés. Il ne se traite donc pas exactement d'un petit propriétaire, qui constitue seulement un des types de "sitiante", mais du petit producteur rural en général. Dans cet ordre d'idées, le "sitiante" est étudié dans quelques régions de l'Etat de São Paulo, choisies comme échantillon dans les zones de peuplement ancien et récent.

Analysés les différents genres de "sitiante" encadrés dans la définition — petit propriétaire, locataire ou métayer, se suit la distribution du "sitiante" dans les régions choisies (Chapitre II).

Vient en suite la partie sur l'activité économique du "sitiante" étudiant ses genres d'exploitation du sol (Chapitre III), la technique et rythme du travail (Chapitre IV), la vie économique (Chapitre V) et les types d'occupation du sol (Chapitre VI).

L'influence du "sitiante" sur son habitat est étudiée en ce qui concerne la maison (Chapitre VII) et le peuplement rural (Chapitre VIII).

Le dernier chapitre, comme final logique, est dédié aux repercussions qui se firent sentir dans le paysage rural par le nombre toujours croissant du "sitiante". Dans ses conclusions l'auteur souligne l'importance déjà considérable du "sitiante" lequel est encore lié a une évolution encore trop récente pour qu'il puisse être totalement indépendant.

Il ne peut même pas être encore considéré comme élément de stabilité dans la vie et dans l'économie rurales.

Son grand intérêt réside dans la variété de sa production qui constitue quelque chose de complètement nouveau dans le paysage rural; le "sitiante" imprime sa marque spéciale dans chaque lot de terre qu'il habite et exploite. Le "sitio" avec les paysages qui lui sont associés, concrétise un des aspects de la phase actuelle de l'occupation du sol dans l'Etat de São Paulo, phase qui enregistre en même temps le déclin d'une monoculture et la recherche confuse d'une production équilibrée, toutefois plus variée.

## "SITIOS" AND "SITIANTES" IN SÃO PAULO STATE, BRAZIL.

### *Summary*

The present work is an attempt to study one of the recent problems of rural geography in the State of São Paulo: the development of small holdings and diversified production. Traditionally, since coffee was introduced, the State of São Paulo had an agriculture regime characterized by large rural estates and single culture. From the beginning of the XX century, while coffee prices were falling, the rural setting was modified by the emerging of a new human type: the "sitiante". Its number steadily increases due to the division of the land, to the problem of labour and to the necessity of diversified production.

Having in mind the problem of this new type of rural labourer, though a small producer but very interesting in relation to what it means as a novelty, the author tries to study it in connection with its geographical features.

In the first place the concept of "sitiante" is defined (chapter I), as "every small producer whom, being responsible for the crops, directly and personally tills the soil with the help of his family and, occasionally, of some payed employees". Thus it is not exactly the case of the small land owner, who is only one of the types of "sitiante", but of the small rural producer in general. According to this concept, the "sitiante" is studied in several regions of the State of São Paulo, chosen as samples inside the zones of old and pioneer settlements.

After analysing the different kinds of "sitiante" included in the concept — small owner, renter and share-croper — its distribution is studied in the chosen regions (Chapter II).

It follows a part on the economic activity of the "sitiante", the different types of soil exploitation included (Chapter III), the technique and the labour cycle (Chapter IV), the economic life (Chapter V) and the types of land utilization (Chapter VI).

The influence of the "sitiante" in the habitat is studied in connection with the house (Chapter VII) and the rural settlement (Chapter VIII).

The last chapter is devoted to the consequences on the rural landscape due to the numerical expansion of the "sitiante".

In the conclusions the author points out that though very important already, the "sitiantes" still hold to an evolution as yet very recent to become wholly independent and original. He can not even be considered yet as a stable element in both the rural life and economy.

The outstanding feature remains in the variety of his production, which is something wholly new in the rural landscape, to wit: the "sitiantes" prints his genuine token in each piece of land he inhabits and exploits. The "sítio", with its typical sceneries, is one of the aspects of the present rural phasis in the State of São Paulo, which at the same time is characterized by the fall of one monoculture and the confused search for a balanced production based on greater diversification.

## “SITIOS” UND “SITIANTES” IM STAAT SÃO PAULO, BRASILIEN

### *Zusammenfassung*

Die vorliegende Arbeit will eines der neuen Probleme der geographischen Landeskunde in Staat São Paulo untersuchen: die Entwicklung des ländlichen Kleinbesitzes und der Polykulturen. Seit der Einführung des Kaffees hat der Staat São Paulo traditionsgemäss eine vorwiegend landwirtschaftliche Ordnung, charakterisiert durch ländlichen Grossgrundbesitz und Monokulturen. Vom Anfang des 20. Jahrhunderts ab änderte sich in dem Masse, wie die Kaffeepreise fielen, das ländliche Sozialgefüge durch das Erscheinen eines neuen Menschentypes: des Kleinfarmers (Sitiante). Gefördert durch die Landaufteilung, durch das Landarbeiterproblem und durch die Notwendigkeit der Produktionsvariierung wächst ihre Zahl fortgesetzt.

Angesichts der Existenzfrage dieses neu aufgetauchten Produzententyps, der aber als Kleinerzeuger doch von grosser Bedeutung ist wegen der Rolle, die er neuerdings spielt, sucht der Autor diesen Typ in seinen geographischen Aspekten zu studieren.

Er definiert erstmalig diesen Begriff des “Sitiante” (Kap. I) und versteht darunter “jeden ländlichen Kleinerzeuger, der selbstverantwortlich für die Landbestellung unmittelbar und mit eigener Hand das Land bewirtschaftet mit Hilfe seiner Familie und gelegentlich auch mit bezahlten Beschäftigten”. Es handelt sich nun aber genau genommen nicht nur um den Kleineigentümer, der nur einer der Kleinfarmer-Typen ist, sondern um den ländlichen Kleinerzeuger im allgemeinen. Im Rahmen dieses Begriffes wurde der “Sitiante” in einigen Gebieten des Staates São Paulo studiert — Gebiete, die als Beispiele innerhalb der alten und der neuen Siedlungszonen ausgewählt wurden. Nach der Analyse der verschiedenen, durch die Definition umschlossenen Varianten der “Sitiantes” — Kleineigentümer, Pächter, Teilhaber — schreitet der Autor zur Untersuchung der Verbreitung der Kleinfarmer in den ausgewählten Gebieten (Kap. II).

Es folgt ein Abschnitt über die Wirtschaftsweise der Kleinfarmer, einschliesslich der Betriebsformen (Kap. III), über die Arbeitstechnik und -einteilung (Kap. IV), über das Wirtschaftsgebaren (Kap. V) und über die Typen der Bodennutzung (Kap. VI).

Der Einfluss des "Sitiante" auf das Siedlungsbild wird untersucht in den Abschnitten, die sich auf das Haus (Kap. VII) und die ländliche Siedlung (Kap. VIII) beziehen.

Das letzte Kapitel, als logischer Abschluss, ist den Rückwirkungen gewidmet, die sich durch die zahlenmässige Entwicklung der Kleinfarmer in der Agrarlandschaft bemerkbar gemacht haben.

In seinem Schlusswort zeigt der Autor, dass der "Sitiante", obgleich bereits von beachtlicher Bedeutung, an eine noch viel zu junge Entwicklung geknüpft ist, um vollständig unabhängig und bodenständig sein zu können. Er kann noch nicht einmal als Element von Dauerhaftigkeit im ländlichen Leben und in der Agrarwirtschaft betrachtet werden.

Sein grosser Nutzen liegt in der Variierung seiner Produktionsarten, eine Abwechselung, die etwas vollständig Neues in der Agrarlandschaft des Staates São Paulo ist: der "Sitiante" drückt jedem Stück Land, das er bewohnt und bewirtschaftet, seinen besonderen Stempel auf. Das "Sítio" (\*) — sowie die Landschaften, die mit ihm vergesellschaftet sind — verleiht einem der Aspekte in der derzeitigen Phase der Landnutzung im Stat São Paulo seine Gestalt — eine Phase, die zugleich auch eine Abkehr von der Monokultur darstellt und ein unsicheres Streben nach einer ausgeglichenen Produktion aufweist, gestützt auf eine grössere Mannigfaltigkeit des Anbaues.

---

(\*) Das "Sítio" ist die Wirtschaftsfläche (Kleinfarm) eines "Sitiante". Es liegt in der Grosseordnung gewöhnlich weit unter der einer Fazenda.

## BIBLIOGRAFIA

### OBRAS

- Amaral, Luis — *História geral da agricultura brasileira, no triplice aspecto político-social-econômico*. São Paulo, Editora Nacional, 1939. 3 vols (Coleção Brasileira).
- Azevedo, Aroldo Edgar de — *Subúrbios orientais de São Paulo*, tese de concurso à cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1945.
- Carvalho, Maria Conceição Vicente de — *Santos e a geografia humana do litoral*, tese de doutoramento apresentada à cadeira de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (não publicada).
- Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo — *Exploração do rio Ribeira de Iguape*. São Paulo, Tip. Brasil, 1908.
- Courtin, René — *Le problème de la civilization économique au Brésil*. Paris, Librairie des Médecis, 1941.
- Demangeon, Albert — *Problèmes de Géographie Humaine*. Paris, Colin, 1942.
- Denis, Pierre — *Amérique du Sud*, 1.<sup>a</sup> parte. Paris, Armand Colin, 1927 (Géographie Universelle).
- Denis, Pierre — *Le Brésil au XX<sup>e</sup>. siècle*, 7.<sup>a</sup> edição. Paris, Colin, 1928.
- Ellis Jr., Alfredo — *A evolução da economia paulista e suas causas*. São Paulo, Editora Nacional, 1937.
- Ellis Jr., Alfredo — *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano*. São Paulo, Editora Nacional, 1936.
- James, Preston — *Latin America*. New York, Lothrop, 1942.
- Jones, Clarence e G. G. Darkenwald — *Economic Geography*. New York, Macmillan, 1942.
- Krug, Edmundo — *A Ribeira de Iguape*. São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola, 1939.

- Machado, Alcântara — *Vida e morte do bandeirante*, 2.<sup>a</sup> edição. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1930.
- Mawe, John — *Viagens ao interior do Brasil (1809-1910)*. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1944.
- Milliet, Sérgio — *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1940.
- Monbeig, Pierre — *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1940.

## ARTIGOS

- Azevedo, Sálvio de Almeida — “Imigração e colonização no Estado de São Paulo”, *Revista do Arquivo Municipal*, n.º LXXV, 1941.
- Canabrava, Alice Piffer — “Primeiras notas para um estudo acerca dos bairros no Estado de São Paulo”, *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*, vol. III, p. 650-652.
- Canagrava, Alice Piffer — “A região de Piracicaba”, *Revista do Arquivo Municipal*, vol. XLV, p. 275-328.
- Carvalho, Maria Conceição Vicente de — “O progresso da cultura e do comércio da banana no litoral paulista”, *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*, Vol. IV, p. 669-674.
- Deffontaines, Pierre — “Mountain settlement in the Central Brazilian Plateau”, *Geographical Review*, vol. XXVII, n.º 3, p. 394-413.
- Demangeon, Albert — “Types de peuplement rural en France”, *Annales de Géographie*, Ano 48, n.º 271, p. 1-21.
- Herrmann, Lucila — “Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetá num período de trezentos anos”, *Revista de Administração*, n.ºs 5-6, março-junho 1948, p. 3-426.
- James, Preston — “A specialized rice district in the Middle Parahyba Valley of Brazil”, *Papers of the Michigan Academy of Sciences, Arts and Letters*, vol. XIX, p. 349-358.
- Mello, Mário D. Homem de — “A comercialização de uvas de mesa e figos pelos produtores da zona de Valinhos e Louveira”, *Revista do Arquivo Municipal*, vol. XCVI, p. 7-53.
- Monbeig, Pierre — “Les zones pionnières de l'État de São Paulo”, *Annales d'Histoire économique et sociale*, Vol. 9, p. 343-365.
- Moraes, Rubens Borba de — “Contribuições para a história do povoamento em São Paulo até fins do século XVII”, *Geografia*, ano 1, p. 69-87.

- Müller, Antônio Rubbo — “Rituais caboclos no Estado de São Paulo: sua natureza e função social” (não publicado).
- Paiva, Rui Miller — “Estudo econômico da agricultura no distrito de Ibiti (ex-Monte Alegre)”, *Revista do Arquivo Municipal*, vol. CIII, p. 11-112.
- Paiva, Rui Miller e Mário D. Homem de Mello — “Estudo sobre a agricultura do sitiante”, *Revista do Arquivo Municipal*, vol. LXXXVI, p. 67-110.
- Prado Jr., Caio — “Crítica e notas, tipos de povamento no Estado de São Paulo”, *Revista geográfica*, I, 1935.
- Prado Jr., Caio — “Distribuição da propriedade fundiária rural no Estado de São Paulo”, *Geografia*, n.º 1, 1935, p. 52-67.

## DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA

- Comissão Geográfica e Geológica do Estado — Fôlha topográfica de Campinas (1:100.000).
- Comissão Geográfica e Geológica do Estado — Fôlha topográfica de Iguape (1:100.000).
- Comissão Geográfica e Geológica do Estado — Fôlha topográfica de Jacareí (1:100.000).
- Comissão Geográfica e Geológica do Estado — Fôlha topográfica de Pindamonhangaba. (1:100.000).
- Comissão Geográfica e Geológica do Estado — Fôlha topográfica de São Bento do Sapucaí (1:100.000).
- Comissão Geográfica e Geológica do Estado — Carta topográfica na escala de 1:200.000, segunda seção.
- Instituto Agrônômico de Campinas — Mapa agro-geológico do Município de Campinas, escala de 1:100.000 (não publicado).
- Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo — Mapa do município de Campinas (1:100.000).
- Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo — Mapa do município de Campos do Jordão (1:100.000).
- Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo — Mapa do município de Iguape (1:200.000).
- Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo — Mapa do município de São José dos Campos (1:100.000).
- Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo — Mapa do município de São José do Rio Preto (1:200.000).

Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo — Mapa do município de Presidente Prudente (1:200.000).

Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo — Mapa do município de Presidente Venceslau (1:250.000).

Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo — Mapa do município de Tanabi (1:200.000).

Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo — Carta hipsométrica do Estado de São Paulo (1:1.000.000).

**INDICE DAS FOTOGRAFIAS, ILUSTRAÇÕES E MAPAS**  
**FOTOGRAFIAS**

	<i>página</i>
Técnica agrícola nas regiões novas .....	77
Fot. 1 — Queimado recente	
Fot. 2 — Primeiros anos de cultivo.	
Caboclos e japoneses nas zonas pioneiras .....	78
Fot. 3 — Cultura cabocla.	
Fot. 4 — Cultura japonesa.	
Instrumentos agrícolas do sitiante .....	81
Fot. 5 — Sitiante usando gradil.	
Fot. 6 — Sitiante usando cultivador.	
Técnicas do sitiante em culturas especializadas: o chá em Registro .....	85
Fot. 7 — A enxada nos tratos culturais.	
Fot. 8 — A colheita do chá.	
Técnicas do sitiante em culturas especializadas: fruticultura em Valinhos .....	86
Fot. 9 — Luta contra erosão e depauperamento dos solos.	
Fot. 10 — Luta contra pragas e moléstias.	
Problemas técnicos do sitiante .....	89
Fot. 11 — A conquista da montanha.	
Técnicas do sitiante no beneficiamento do milho .....	93
Fot. 12 — Monjolo.	
Fot. 13 — Moinho.	
Indústrias domésticas do sitiante .....	94
Fot. 14 — Forno para cerâmica.	
Fot. 15 — Forno para pão e defumador de carne.	
Meios de transporte no Ribeira de Iguape .....	111

	Fot. 16 — Balsa, canoa, piroga.	
	Fot. 17 — Barca com roda d'água.	
Meios de transporte do chá em Registro .....		112
	Fot. 18 — Do sítio à fábrica.	
	Fot. 19 — Da fábrica à cidade.	
Transporte do sítio à vila .....		115
	Fot. 20 — Carro de boi.	
	Fot. 21 — Lombo de burro.	
O sitiante e a venda .....		116
	Fot. 22 — Venda de beira de estrada.	
	Fot. 23 — Venda de beira de rio.	
A ocupação do solo nas zonas pioneiras .....		125
	Fot. 24 — A posse da terra.	
	Fot. 25 — Formação da plantação.	
Ocupação do solo na depressão periférica de Campinas .....		139
	Fot. 26 — Algodão.	
	Fot. 27 — “Arroz de espigão”.	
Ocupação do solo em Registro .....		140
	Fot. 28 — Ocupação das colinas.	
	Fot. 29 — Ocupação dos vales.	
Ocupação do solo na várzea do Paraíba, em São José dos Campos .....		141
	Fot. 30 — Margem direita do Paraíba.	
	Fot. 31 — Margem esquerda do Paraíba.	
A ocupação do solo na região de relêvo movimentado .....		142
	Fot. 32 — Agricultura e criação.	
	Fot. 33 — Predominância da criação.	
Habitação pioneira na Alta Araraquarense .....		147
	Fot. 34 — A estrutura.	
	Fot. 35 — A habitação.	
Tipos de habitação na Alta Araraquarense .....		148
	Fot. 36 — Habitação na frente pioneira.	
	Fot. 37 — Habitação na retaguarda da colonização.	
A estrutura da casa na Alta Sorocabana .....		149

Fot. 38 — Vista de conjunto.	
Fot. 39 — Detalhe.	
Tipos de habitação na Alta Sorocabana .....	150
Fot. 40 — Habitação antiga.	
Fot. 41 — Habitação recente.	
Tipos de habitação na Baixada do Ribeira .....	151
Fot. 42 — Casa à beira-mar.	
Fot. 43 — Casa de ribeirão.	
Os “sobrados” da Baixada do Ribeira .....	152
Fot. 44 — “Sobrado” em Sete Barras.	
Fot. 45 — “Sobrado” em Registro.	
Habitações de sítiantes japoneses na Baixada do Ribeira .....	153
Fot. 46 — Casa térrea.	
Fot. 47 — Casa assobradada.	
Tipos de sítiante e tipos de habitação no vale do Paraíba ...	154
Fot. 48 — Habitação de sítiante proprietário.	
Fot. 49 — Habitação de sítiante parceiro.	
Tipos de exploração do solo e tipos de habitação no vale do Paraíba .....	155
Fot. 50 — A habitação em propriedade de arroz.	
Fot. 51 — A habitação em propriedade de criação.	
Planejamento da habitação na Alta Araraquarense .....	159
Fot. 52 — Cozinha ao lado da casa.	
Fot. 53 — Cozinha nos fundos da casa.	
Planejamento da casa na Baixada do Ribeira .....	160
Fot. 54 — Casa com varanda.	
Fot. 55 — Casa com depósito.	
Tipos de depósito .....	161
Fot. 56 — Depósito para batata.	
Fot. 57 — Paiol.	
Construções para atividades suplementares .....	162
Fot. 58 — Barracão de pesca e varal para rede.	
Fot. 59 — Sirgaria.	
Instalações para criação de subsistência .....	163

Fot. 60 — Chiqueiro.	
Fot. 61 — Ninho para galinhas.	
Paisagens das regiões de povoamento recente .....	187
Fot. 62 — Elementos típicos da paisagem.	
Fot. 63 — Paisagem típica.	
Monoculturas e policulturas .....	188
Fot. 64 — Paisagem homogênea.	
Fot. 65 — Paisagem diversificada.	
Paisagens em processo de mudança .....	189
Fot. 66 — A Mantiqueira em Campos do Jordão.	
Fot. 67 — Chá substituindo café.	

### ILUSTRAÇÕES

*página*

Aparelhos para obtenção de garapa e farinha de mandioca.	97 a 100
Plantas de casas de moradia do sitiante .....	156

### MAPAS

*página*

Mapa 1 — As regiões tomadas como amostra para o estudo do sitiante .....	17
Mapa 2 — Divisão da terra na Município de São José dos Campos .....	39
Mapa 3 — Divisão da terra so Município de Campinas ....	40
Mapa 4 — Divisão da terra nos Municípios de Iguape e Registro .....	45
Mapa 5 — Divisão da terra no Município de Campos do Jordão .....	46
Mapa 6 — Divisão da terra no Município de São José do Rio Preto .....	49
Mapa 7 — Divisão da terra no Município de Presidente Prudente .....	50
Mapa 8 — Divisão da terra no Município de Presidente Venceslau .....	53

Mapa 9 — Ocupação do solo num sitio policultor de Caiuá ..	129
Mapa 10 — Ocupação do solo num sitio policultor com criação em Caiuá .....	130
Mapa 11 — Ocupação do solo num sitio de Campinas .....	131
Mapa 12 — Ocupação do solo num sitio de Sete Barras .....	132
Mapa 13 — Sitio de arroz na várzea do Paraíba .....	135
Mapa 14 — Ocupação do solo num sitio de Valinhos .....	136
Mapa 15 — Povoamento disperso linear com fragmentação espontânea da terra .....	169
Mapa 16 — Povoamento disperso à margem direita do Ribeira, entre a Ilha do Gato e a confluência do rio Carapiranga .....	170
Mapa 17 — Povoamento à margem direita do Ribeira, da confluência do Pariquera-Mirim a Três Barras e na ex-sesmaria do Momuna .....	171
Mapa 18 — Concentração do povoamento disperso nos cruzamentos de rios e estradas .....	172
Mapa 19 — Povoamento aglomerado linear de Taquara Branca	177
Mapa 20 — Colônia Aimoré .....	178



## ÍNDICE

	<i>página</i>
A — INTRODUÇÃO .....	11
B — A CARACTERIZAÇÃO DO SITIANTE	
Capítulo I — Conceito de sitiante .....	23
Capítulo II — A subdivisão da terra e o sitiante ....	35
C — A ATIVIDADE ECONÔMICA DO SITIANTE	
Capítulo III — Tipos de atividade econômica do si- tiaste .....	59
Capítulo IV — Técnica e ritmo de trabalho do si- tiente .....	75
Capítulo V — A vida econômica do sitiante .....	109
D — A OCUPAÇÃO DO SOLO PELO SITIANTE	
Capítulo VI — Tipos de ocupação do solo .....	123
Capítulo VII — A casa do sitiante .....	145
Capítulo VIII — O sitiante e o “habitat” rural .....	167
E — O SITIANTE E A PAISAGEM (Capítulo IX) .....	185
F — CONCLUSÕES .....	195
G — ANEXOS	
Resumé .....	201
Summary .....	203
Zusammenfassung .....	205
Bibliografia .....	207
Índice de fotografias, ilustrações e mapas .....	211



